



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 933

Sexta-feira - 17 de Fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Atalanta	5
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	7
Caçador	20
Campo Alegre	21
Campos Novos	29
Canoinhas	31
Capinzal	37
Catanduvas	38
Chapadão do Lageado	48
Concórdia	52
Cordilheira Alta	65
Curitibanos	66
Ermo	67
Eral Velho	67
Forquilha	67
Fraiburgo	68
Garopaba	71
Gaspar	77
Herval do Oeste	78
Imbituba	80
Iomerê	80
Irineópolis	80
Itapoá	81
Joaçaba	82
Lages	92
Lauro Muller	94
Leoberto Leal	94
Luzerna	99
Massaranduba	100
Meleiro	103
Morro da Fumaça	107
Navegantes	108
Nova Trento	123
Novo Horizonte	125
Palhoça	126
Passo de Torres	185
Paulo Lopes	188
Pinheiro Preto	189
Porto Belo	190
Porto União	190
Rio do Sul	191
Salto Veloso	204
São Bento do Sul	204
São Lourenço do Oeste	216
São Pedro de Alcântara	219
Schroeder	223
Timbó	232

Três Barras	233
Tunápolis	237
Turvo	237
Videira	238

Associações de municípios

AMURES	249
EGEM	251

Consórcios

ARIS	252
CIS/AMUREL	252
CISAM	256

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 014/2012

DECRETO N° 014/2012

Revoga o processo licitatório n° 062/2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 49, da Lei (federal) 8.666/93,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório n° 062, de 11/04/2011, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é o registro de preço para aquisição parcelada de materiais cortantes para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos;

CONSIDERANDO, que há um segundo pedido de aditivo de reequilíbrio econômico financeiro, referente aos materiais cortantes registrado no processo;

CONSIDERANDO, que as empresas vencedoras do processo, estão se negando para entregar os materiais naquele preço registrado em abril de 2011.

CONSIDERANDO, que em pesquisa realizada no mercado, apresenta valores inferiores aos ora registrados;

CONSIDERANDO, que o edital do Pregão Presencial n° 034/2011 em seu item 18.1 prevê a possibilidade da Prefeitura revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente,

DECRETA:

Art. 1° Fica revogado por razões de interesse público, nos termos do artigo 49, da Lei (federal) n° 8666/93, o Processo Licitatório n°

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

062/2011, na modalidade Pregão.

Art. 2º As Empresas licitantes serão notificadas desta decisão para, querendo, no prazo de dois dias úteis, contados do recebimento da notificação, apresentar recurso, na forma estabelecida no artigo 109, da Lei nº 8666/93.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 15 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 152/2012.

PORTARIA Nº 152/2012.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2010,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, DANUBIA DA SILVEIRA, em caráter temporário, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, para atuar na Creche do Centro de Educação Infantil Municipal Coração de Jesus, a partir de 14 de Fevereiro de 2012 a 17 de Dezembro de 2012, em atendimento a demanda de alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Fevereiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 153/2012.

PORTARIA Nº 153/2012.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 002/2012,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, AUREA HELENA KREMER MANNES, em caráter temporário, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, para atuar no Jardim I da Escola Municipal de Vila Doze, a partir de 14 de Fevereiro de 2012 a 17 de Dezembro de 2012, em atendimento a demanda de alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Fevereiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 154/2012.

PORTARIA Nº 154/2012.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 002/2012,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, BERENICE TEREZINHA MULLER RICHARTZ, em caráter temporário, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, para atuar no Centro de Educação Infantil Municipal Coração de Jesus, a partir de 14 de Fevereiro de 2012 a 17 de Dezembro de 2012, em atendimento a demanda de alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Fevereiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 155/2012.

PORTARIA Nº 155/2012.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 002/2012,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, MARISTANE DE OLIVEIRA, em caráter temporário, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, para atuar no Centro de Educação Infantil Municipal Coração de Jesus, a partir de 14 de Fevereiro de 2012 a 17 de Dezembro de 2012, em atendimento a demanda de alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 14 de Fevereiro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 029/2012
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 029/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 021/2012; Tipo: Menor Preço Por Item - Registro de Preço; Objeto: Aquisição parcelada de materiais cortantes para as Secretarias de Obras e Agricultura Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 05/03/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 005/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 005/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 003/2012 - Pregão Presencial nº. 003/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Marcelo Latoaria e Pintura de Veículos Ltda ME; Objeto: aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para revisar e recuperar partes danificadas da frota de veículos da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 9.510,00 (Nove mil quinhentos e dez reais); Prazo: 05 (cinco) dias.

Antônio Carlos, 21 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 015/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 015/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 007/2012 - Pregão Presencial nº. 007/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Parisoto Indústria e Comércio de Pré-Moldados Ltda; Objeto: aquisição de tubos de concreto armado (2m³ - CAII), para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 15.356,00 (Quinze mil trezentos e cinquenta e seis reais); Prazo: 02 (dois) dias.

Antônio Carlos, 01 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 016/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 016/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 009/2012 - Pregão Presencial nº. 009/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cleusa Maria Teixeira 41810996953; Objeto: contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) ou autônoma (pessoa física), para ministrar cursos de patchwork, no auditório da Secretaria de Saúde e assistência social, na Rua 06 de novembro n. 210, centro, do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 10.752,00 (Dez mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Antônio Carlos, 03 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 017/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 017/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 021/2012 - Dispensa de Licitação nº. 002/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Claro S/A; Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, na modalidade Local - VC1, com fornecimento de aparelhos em comodato para Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor Mensal: R\$ 599,30 (Quinhentos e noventa e nove reais e trinta centavos); Valor Total: R\$ 6.592,30 (Seis mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta centavos); Prazo: 11 (onze) meses.

Antônio Carlos, 07 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 018/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 018/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 012/2012 - Pregão Presencial nº. 011/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Rural Seguradora S/A; Objeto: aquisição de seguros de responsabilidade civil de danos causados a veículos de terceiros e acidentes pessoais de passageiros e condutores dos veículos da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 3.040,00 (Três mil e quarenta reais); Prazo: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 13 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 019/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 019/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 013/2012 - Pregão Presencial nº. 012/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Rural Seguradora S/A; Objeto: aquisição de seguros de responsabilidade civil de danos causados a veículos de terceiros e acidentes pessoais de passageiros e condutores dos veículos das Secretarias de Administração e Educação da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 17.121,05 (Dezessete mil cento e vinte e um reais e cinco centavos); Prazo: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 13 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 020/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 020/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 014/2012 - Pregão Presencial nº. 013/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fiat Automóveis S/A; Objeto: aquisição de 01 (um) veículo, tipo automóvel, novo, 0 km (zero quilômetro) para a unidade de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).

Antônio Carlos, 09 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 021/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 021/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 015/2012 - Pregão Presencial nº. 014/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fiat Automóveis S/A; Objeto: aquisição de 01 (um) veículo, tipo automóvel, novo, 0 km (zero quilômetro) para o Fundo Municipal de Saúde de Antonio Carlos; Valor: R\$ 61.500,00 (Sessenta e um mil e quinhentos reais).

Antônio Carlos, 09 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 022/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 022/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 008/2012 - Pregão Presencial nº. 008/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Químicos & Papéis Ltda ME; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo não perecíveis e materiais de limpeza, para merenda escolar da rede do ensino infantil e fundamental do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 12.692,80 (Doze mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Antônio Carlos, 10 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 023/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 023/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 008/2012 - Pregão Presencial nº. 008/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Luiz Fernando Sebold ME - Sebold Comercial; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo não perecíveis e materiais de limpeza, para merenda escolar da rede do ensino infantil e fundamental do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 4.509,30 (Quatro mil quinhentos e nove reais e trinta centavos).

Antônio Carlos, 10 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 024/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 024/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 008/2012 - Pregão Presencial nº. 008/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Mário Prim ME - Primhoffmann; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo não perecíveis e materiais de limpeza, para merenda escolar da rede do ensino infantil e fundamental do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 103.441,22 (Cento e três mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).

Antônio Carlos, 10 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 025/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 025/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 016/2012 - Carta Convite nº. 001/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Pauli Engenharia, Construtora e Incorporadora Ltda; Objeto: contratação de empresa especializada para realização de serviços de pavimentação e drenagem com fornecimento de material e mão de obra na Rua José Luiz Hoffmann do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 96.608,20 (Noventa e seis mil seiscentos e oito reais e vinte centavos); Prazo: 90 (noventa) dias.

Antônio Carlos, 13 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 026/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 026/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 013/2012 - Pregão Presencial nº. 012/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A; Objeto: aquisição de seguros de responsabilidade civil de danos causados a veículos de terceiros e acidentes pessoais de passageiros e condutores dos veículos das Secretarias de Administração, Educação e Esporte da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais); Prazo: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 13 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 027/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 027/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 017/2012 - Pregão Presencial nº. 015/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DSM Distribuidora de Móveis e Suprimentos Ltda EPP; Objeto: aquisição de Material Permanente (ar condicionado e fragmentadora de papel) para a Secretaria de Agricultura do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 4.380,00 (Quatro mil trezentos e oitenta reais).

Antônio Carlos, 11 de Fevereiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 009/2012**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 009/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 004/2012 - Pregão Presencial nº. 004/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Oncoline Comércio de Medicamentos Ltda; Objeto: aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças carentes, idosos e pessoas com deficiência em caso grave de saúde do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 30.197,30 (Trinta mil cento e noventa e sete reais e trinta centavos); Prazo: 24/01/2012 - 23/01/2013.

Antônio Carlos, 24 de Janeiro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 012/2012
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 012/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 006/2012 - Pregão Presencial nº. 006/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Prinhoffmann - Mário Prim ME; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo (gêneros alimentícios e materiais de limpeza) para cozinha da secretaria de obras e serviços públicos da prefeitura municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 28.380,41 (Vinte e oito mil trezentos e oitenta reais e quarenta e um centavos); Prazo: 31/01/2012 - 30/01/2013.

Antônio Carlos, 31 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 013/2012
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 013/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 006/2012 - Pregão Presencial nº. 006/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Químicos & Papéis Ltda ME; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo (gêneros alimentícios e materiais de limpeza) para cozinha da secretaria de obras e serviços públicos da prefeitura municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 5.232,80 (Cinco mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos); Prazo: 31/01/2012 - 30/01/2013.

Antônio Carlos, 31 de Janeiro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Lei N.º 1251/2012**

LEI N.º 1251/2012

“CONCEDE A TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AOS AGENTES POLITICOS DE ATALANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a concessão 2,83% (dois vírgula oitenta e três centavos por cento) índice oficial do IGPM, a título de revisão geral anual prevista no Art. 37, Inciso X, da Constituição Federal, aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Atalanta, ativos, inativos, pensionistas e aos Agentes Políticos do Município de Atalanta.

Parágrafo Único. A revisão objeto desta lei é o acumulado conforme prevê equivalente ao período de 01 de abril de 2011 até 31 de janeiro de 2012.

Art. 3º As despesas, decorrentes da presente lei, correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º O Impacto orçamentário-financeiro está definido e demonstrado, nos ANEXO I e II, desta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, 15 de fevereiro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei N.º 1249/2012

LEI N.º 1249/2012

“DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE CONTA DESPESA NO PLANO PLURIANUAL-PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0112; no Programa 61 - TRANSPORTES E ESTRADAS VICINAIS, na Lei Municipal nº. 1115/2009 de 09.09.2009, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação de que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
12.361.0046.2.017 - Manutenção da Capacitação Educacional	
3.3.90.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$
36.000,00	

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica inserida a Conta de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0112; no Programa 61 - TRANSPORTES E ESTRADAS VICINAIS, na Lei Municipal nº. 1218/2011 de 24.08.2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2012 a Abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais).

Órgão: 06.00 Secretaria de Transporte e Obras
Unidade: 06.01 Secretaria de Transporte e Obras
Função: 26 Transporte
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário
Programa: 61 - TRANSPORTES E ESTRADAS VICINAIS
Projeto Atividade 2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 15 de fevereiro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 1250/2012

LEI Nº 1250/2012

"DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE CONTA DESPESA NO PLANO PLURIANUAL-PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0112; no Programa 58 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ESPORTE É VIDA, na Lei Municipal nº. 1115/2009 de 09.09.2009, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação de que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0046.2.017 - Manutenção da Capacitação Educacional
3.3.90.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas R\$
12.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica inserida a Conta de Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0112; no Programa 58 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ESPORTE É VIDA, na Lei Municipal nº. 1218/2011 de 24.08.2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2012 a Abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa: 58 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ESPORTE É VIDA
Projeto Atividade 2.026 - Manutenção do Desporto Amador
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 15 de fevereiro de 2012.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Resolução nº 002/2012.

RESOLUÇÃO nº 002/2012.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES".

A Câmara Municipal de Atalanta, nos termos do Art. 48 da Lei Orgânica do Município, aprovou e eu em seu nome promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedida Licença ao Vereador Horácio José Demarchi, para tratar de assuntos particulares, no prazo de 30 dias, a

contar de 15 de fevereiro de 2012, conforme determina o Art. 16º inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e Art. 103, inciso II, do Regimento Interno.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 15 de fevereiro de 2012.

Câmara Municipal de Atalanta, aos 14 de fevereiro de 2012.

HORÁCIO JOSÉ DEMARCHI

Presidente

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial 001/2012-PREVBIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2012-PREVBIGUAÇU

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos do mercado financeiro, prestados por pessoa jurídica, visando assessoria na área de investimentos financeiros, fornecendo informações que possibilitem a seleção de ativos, treinamentos dos gestores, acompanhamento da carteira, avaliação de risco, enquadramento das aplicações, em conformidade com a resolução nº 3.922/2010.

Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 06/03/2012 até 15:30 horas.

Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: dia 06/03/2012 às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 15 de fevereiro de 2012.

MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA

Diretora Executiva PREVBIGUAÇU

Aviso de Pregão Presencial 027/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTE E OUVIDORIA MUNICIPAL.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 14:30 horas, do dia 05 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 05 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 15 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 275/2011 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 275/2011 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE POETA CLÁUDIO ALVIM DE SOUZA - CEP ZININHO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 09 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 09 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 15 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

66ª CONVOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO

66ª CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu - SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação em exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

CARGO: ADVOGADO

07 WILLIAN LOFY

Biguaçu, 15 de Fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipa

Portaria Nº 376/2012 de 14/02/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 376/2012 DE 14/02/2012

Art. 1º. NOMEAR, SOFIA HARTMANN, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 399.956.409-10, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO FLORESTAL do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 377/2012 de 14/02/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 377/2012 DE 14/02/2012

Art. 1º. NOMEAR, CAROLINE FEIX, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 027.045.049-11, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 378/2012 de 14/02/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 378/2012 DE 14/02/2012

Art. 1º. NOMEAR, FABIO VESZ CATTELAN, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 650.567.100-59, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA - 20H do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Portaria Nº 379/2012 de 14/02/2012

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº 379/2012 DE 14/02/2012

Art. 1º. NOMEAR, MARIA LUCIA BRUNO HOFFMANN, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF nº. 895.347.359-49, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 009/2012

DECRETO Nº 009/2012

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vilberto Müller Schovinder, prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 7º da Lei Municipal nº 121/94 de 25.08.94, e suas alterações etc

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Braço do Trombudo, em conformidade com a Lei Municipal nº 121/94, de 25.08.94, e sua alteração na Lei nº 0532/2006 de 18.10.2006, composto por 08 (oito) membros, com a seguinte composição:

I - quatro (04) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, indicados pelo poder executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do município:

a) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Mônica Dalila Sell Dalmarco

Suplente: Silvania R.Goede

b) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: Adelir Silveira

Suplente: Rosana Baade Leonhardt

c) Secretaria Municipal da Administração e Finanças:

Titular: Scheila Andréia Klug

Suplente: Carlos Alberto Mathias

d) Secretaria Municipal de Cultura, do Turismo e Lazer:

Titular : Ingrid Lina Boeling

Suplente: Carice E. Larsen Wolniewicz

II - quatro (04) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais."

a) Lar Beneficente João 3.16

Titular: Adenildo Fagundes

Suplente: Jessica da Silva Fagundes

b) Grupo de Mães e Oase

Titular: Norma Ristow

Suplente: Ida Marian

c) (A.P.P) Associação de Pais e Professores

Titular: Enir Resch Raitz

Suplente: Sonia Felga Bruch

d) Folclore

Titular: Cassiano Douglas Gerber

Suplente: Jair Teske

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art.3º - Fica revogado o Decreto nº 060/2011 de 23.11.2011.

Braço do Trombudo, em 16 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Editais Concorrência Pública 1/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2012

EDITAL DE LIC. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 1/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 09:00 horas do dia 27.03.2012, estará selecionando a melhor proposta para execução de obras relativas à construção da etapa 01 da prefeitura municipal de Braço do Trombudo e Câmara de Vereadores, com o fornecimento de todo material e mão de obra necessária. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 15 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Editais Pregão 11/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2012

EDITAL DE LIC. PREGÃO 11/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 08:30 horas do dia 01.03.2012, estará selecionando a melhor proposta visando a eventual Contratação de empresa para dar suporte técnico e apoio administrativo, através de apoio técnico especializado, visando o acompanhamento e orientação escrita e verbal na área de planejamento administrativo e prestação de contas, além de orientações de ordem

operacional das rotinas de planejamento orçamentário em seus vários módulos, utilizados na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 16 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 3/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2012

<p>Número do Registro de Preços: 3/2012 Data do Registro: 15/02/2012 Válido até: 15/02/2013</p> <p>Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para as escolas e centro de educação infantil, do município de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,9107	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,9173	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando Sol	0	3,9182	3
2	Álcool líquido - volume 92,8° - frasco de 1lt (7727)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	araucarea	0	3,7295	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	araucaria	0	3,7362	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Da Ilha	0	3,7371	3
3	Papel Higiênico, Folha Branca de 60 Metros, Pacote com 8 Rolos. (8620)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	7,3009	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3026	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	7,3064	3
4	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dalmata	0	2,6687	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,6694	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	2,6708	3
5	CERA LIQUIDA AUTO BRILHO (750 ML) (1555)	LT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andreia	0	6,5670	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	6,5686	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	6,5720	3
6	Saponáceo de detergente cremoso -frasco de 300ml (7730)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,4720	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,4789	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sany Bril	0	3,4797	3
7	ESCOVA DENTAL INFANTIL (MACIA) (1743)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dentil	0	2,1159	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	2,1164	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,1175	3
8	ESCOVA DENTAL ADULTO (MACIA) (1744)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dentil	0	2,1255	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	2,1260	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,1271	3
9	CREME DENTAL INFANTIL (2160)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	action	0	3,0023	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	3,0030	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,0046	3
10	CREME DENTAL ADULTO (2220)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	2,0031	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	close-up	0	2,0111	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sorriso	0	2,0116	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2012

Número do Registro de Preços: 3/2012

Data do Registro: 15/02/2012

Válido até: 15/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para as escolas e centro de educação infantil, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Embalagem Para Alimentos, Contendo 50 Sacos de 8 Kg. (8622)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pic	0	4,2414	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nosso Freezer	0	4,2424	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bom pack	0	4,2446	3
12	LUSTRA MÔVEIS (200 ML) (1948)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,8506	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ypê	0	3,8515	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	3,8535	3
13	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,7458	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Scoth Brith	0	3,7467	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	3,7486	3
14	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,3630	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Scoth Brith	0	1,3633	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	betanin	0	1,3640	3
15	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	inove	0	1,8109	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombril	0	1,8114	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	1,8123	3
16	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	4,2446	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	4,2509	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Uau	0	4,2519	3
17	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	5,5037	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	5,5090	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nosso Lixo	0	5,5103	3
18	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	5,8757	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	5,8807	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nosso Lixo	0	5,8822	3
19	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	5,8757	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	5,8807	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nosso Lixo	0	5,8822	3
20	SABAO EM PÓ (PCT 1KG) (2219)	KG	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	4,5785	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	4,5845	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilhante	0	4,5856	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2012

Número do Registro de Preços: 3/2012 **Data do Registro: 15/02/2012** **Válido até: 15/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para as escolas e centro de educação infantil, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Desodorizante Sanitário. (8626)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	0,8864	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sany Bril	0	0,8866	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	0,8871	3
22	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	1,0389	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ypê	0	1,0391	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	1,0397	3
23	Rodo borracha com 60 cm de comprimento (8499)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HRM	0	14,8686	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Alternativa	0	14,8722	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	14,8800	3
24	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,9425	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HRM	0	5,9475	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	5,9489	3
25	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fiat lux	0	1,8490	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Gaboardi	0	1,8495	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	que luz	0	1,8505	3
26	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HRM	0	12,9052	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	12,9055	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	12,9083	3
27	Desengordurante - frasco de 500ml (7748)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	5,8757	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	5,8807	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	5,8822	3
28	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,4884	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando Sol	0	3,4893	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,4911	3
29	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,3480	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,3550	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando Sol	0	3,3558	3
30	SABÃO EM BARRA (PCT 5 UND) (2221)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	5,1754	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ypê	0	5,1767	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giranso sol	0	5,1794	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2012

Número do Registro de Preços: 3/2012 **Data do Registro: 15/02/2012** **Válido até: 15/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para as escolas e centro de educação infantil, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Coador de Papel Para Café, Numero 103, Embalagem com 30 unidades. (8628)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brigitta	0	2,3178	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	cabocio	0	2,3256	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	2,3262	3
32	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	9,5312	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Shark	0	9,5335	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	9,5384	3
33	Sabonete Liquido, Embalagem de 5 Litros. (8629)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	15,7264	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	15,7289	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sequinel	0	15,7302	3
34	SABONETE INFANTIL (1957)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 baby	0	1,9554	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	baby	0	1,9634	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tralala	0	1,9639	3
35	Desodorizador de Ambientes. (8630)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	bom ar	0	6,4717	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	6,4732	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	glade	0	6,4766	3
36	Copos Descartáveis de 180 ml, Caixa com 2.500 Copos. (8631)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	coposul	0	71,4838	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobrás	0	71,5010	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mastercopo	0	71,5383	3
37	VASSOURA NYLON (659)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pop	0	7,7298	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Noviça	0	7,7316	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,7357	3
38	Esfregão de aço (8225)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	0,8387	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Avulsa	0	0,8389	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany bril	0	0,8394	3
39	Lenço Umedecido, Pacote com 400 Unidades (8632)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	mundo mágico	0	8,1777	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	8,1797	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	coton baby	0	8,1840	3
40	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,5265	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Artelux	0	3,5274	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2012**Número do Registro de Preços: 3/2012****Data do Registro: 15/02/2012****Válido até: 15/02/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de limpeza para as escolas e centro de educação infantil, do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	3,5292	3

BRACO DO TROMBUDO , 15 de Fevereiro de 2012.

Ata Registro Preço 23/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011		Data do Registro: 17/11/2011		Válido até: 17/11/2012			
Objeto da Compra:		Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VASSOURA NYLON (659)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	7,6400	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	8,1800	
2	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LOG	0	2,2946	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	dalmata	0	2,4500	
3	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COLONIAL	0	13,8800	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	14,8200	
4	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHOL	0	2,8097	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	3,0000	
5	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ARTELUX	0	3,1094	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,3200	
6	RODO BORRACHA (1951)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ALTERNATIVA	0	7,2304	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	7,7200	
7	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LIMPEX	0	3,5777	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,8200	
8	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TININDO	0	0,7212	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	0,7700	
9	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOMBRIL	0	2,4164	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	2,5800	
10	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	UAU	0	3,6995	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zavaski	0	3,9500	
11	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GABOARDI	0	2,5943	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	fiat lux	0	2,7700	
12	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NOSSO LIXO	0	2,7629	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	2,9500	
13	SACO LIXO DE 50LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NOSSO LIXO	0	4,1678	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	4,4500	
14	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NOSSO LIXO	0	5,1980	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011 **Data do Registro: 17/11/2011** **Válido até: 17/11/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pega lixo	0	5,5500	2
15	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (2381)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NINHO	0	7,9459	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	itambé	0	7,9900	2
16	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLEO PEROBA	0	8,3355	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	king	0	8,9000	2
17	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANI SOL	0	1,0771	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	1,1500	2
18	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOB	0	5,2355	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	5,5900	2
19	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOHMAR	0	5,5445	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	5,9200	2
20	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	9,9254	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	caravelas	0	9,9800	2
21	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NESCAFE	0	7,8468	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	amigo	0	7,8900	2
22	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MELITTA	0	6,9518	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	cremoso	0	6,9900	2
23	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	AURORA	0	1,8399	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	longa vida	0	1,8500	2
24	Saco plástico - rolo c/ 50und e capacidade de 5 kg (7441)	RL	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MULTI FORTE	0	4,3270	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pic	0	4,6200	2
25	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHANTE	0	4,7765	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	5,1000	2
26	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	3,3436	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,5700	2
27	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	4,3925	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011 **Data do Registro: 17/11/2011** **Válido até: 17/11/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	4,6900	2
28	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	3,3500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GIRANDO SOL	0	4,3925	2
29	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	YPE	0	1,6390	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	limpinha	0	1,7500	2
30	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CONDOR	0	11,8383	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	12,6400	2
31	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	6,4247	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinectar	0	6,4600	2
32	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinectar	0	5,2300	2
33	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinectar	0	5,2300	2
34	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGUARY	0	5,2014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nutrinectar	0	5,2300	2
35	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3769	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	2
36	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,1725	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	3,1900	2
37	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,3769	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	2
38	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,7593	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	3,7800	2
39	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	3,7593	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011 **Data do Registro: 17/11/2011** **Válido até: 17/11/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
41	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
42	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,2874	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,3000	2
43	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,1780	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,1900	2
44	Chá em sachês, no sabor NOITE TRANQUILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7702)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CHILENO	0	2,8742	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	prenda	0	2,8900	2
45	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ADOCIL	0	5,1716	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	zero cal	0	5,2000	2
46	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	6,4545	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	santa catarina	0	6,4900	2
47	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEVE	0	20,2784	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	santa catarina	0	20,3900	2
48	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MH	0	4,9638	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	blumy	0	5,3000	2
49	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MH	0	15,9218	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	pratik	0	17,0000	2
50	Álcool líquido - volume 92,8° - frasco de 1lt (7727)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DA ILHA	0	4,0273	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	coperalcool	0	4,3000	2
51	Luvas de borracha tamanho M (7728)	PAR	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANRO	0	4,4956	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	4,8000	2
52	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BASSO	0	10,2930	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011 **Data do Registro: 17/11/2011** **Válido até: 17/11/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	arq plast	0	10,9900	2
53	Saponáceo de detergente cremoso -frasco de 300ml (7730)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ASSOLAN	0	3,3248	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	sany bril	0	3,5500	2
54	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SHARK	0	9,0192	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	tubarão	0	9,6300	2
55	Cera em pasta vermelha - lata com 350g (7732)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLIFLOR	0	11,6604	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andreaia	0	12,4500	2
56	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	6,9119	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andreaia	0	7,3800	2
57	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	COPA	0	3,4841	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	martins	0	3,7200	2
58	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	4,1678	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	4,4500	2
59	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	haracem	0	3,4000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JOTA	0	4,1678	2
60	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TOTAL PLAST	0	3,0439	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	coposul	0	3,2500	2
61	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcabono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	8,8881	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	bom ar	0	9,4900	2
62	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	13,0371	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	13,9200	2
63	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NO AR	0	9,6561	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	10,3100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2011

Número do Registro de Preços: 23/2011 **Data do Registro: 17/11/2011** **Válido até: 17/11/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, Gás de Cozinha e Material de Limpeza/Higiene para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	28,0973	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	30,0000	2
65	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM AR	0	25,6903	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	glade	0	27,4300	2
66	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico.Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	42,1459	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	45,0000	2
67	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	11,2389	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	12,0000	2
68	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FORTA	0	15,4535	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	nobre	0	16,5000	2
69	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	44,0000	1
70	Gás (GLP) com casco, botijão de 13kg (8547)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	143,0000	1
71	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SUPER GASBRAS	0	199,0000	1
72	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRILHO FACIL	0	6,9119	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	andrea	0	7,3800	2

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Novembro de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.150

DECRETO nº 5.150, de 15 de fevereiro de 2012.

Nomeia comissão para análise das inscrições para Progressão Vertical, por Conclusão de Curso de Pós-Graduação, para os Servidores do Magistério Público Municipal estáveis - Edital Nº 04 SEMEC, 15/02/2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de análise das inscrições para Progressão Vertical, por Conclusão de Curso de Pós-Graduação, para os Servidores do Magistério Público Municipal estáveis, objeto do Edital nº 04 SEMEC, de 15/02/2012, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

Aldonir Anciutti - representante dos Recursos Humanos
Dirceu Ribeiro de Mello - representante o Sindicato dos Servidores
Rute Proença - representante dos Professores do Ensino Fundamental
Elisandra Aparecida Giacomel - representante do Conselho de Educação
Wilson Meirelles da Silva - representante dos Diretores Escolares

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Caçador, em 15 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação PR 06-2012 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS A REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ZOONESES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 06/03/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 06/03/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 14 de Fevereiro de 2012.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação PR 07-2012 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OUTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDEMA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 08/03/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 08/03/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 15 de Fevereiro de 2012.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

Termo de RESCISÃO 01-2012 Saúde

Termo de Rescisão 01-2012 FMS - Rescisão ao Contrato 54/2011 FMS para contratação de agente redutor de danos para o CAPS AD, referente ao processo licitatório nº 55/2011, PR 41/2011. Contratada: CASSIANA BERTOTTO.

Edital Nº 004 - SEMEC - Progressão por pós-graduação

EDITAL Nº 004/2012- SEMEC

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 21, da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, mais o previsto na Lei Complementar nº 19, de 14/12/01, e Decreto nº 2.485, de 29/01/02 resolve:

Abriu inscrições para a realização da progressão vertical por conclusão do curso de pós-graduação para os Servidores do Magistério Público Municipal estáveis (que tenham concluído estágio probatório).

1.DAS INSCRIÇÕES, HORÁRIO E LOCAL

As inscrições serão realizadas nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2012, das 08h às 12h e das 14h às 17h, na sede da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC (Casa da Cultura), situada à rua Curitibaanos, nº 600, Centro, em Caçador - Santa Catarina.

2. DOS REQUISITOS

2.1 O profissional deverá estar atuando no cargo de professor ou especialista em assuntos educacionais ou estar exercendo função de confiança/comissão com ligação direta a sua área de atuação de concurso.

2.2 Ser estável, ou seja, já ter concluído integralmente o período de estágio probatório.

2.3 Ter concluído curso de pós-graduação inerente ao cargo ocupado ou área de atuação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, conforme o quadro:

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS	ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 14/12/2001.
PROFESSOR	Todo curso de pós-graduação específico com a disciplina correspondente ou com relação direta ao ensino-aprendizagem, e relações humanas e pedagógicas.

Orientador, Supervisor, Administrador Escolar	Pós-graduação específica com habilitação ou áreas amplas do magistério que envolvam as relações entre alunos, professores e pais.
---	---

3. DO RESULTADO

3.1 A lista das inscrições deferidas serão divulgadas no dia 02 de março de 2012 no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4. DOS RECURSOS

4.1 O candidato terá o prazo de 02(dois) dias úteis, sendo dias 05 e 06 de março de 2012, para entrar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Recursos Humanos.

4.2 A homologação do resultado final será divulgada no mural Público da Secretaria Municipal de Educação no dia 09 (nove) de março de 2012.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O servidor deverá estar munido do original e uma fotocópia (frente e verso) do Diploma ou Certificado de Conclusão de pós-graduação, devidamente registrado, que ficará anexado à inscrição. Não serão aceitas declarações de conclusão de curso de pós-graduação.

5.2 A análise das inscrições será feita por Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, e o novo enquadramento será realizado pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Caçador.

5.3 O novo enquadramento alcançado pelo servidor através da presente progressão funcional terá efeitos a partir de março de 2012.

5.4 O servidor afastado de seu cargo em virtude de licença sem vencimentos (para tratar de interesses particulares), ou a disposição sem ônus, não terá direito aos benefícios da referida progressão.

5.5 Os casos omissos serão resolvidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, pela Comissão especialmente nomeada para este fim.

Caçador, 15 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.887 de 14 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.887 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO

CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES, Atendente de Sala, Registro no Sistema nº 955005, a partir de 14 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.888 de 14 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.888 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO

CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, Professor III - Arte, Registro no Sistema nº 954998, a partir de 14 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.889 de 14 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.889 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO

CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. SIMONE MICKUS CHAVES, Professor III - Arte, Registro no Sistema nº 955000, a partir de 14 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 14 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.890 de 15 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.890 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES
PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 20 de fevereiro de 2012 (segunda-feira) - CARNAVAL, voltando com expediente normal no dia 22 de fevereiro de 2012 (quarta-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.891 de 15 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.891 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO
Nº 6.868 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Art. 158 § 1º da Lei Complementar Municipal nº 014/03; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.868 de 07 de fevereiro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Contratar a Srª. CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER,

para exercer o cargo de Professor IV - Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955007; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 677,88 (seiscentos e setenta e sete reais, oitenta e oito centavos) mensais, pelo período de 07 de fevereiro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.892 de 16 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.892 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. REINALDO JOSÉ HASSELMANN, Regime Estatutário, Matrícula Funcional nº 000621, Registro no Sistema sob nº 955012, ao cargo público de Agente administrativo II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. REINALDO JOSÉ HASSELMANN, aprovado em 16º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de fevereiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.893 de 16 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº 6.893 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula nº. 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000211;
Marília Grispi de Moraes, matrícula nº 954716.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Agente Operacional III; Instrutor de Informática; Técnico em Edificações; Arquiteto; Engenheiro, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2012 desta Prefeitura Municipal.

§3º) Para a Comissão de aplicação e avaliação da Prova Prática, ficam designados os seguintes membros:

Francisco Osni de Lima, matrícula nº 000021;
Jarbas Jorge Catoni, matrícula nº 000182;
José Chaves Vieira, matrícula nº 954856;
Clodoaldo da Rosa, matrícula nº 000104.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 16 de fevereiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.893 de 16 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº 6.893 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula nº. 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000211;
Marília Grispi de Moraes, matrícula nº 954716.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção dos seguintes Cargos: Agente Operacional III; Instrutor de Informática; Técnico em Edificações; Arquiteto; Engenheiro, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2012 desta Prefeitura Municipal.

§3º) Para a Comissão de aplicação e avaliação da Prova Prática, ficam designados os seguintes membros:

Francisco Osni de Lima, matrícula nº 000021;
Jarbas Jorge Catoni, matrícula nº 000182;
José Chaves Vieira, matrícula nº 954856;
Clodoaldo da Rosa, matrícula nº 000104.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 16 de fevereiro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.890 de 14 de Fevereiro de 2012

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.890 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A



SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - Professor I - CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3 Sub-Nível 31B para Nível P3 Sub-Nível 31C no valor de R\$ 1.680,48 (um mil, seiscentos e oitenta reais, e quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de janeiro de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2012, será pago o valor de R\$ 29,32 (vinte e nove reais, trinta e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de janeiro de 2012, já descontado o valor de R\$ 3,62 (três reais, sessenta e dois centavos), referente a contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 7,24 (sete reais, vinte e quatro centavos) refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
14/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 32/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 32/2012

A licitação tem como objeto a prestação de serviços de elaboração e execução de CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos efetivos no Município de Campo Alegre/SC.

- Critério julgamento: menor preço GLOBAL, com fixação de valor máximo. O valor global estimado e o máximo fixado é de R \$ 65.000,00.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/03/2012, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 05/03/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração; Unidade: 03.01 - Serviço de Administração; Função: 4 - Administração; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa - 05 - Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas; Projeto: 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (código reduzido: 24, valor estimado = R\$ 65.000,00);

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 32/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**L.R.F RGF Anexo I**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	343.563,81	0,00
Pessoal Ativo	343.563,81	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	343.563,81	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	343.563,81	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.059.056,01	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,63	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.263.543,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.200.366,19	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMPO ALEGRE, 31/01/2012

FRANCISCO KOEHLER
PRESIDENTE DA CÂMARA

FERNANDO GROSSKOPF
CONTADOR - CRCSC - 026109/O-3

L.R.F RGF Anexo V

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CAMPO ALEGRE, 31/01/2012

FRANCISCO KOEHLER
PRESIDENTE DA CÂMARA

FERNANDO GROSSKOPF
CONTADOR - CRCSC - 026109/O-3

L.R.F RGF Anexo VI

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CAMPO ALEGRE, 31/01/2012

FRANCISCO KOEHLER
PRESIDENTE DA CÂMARA

FERNANDO GROSSKOPF
CONTADOR - CRCSC - 026109/O-3

L.R.F RGF Anexo VII

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	343.563,81	1,63
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.263.543,36	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.200.366,19	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.632.992,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.369.448,96	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.474.133,92	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 31/01/2012

FRANCISCO KOEHLER
PRESIDENTE DA CÂMARA

FERNANDO GROSSKOPF
CONTADOR - CRCSC - 026109/O-3

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 01/2012 DE 16/02/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2012 DE 16/02/2012

ALTERA VENCIMENTO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - O vencimento do Cargo de Diretor Operacional, Cargo de Provimento em Comissão da Fundação de Meio Ambiente - FUNDEMA, previsto no Anexo VIII da Lei Complementar nº 10/2011 de 19/10/2011, passa a vigorar conforme o Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - É parte integrante desta Lei, o anexo I, ficando autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, alterar por Decreto o Anexo VIII da Lei Complementar nº 10/2011 de 19/10/2011, prevendo o vencimento do cargo de Diretor Operacional conforme o Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, constante do Orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
16 de fevereiro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2012

ANEXO VIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2011 QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Diretor Superintendente	DC	1	4.948,24
Diretor Operacional	DC	1	2.359,45

Lei Nº 3.716 de 20/12/2011 REPUBLICADA

REPUBLICADA

LEI Nº 3.716 DE 20/12/2011

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2.933/05 DE 13/04/2005 QUE INSTITUI AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 2.933/05 de 13/04/2005, que instituiu Auxílio Alimentação aos Servidores do Poder Executivo.

Art. 2º - O caput do Artigo 1º - da Lei nº 2.933/05 de 13/04/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o Auxílio Alimentação para todos os servidores ativos do Poder Executivo do Município, da Fundação Hospitalar Dr. José Athanasio, Fundação Cultural Cid Caesar de Almeida Pedroso e Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema."

Art. 3º - O Parágrafo único do Artigo 1º - da Lei nº 2.933/05 de 13/04/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

"Parágrafo único - O benefício previsto no caput desse Artigo, é extensivo aos servidores considerados empregados públicos, que exercem suas funções nos Programas Especiais e que são regidos pela CLT., bem como aos Diretores de Fundações, e aos Servidores ocupantes de Cargo em Comissão.

Art. 4º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, constante do Orçamento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
20 de dezembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.732 de 16/02/2012

LEI Nº 3.732 DE 16/02/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.081 - Realização da Festa do Município

8-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) provenientes da seguinte dotação orçamentária do orçamento geral do município:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

7-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

16 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.733 de 16/02/2012

LEI Nº 3.733 DE 16/02/2012

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR de Campos Novos, órgão vinculado ao gabinete do prefeito, com atribuições junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, que passa a integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e terá como atribuições:

- a) Coordenar, incentivar e promover as atividades turísticas no município de Campos Novos;
- b) estudar e propor ao Poder Executivo Municipal, medidas de difusão e apoio ao turismo no município de Campos Novos em parceria com órgãos e entidades oficiais especializados;
- c) elaborar e propor periodicamente ao Poder Executivo Municipal as diretrizes básicas da Política Municipal de Turismo;
- d) articular entre o Poder Público e a sociedade civil as ações decorrentes das reuniões do conselho;
- e) estabelecer normas, padrões, métodos, técnicas e parâmetros para a implantação, consolidação e contínuo aperfeiçoamento de serviços e produtos turísticos de qualidade, observada a constituição permanente;
- f) acompanhar e orientar a Administração Municipal na administração dos pontos turísticos do município;
- g) estimular a elaboração de inventário dos atrativos turísticos, estudos de demanda e diagnóstico do setor, orientando para a plena divulgação destes dados;
- h) propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no município;
- i) promover a integração do Município ao Plano Nacional de Municipalização do Turismo da EMBRATUR;
- j) colaborar na elaboração e divulgação do calendário turístico do município;
- k) desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas para o Município; e,
- l) elaborar e modificar quando necessário o Regimento Interno, devendo para tanto obter aprovação por voto da maioria qualificada de seus membros.

Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo de que trata o Art. 1º desta Lei, será formado por representantes das entidades abaixo relacionadas, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente:

- a) dois representantes dos hotéis de Campos Novos;
- b) dois representantes dos restaurantes de Campos Novos;
- c) dois representantes dos postos de combustíveis de Campos Novos;
- d) dois representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- e) dois representantes da Associação Industrial, Rural e Cultural de Campos Novos;
- h) dois representantes da Fundação Cultural Camponovense "Cid Caesar Pedroso";
- i) dois representantes de Movimentos Tradicionalistas Gaúchos - MTG's;
- j) dois representantes da iniciativa privada do setor de turismo.

Parágrafo Único: Os representantes das entidades previstas no caput serão indicados pelas mesmas por meio de ofício endereçado ao prefeito, e nomeados por decreto.

Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á a cada 30 (trinta) dias ou sempre que for necessário para o desempenho das atividades que lhe competem e terá um presidente que será o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo; além de um vice-presidente e um secretário executivo designados pelo prefeito, e demais membros nomeados por decreto pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º As decisões do Conselho Municipal de Turismo serão todas por maioria absoluta dos membros, e seus atos não poderão ser revogados pelo Executivo, sem a consulta do Legislativo.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo será gratuito, e se constituirá em serviço público relevante.

Art. 7º O Poder executivo, através da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, deve fornecer ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR o apoio administrativo e operacional necessário à consecução de seus objetivos, considerando os parâmetros orçamentários.

Parágrafo Único. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações orçamentárias, consignadas sob a rubrica:

Órgão: 07 - Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade: 22 - Departamento de Turismo
Proj/Ativ.: 2.031- Manutenção do departamento do Turismo
Elemento: 3-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0

Art. 8º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo deve ser elaborado e aprovado pela maioria de seus membros em até 30 dias, a partir da posse de seu primeiro mandato.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.314/97 de 15/05/1997 e a Lei nº 2.325/97 de 19/06/1997.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,

16 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.462 de 19/01/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.462 DE 19/01/2012

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1519 de 01/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Mecânico, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do falecimento do titular, Valmor Batista, retroagindo seus efeitos a 09 de novembro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
19 de janeiro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.472/2012 de 02/02/2012

DECRETO Nº 6.472/2012 DE 02/02/2012

HOMOLOGA RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 33 do Regulamento do Concurso aprovado pelo Decreto nº 5.449/07,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final classificatório do Concurso Público promovido pelo Edital nº 002/2011 de 12/12/2011, obedecendo à ordem decrescente da pontuação para as categorias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
02 de fevereiro de 2012.
JAIRO LUFT
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 6.479 de 14/02/2012 Republicado
REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.479 DE 14/02/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 20/02 (segunda-feira) e no período matutino do dia 22/02 (quarta-feira), na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento serviços essenciais, retornando as atividades no dia 22/02 (quarta-feira) a partir das 12 horas e 30 minutos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
14 de fevereiro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Nº 14/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/03/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial, localizado na Rua São João Batista, ao lado da Igreja Matriz, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 17 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº08/2012, Processo 51/2012

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº51/2012 Dispensa 08/2012

Objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA PARA ARRENDAMENTO PARA RETIRADA DE CASCALHO NA LINHA GAUCHA, DISTRITO DE DAL PAI PARA MECANIZAR AS ESTRADAS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Campos Novos 15de fevereiro de 2012

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 4925 de 08/02/2012

LEI Nº. 4925 DE 08/02/2012

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em Exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" ao "DEPARTAMENTO DE EVANGELISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL MONTE SINAI", para a realização de um grande evento, "O Congresso de Convenção", que acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de

fevereiro do corrente ano.

Parágrafo Único - A área contemplada pelo "caput" deste artigo refere-se aos Pavilhões, banheiros, e toda a área livre interna do Parque.

Art.2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 10/02/2012 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e Orçamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissória, tendo como término o dia 12/02/2012 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art.3º - Ficará a cargo do "DEPARTAMENTO DE EVANGELISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL MONTE SINAI":

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

V - Implantar às suas expensas todos os sistemas de segurança exigidos por lei;

VI - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu.

VII - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissória promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do "DEPARTAMENTO DE EVANGELISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL MONTE SINAI", a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável única e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento.

Art.5º - Poderá o "DEPARTAMENTO DE EVANGELISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL MONTE SINAI", promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque no dia da realização do evento referido nesta Lei.

Art.6º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de fevereiro de 2012
LUIZ ALEBRTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 4926 de 08/02/2012

LEI Nº. 4926 DE 08/02/2012

"AUTORIZA O EXECUTIVO A ADQUIRIR IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em Exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir um terreno urbano com área de 3.385,50 m² (três mil, trezentos e oitenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados), de propriedade das CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC, constituído pelos lotes urbanos números 4, 5, 6 e 8, respectivamente com 849,00 m², 847,50 m², 846,00 m² e 843,00 m², matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº. 42.532, Livro 3-AP, fl. 234, localizado na Rua João Allage, Bairro Sossego, neste Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A área a ser adquirida pelo Município será destinada a sediar futuras instalações de órgãos vinculados as Secretarias Municipais nas áreas de saúde, assistência social e educação.

Art. 3º - O valor pecuniário a ser despendido pelo Município para a aquisição do imóvel, citado no artigo 1º desta Lei, não poderá exceder a monta de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de fevereiro de 2012
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 023/2012

DECRETO Nº 023/2012

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SMS/2012"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologados os resultados do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 02/SMS/2012, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
Município de Canoinhas
Processo Seletivo Edital Nº 02/SMS/2012

MÉDICO PEDIATRA - 03 VAGAS - 10Horas

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
02	Geraldo Luiz Cardoso Chaves CPF: 600.662.457-53	6,5	1º - Aprovado
01	Carlos Gustavo Werner Baggio CPF: 023.291.689-69	6,5	2º - Aprovado
03	Georgia Pereira de Souza CPF: 861.729.999-15	-	Faltou

Decreto Nº. 020/2012

DECRETO Nº. 020/2012
RATIFICA DECRETO Nº. 126/2011

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 126/2011, que aprovou o Condomínio Residencial Horizontal Fechado - CRHF com área de 20.977,80 m² (vinte mil, novecentos e setenta e sete metros e oitenta décimos quadrados), denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SUISSA", procedido por GUILHERME JOSÉ DE SOUZA FILHO, situado na Rua Bernardo Olsen, Bairro Alto da Tijuca nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca na matrícula nº. 34.596.

Art.2o - Fica o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 461,25 m², lote nº. 02 com área de 439,19 m² e lote nº. 03 com área de 461,25 m², lote nº. 04 com área de 620,00 m², lote nº. 05 com área de 461,25 m², lote nº. 06 com área de 620,00 m², lote nº. 07 com área de 461,25 m², lote nº. 08 com área de 471,20 m², lote nº. 09 com área de 461,25 m², lote nº. 10 com área de 424,61 m², lote nº. 11 com área de 461,25 m², lote nº. 12 com área de 1.089,82 m², lote nº. 13 com área de 545,52 m², lote nº. 14 com área de 420,00 m², lote nº. 15 com área de 420,00 m², lote nº. 16 com área de 420,00 m², lote nº. 17 com área de 420,00 m², lote nº. 18 com área de 651,90 m², lote nº. 19 com área de 459,02 m², lote nº. 20 com área de 399,00 m², lote nº. 21 com área de 399,00 m², lote nº. 22 com área de 399,00 m², lote nº. 23 com área de 364,43 m²., Vias Internas com área de 3.663,23 m², Área de Recreação com área de 2.098,00 m² e Área de Estacionamento com área de 156,40 m², e Área de Uso Comum 3.729,98 m², conforme requerimento protocolado sob nº. 3589/2011.

Art.3o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de fevereiro de 2012.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 021/2012

DECRETO Nº. 021/2012
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.614,00m² (Um mil, seiscentos e quatorze metros quadrados), procedido por AGOSTINHO MACHADO, situado na Rua Barão do Rio Branco, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 21.327 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 31 com área de 665,40m² e lote nº32 com 948,60m², ambos pertencentes à quadra 154, conforme requerimento protocolado sob nº.0386/2012.

Art.2o - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2012.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 022/2012

DECRETO Nº. 022/2012
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei

Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por RISETH CLAUDY BUBA, situado na Rua Saulo de Carvalho, no bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 764 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 555,00m² e lote nº02 com 45,00m², sendo que este lote só pode ser vendido/transferido ao confrontante, conforme requerimento protocolado sob nº.0414/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 024/2012

DECRETO Nº. 024/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 390,00m² (Trezentos e noventa metros quadrados), procedido por CLAUDIR DRANSFELD, situado na Rua Reinaldo Kruger, no bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 24.144 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 24 com área de 245,53m² e lote nº25 com 144,47m² sendo este podendo ser vendido/transferido somente ao confrontante, ambos pertencentes a quadra nº1219, conforme requerimento protocolado sob nº.7719/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 098/2012

PORTARIA Nº. 098/2012

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 002/2007, inscrito sob nº. 2327, a partir de 06/02/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 06/02/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

N.º 001/2012 - Edital De Seleção Para Beneficiários De Bolsa De Estudo Do Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

EDITAL DE SELEÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DE BOLSA DE ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012.

N.º 001/2012

O Prefeito do Município de Canoinhas em exercício, Luiz Alberto Rincoski Faria, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados que realizar-se-á seleção para concessão do benefício BOLSA DE ESTUDOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012, o qual reger-se-á pelas seguintes disposições:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.A seleção dos candidatos à bolsa do referido programa de que se trata este Edital é processada a partir da análise da Ficha de Inscrição e da documentação apresentada pelo interessado no prazo e local previstos neste Edital;

1.2. O preenchimento e a instrução da Ficha de Inscrição para Análise para Bolsas do Sistema supõem, respectivamente, completar os campos previstos com informações verídicas e cabais, e incluir cópias comprovadas de todos os documentos listados neste Edital;

1.3. A documentação será de total responsabilidade do candidato. Havendo qualquer irregularidade nos documentos apresentados

e/ou ausência de algum documento exigido no presente Edital, o candidato será considerado inabilitado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA;

2. DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Edital a seleção de estudantes matriculados no Colégio Agrícola Vidal Ramos, para os filhos de produtores rurais identificados através de bloco de produtor rural, residentes e domiciliados no interior do município de Canoinhas/SC, no qual pretende garantir a formação de profissionais na área de conhecimento, visando prepará-los para inserção no mercado de trabalho, suscitar a participação no desenvolvimento do município, ampliar a qualidade de vida e o desenvolvimento da cidadania, bem como promover a divulgação e o conhecimento, apoiando com o pagamento de 50% do custo da mensalidade.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS

3.1 O candidato para ter o seu pedido analisado deve satisfazer os seguintes requisitos:

- a) cópia identidade e CPF do aluno;
- b) comprovante de residência e domicílio, por no mínimo, seis meses no interior do município;
- c) comprovar renda familiar, principal como sendo da agricultura;
- d) apresentação de toda a documentação que for exigida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

4. DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas no período de 16 de fevereiro à 06 de março de 2012, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13h30min às 15h30min, pelos interessados em participar, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, situada na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro - Canoinhas/SC, CEP: 89.460-000. Apresentar toda documentação exigida, e realizar o preenchimento do Formulário de inscrição e seus anexos no ato da inscrição.

4.2 Não serão aceitas inscrições feitas fora do prazo ou horário estabelecido no item 4.1;

4.3 Os interessados deverão entregar, obrigatoriamente, dentro do prazo, cópia dos documentos abaixo discriminados, que poderão a critério do Conselho, quando da avaliação exigir apresentação dos originais.

- a) Requerimento de inscrição (modelo - Anexo I), que deverá ser devidamente preenchido e assinado;
- b) Autorização dos pais ou responsáveis (modelo - Anexo II);
- c) Procuração (caso necessário) (modelo - Anexo III);
- d) Termo de compromisso (modelo - Anexo IV e V);
- e) Comprovante de matrícula em curso técnico agrícola,
- f) Cópia do RG e do CPF;
- g) Bloco de notas de produtor rural,

4.4. Em caso de candidato menor de 18 (dezoito anos), deverá preencher declaração dos pais ou responsáveis legais autorizando a sua participação;

4.5. Quando o aluno, em contrapartida ao benefício recebido durante a realização do curso, desempenhará atividades extracurriculares a serem determinadas pelo Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos, sendo em média 8 horas por semana de trabalho não remunerado, ficando a critério da Administração Municipal a prorrogação da carga horária;

4.6 É requisito também participar de uma tarde de conhecimento do Colégio Agrícola Cedup Vidal, a ser determinado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cedup Vidal Ramos, Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA, conforme data a ser definida.

5. DA COMISSÃO JULGADORA

5.1 A seleção dos alunos contemplados será feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA;

5.2 Caberá a uma Assistente Social nomeada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família fazer o estudo sócio-econômico dos alunos inscritos;

5.2 É facultado à Comissão de Seleção promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada, contudo a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente do ato de inscrição;

6. DA DURAÇÃO DO BENEFÍCIO

6.1. O prazo máximo de duração da concessão do benefício será correspondente ao número de anos ou semestres de duração regular do curso para o qual o bolsista se encontra matriculado, não podendo ser prorrogado;

6.2. As bolsas serão renováveis semestralmente ou anualmente mediante o cumprimento do aproveitamento acadêmico de no mínimo 75% de frequência e média mínima de 7.0 em todas as disciplinas;

6.3. O não cumprimento do item anterior desobriga o Município de Canoinhas a renovação da concessão da bolsa;

6.4. O aluno contemplado com a bolsa de estudos no primeiro ano de estudos no Colégio, permanecerá com a bolsa os três anos até a conclusão de seus estudos, desde que atendidos os requisitos, acima expostos.

7. DAS VAGAS OFERECIDAS

A Administração Municipal ofertará 18 (dezoito) Bolsas de Estudo de 50% do valor da mensalidade.

8. DO VALOR DA BOLSA ESTUDO

O valor da Bolsa de Estudo não poderá ser inferior a 50%, do valor da mensalidade, devendo ser atribuído a todos os bolsistas percentuais iguais. O benefício será pago, diretamente ao Cedup Vidal Ramos, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Planilhas de avaliação dos alunos (notas bimestrais)

9. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

São condições essenciais, para o deferimento do benefício que o interessado comprove cumulativamente:

9.1 Ser domiciliado e residente no interior do município de Canoinhas/SC;

9.2 Estar matriculado ou cursando curso de técnico em Agropecuária junto ao Cedup Vidal Ramos;

9.3 Não possuir rendimento próprio, ou sendo empregado quando as despesas com educação comprometer seu próprio sustento e de sua família;

9.4 Em caso de o número de candidatos aptos exceda a quantidade de vagas oferecidas, serão aplicados os seguintes critérios:

- a) Menor renda familiar;
- b) Família mais numerosa;
- c) Família com mais de um estudante.

10. DO RESULTADO

O resultado da seleção será publicado em órgão oficial de publicação municipal, bem como, nos órgãos da Administração Pública, além de ficar disponível no site oficial do município:

www.pmc.sc.gov.br.

A comissão terá um prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento das inscrições para publicar a relação dos candidatos contemplados com o benefício.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1 A título de contrapartida ao Município, pela inclusão no Sistema Bolsa Estudo, os bolsistas prestarão serviços em quaisquer dos órgãos e entidades da sua Administração direta ou indireta, sem prejuízo de cumprimento do horário escolar, bem como no próprio Cedup Vidal Ramos;

11.2 Como contrapartida ao Município pela Bolsa Estudo, os alunos beneficiários do projeto, prestarão os seguintes tipos de serviços: elaboração de projetos, seminários, campanha de interesse

do município, podendo ainda desenvolver outras atividades correlatas ao curso, realizando sempre que solicitado pelo Conselho, sem prejuízo do cumprimento do horário escolar;

11.3 Formalizar-se-á a contrapartida pela assinatura do termo de compromisso que conterá necessariamente as obrigações do bolsista e da Administração Pública Municipal;

11.4 A prestação de serviço, como contrapartida, não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o Município e suas entidades;

11.5 Os candidatos à obtenção de bolsas deverão, anualmente, de acordo com calendário estabelecido pelo Conselho, efetuar a inscrição diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

11.6 O bolsista poderá, após análise e parecer da Coordenação Municipal de Bolsas de Estudo, perder o direito ao benefício quando:

- a) omitir ou prestar informações inverídicas;
- b) for reprovado em qualquer matéria do curso e a Coordenação não aceitar as justificativas apresentadas pelo bolsista;
- c) houver, no ano anterior, cancelado, trancado sua matrícula, mudado ou desistido do curso;
- d) for reprovado por faltas ou aproveitamento, inclusive durante o ano letivo, através da análise de documentação a ser solicitada a instituição de ensino;
- e) o aluno que ficar em dependência - DP, em três ou mais disciplinas entre as cursadas no respectivo ano/módulo/semestre.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O ato de inscrição nesta seleção implica a aceitação de todas as condições estipuladas no presente Edital;

12.2 As inscrições deverão cumprir todas as exigências do presente Edital, sob pena de cancelamento da inscrição;

12.3 Quaisquer esclarecimentos aos interessados e orientação técnica para preenchimento a Ficha de Inscrição, Declaração e Questionário socioeconômico-cultural, serão prestados pela equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 15h30min pelo telefone (047) 3621-7735;

12.4 Os casos omissos relativos ao presente Edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

12.6 O presente Edital será publicado em órgão oficial de publicação municipal, bem como, nos órgãos da Administração Pública, além de ficar disponível no site oficial do município: www.pmc.sc.gov.br.

Canoinhas, 16 de fevereiro de 2012

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em exercício

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012

Por meio do presente, venho a requerer minha inscrição na BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012, acima referido e declaro estar ciente de que a mesma implica minha total concordância e o cumprimento de todas as normas estabelecidas pelo Edital da seleção para a concessão de Bolsa de Estudo edição 2012, bem como declaro, sob as penas da lei, a veracidade da documentação e informações por mim apresentadas.

Nome completo: _____
N.º RG: _____ Órgão expedidor: _____ N.º CPF: _____
Profissão: _____ Sexo: F () M ()
Nacionalidade: _____ Estado civil: _____
Data de nascimento: _____ Naturalidade: _____

Endereço: _____ N.º _____ Local de nasc.: _____
Complemento: _____ Bairro: _____
Estado: _____ Cep: _____ Cidade: _____
Telefone: _____
Nome do pai: _____
Nome da mãe: _____

INFORMAÇÕES DO GRUPO FAMILIAR

Relacionar no quadro abaixo todos os moradores que compõem seu grupo familiar: _____

Canoinhas, ____ de _____ 2012.

Assinatura

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

Autorizo a inscrição de: _____, na seleção para a concessão de bolsa de estudos do Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos 2012.

Nome dos pais ou responsável legal: _____

RG: _____, CPF: _____

Endereço: _____ N.º _____ Complemento: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Cep.: _____ Telefone: _____

Canoinhas, ____ de _____ de 2012.

Assinatura dos pais ou responsável legal

ANEXO III - PROCURAÇÃO

EU, _____, nacionalidade _____, naturalidade _____, estado civil _____, residente e domiciliado em _____, documento de identidade _____, CPF _____, NOMEIO MEU (MINHA) PROCURADOR (A) O SR.(A) _____, nacionalidade _____, naturalidade _____, estado civil _____, residente e domiciliado na localidade de _____, documento de identidade _____, CPF _____, para fins de outorgar poderes, junto a seleção para beneficiários de bolsa estudo do colégio agrícola Cedup Vidal Ramos 2012 em meu nome, requerer inscrição.

Canoinhas, ____ de _____ de 2012.

Assinatura

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que estou CIENTE que caso DESISTA dos estudos, estando EU com o benefício da BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012, após o 2º bimestre de 2012, por qualquer motivo, terei que ressarcir o investimento efetuado pelo MUNICÍPIO DE CANOINHAS, não tendo direito a qualquer mensalidade.

Canoinhas, ____ de _____ de 2012.

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO ASSINADO PELOS PAIS

(caso filho for menor de 18 anos)

Eu _____, RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que a estou CIENTE que caso o meu filho _____, portador da identidade _____ e CPF _____ DESISTA dos estudos, estando com o benefício da BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2012, após o 2º bimestre de 2012, por qualquer motivo, terei que ressarcir o investimento efetuado pelo MUNICÍPIO DE CANOINHAS, não tendo direito a qualquer mensalidade.

Canoinhas, _____ de _____ de 2012.

Assinatura

Capinzal

PREFEITURA

FMSC - Alteração - Processo Licitatório Nº 0008/2012 - Processo Licitatório Nº 0008/2012

TERMO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0008/2012

Pregão Eletrônico Nº 0002/2012

OBJETO: Aquisição Fracionada de Materiais de Limpeza para uso das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e gêneros alimentícios para o Grupo de Diabéticos e Hipertensos, durante as atividades do ano de 2012, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 23/02/2012.

DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 23/02/2012.

Leia-se:

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.cnm.org.br> Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 28/02/2012.

Capinzal, 15 de fevereiro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Homologação INSCRIÇÕES Processo SELETIVO 02.2012 - CIALAR

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2012

SERVENTE		
INSC.	NOME	DATA NASC.
003	Joseane Cardoso Evaristo	29.03.1984
009	Rosemeri Aparecida Zini	30.05.1984
015	Claudete Aparecida Titon da Rosa	24.08.1973
017	Sidinéia Aparecida Maria	18.09.1984
023	Cleusa Aparecida Antunes	12.02.1968

032	Marielda Salette Gubert	05.08.1963
033	Fabiana Franco dos Santos	09.01.1986
035	Luciana Dambrós Moreira	26.06.1985
TOTAL: 08		
MONITOR SOCIAL		
INSC.	NOME	DATA NASC.
001	Elisiane Slongo	25.04.1977
002	Clarice Aparecida Carletti	17.11.1984
004	Edicléia Didéa Muneron	10.05.1987
005	Aline Nordt	24.05.1993
006	Leonardo Dambrós	02.08.1987
007	Naiane Aparecida da Motta	22.10.1991
008	Simone da Silva Mattos	15.10.1986
010	Claudete Trezinha Ramos	31.07.1987
011	Janete da Rosa	06.11.1979
012	Lusiana Angeli Hachmann	23.03.1984
013	Viviane dos Santos	05.05.1992
014	Claudia Renata Teles	27.04.1992
016	Bruna da Silva	02.07.1993
018	Jussara Machado	23.06.1980
019	Leandro Pereira da Silva	09.10.1990
020	Daniela Juliana Costa	21.03.1991
021	Taionara Mantovani	11.11.1993
022	Luciana Cordeiro	07.03.1978
024	Marisa Aparecida Isganzella Bazzo	08.12.1969
025	Jesieli Pilonetto Lopes Duarte	29.07.1987
026	Thays Inara Bonissoni Almeida	03.09.1978
027	Lourdes dos Santos Jaques	26.06.1968
028	Josiane Bareta	29.01.1992
029	Pâmela Ribeiro Galvão Fachin	21.08.1989
030	Franciane Baldissera	11.11.1993
031	Carla Simone Vigolo	19.02.1986
034	Fábia Camila da Rosa	28.05.1984
036	Sandra Fachin	20.11.1971
037	Schaiane Bolzani	26.12.1984
038	Vanessa da Silva	19.04.1980
039	Márcia Kerber Schmidt	31.07.1980
040	Luciela Gross	07.01.1989
041	Janaina Krul	30.11.1993
042	Rafael Thomaz de Vargas	12.03.1989
043	Sandra Terezinha Coussou	16.08.1965
044	Simone Aparecida da Silva	23.04.1982
045	Vanderleia Aparecida de Campos Inácio	23.10.1975
TOTAL: 37		

Capinzal SC, 16 de fevereiro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.806, de 15 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 1.806, de 15 de fevereiro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo nº 001/2012, destinado ao preenchimento em caráter temporário, de vagas em cargos e habilitações, para atender à necessidade de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO, a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantindo o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

CONSIDERANDO, o esaurimento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos os tempestivos e regularmente interpostos,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e classificação final do Processo Seletivo nº 001/2011, promovido pela Administração Municipal de Catanduvas-SC, destinado à admissão em cargos conforme consta nos quadros seguintes:

I – CONCORRÊNCIA GERAL:

a) Para Atender necessidade temporária na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Identificação do Cargo					Nº de vagas		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL					12		
Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	Classificação	
108	ELIZABET PARISOTTO BORIN	5,94	-	1,50	7,44	1º	
15	DANIA CECILIA DAROLD	5,82	-	1,50	7,32	2º	
137	MARILIA PAGANINI	5,75	-	1,20	6,95	3º	
70	CLEUNICE A. GERVASIO	5,32	-	1,50	6,82	4º	
244	ROSANGELA T. A. DE MORAES	5,99	-	0,70	6,69	5º	
76	FERNANDA MARTELLO HERMES	5,92	-	0,70	6,62	6º	
59	MARILU S. G. ZAMPIERON	5,36	-	1,20	6,56	7º	
78	ELIANE MARIA DE SÁ	5,00	-	1,50	6,50	8º	
112	JUSSARA ALVES DA SILVA	4,83	-	1,50	6,33	9º	



65	PATRICIA DOS SANTOS PICININI	5,63	-	0,70	6,33	10°		
117	VANUSA F. ZIMERMANN	5,09	-	1,20	6,29	11°		
2	MÔNICA SIMIONE	5,05	-	1,20	6,25	12°		
98	ZENIR APA-RECIDA DA SILVA	5,82	-	0,30	6,12	13°		
205	ADRIANA CORREIA DE MELO	5,17	-	0,70	5,87	14°		
19	LIAMARA TONIELO	5,41	-	0,30	5,71	15°		
48	KAROLINE LOPES SACHET	5,00	-	0,70	5,70	16°		
258	TAMARA C. C. DETOFENO	4,93	-	0,70	5,63	17°		
45	LUCIANA DEPINÉ	5,22	-	0,30	5,53	18°		
206	DANIELA AMALCABURIO VARISA	5,00	-	0,30	5,30	19°		
254	MARCIA T. F. FAGUNDES	4,42	-	0,70	5,12	20°		
197	MARLI DA SILVA CA-DORE	5,12	-	0,00	5,12	21°		
33	CAMILE THAISE COLLA	5,00	-	0,00	5,00	22°		
80	TEREZINHA A. CHINATO BAZZI	4,59	-	0,30	4,89	23°		
49	ELIANE MORAES DE SOUZA	4,52	-	0,30	4,82	24°		
109	ADRIANA IONA A. COR-DEIRO	4,13	-	0,30	4,43	25°		

Nº de vagas

Identificação do Cargo

15

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classi-ficação		
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final			
3	VAL-DEMIR BOGONI	6,76	-	1,20	7,96	1°		
53	ELIANE HETKOWSKI	6,42	-	1,50	7,92	2°		
163	ALES-SANDRA FISCHER	6,49	-	1,20	7,69	3°		
156	ESOLETA TOMASI PEREIRA	6,47	-	1,20	7,67	4°		
22	ELIS REGINA B. TIZATTO	6,47	-	0,70	7,17	5°		
171	MARIA H. MACEDO KNEBEL	5,31	-	1,50	6,81	6°		

17	IVÂNIA APARECI- DA NORA	5,19	-	1,50	6,78	7°		
74	CAMILA BISI- NELLA	5,14	-	1,50	6,64	8°		
105	JULIANE BRESSA- NELLI	6,30	-	0,30	6,60	9°		
77	VARNEI BARCARO	5,00	-	1,50	6,50	10°		
128	ANA PAULA LONGHI- NI	5,48	-	1,00	6,48	11°		
157	SOILI GROSS FELIPPE	4,95	-	1,50	6,45	12°		
169	LENIR TERE- ZINHA BEGNINI	4,78	-	1,50	6,28	13°		
114	ALE- XANDRA V. DOS SANTOS	4,76	-	1,50	6,26	14°		
73	DANIELA GARBIN	4,61	-	1,50	6,11	15°		
220	ANA PAULA FERNAN- DES	4,59	-	1,50	6,09	16°		
50	JANETE MARIA ZATTERA	4,56	-	1,50	6,06	17°		
221	ROSAN- GELA SALETE CARL	4,54	-	1,50	6,04	18°		
239	NOELI SALETE NATZUIK	4,54	-	1,50	6,04	19°		
38	DILVETE LUVISON TO- NIELLO	4,49	-	1,50	5,99	20°		
159	MAR- GARETE PETTER DUTRA	4,78	-	1,20	5,98	21°		
233	JAN- CARLA RODRI- GUES	4,71	-	1,20	5,91	22°		
52	MARILE- NE MA- CHADO	4,39	-	1,50	5,89	23°		
72	ELISA MARA CARL	4,81	-	1,00	5,81	24°		
67	CIBELY FAVRET- TO	4,56	-	1,20	5,76	25°		
138	MARIA C. TONN GERVÁ- SIO	4,51	-	1,20	5,71	26°		

127	ALINE CRISTIANI LEITE	4,30	-	1,20	5,50	27°		
130	JANETE TACIANA DE MARQUIAS	4,81	-	0,30	5,11	28°		
150	ALINE NERIS DA CRUZ	4,37	-	0,70	5,07	29°		
46	VANEZA FRANCI DA SILVA	4,85	-	0,00	4,85	30°		
4	FABIANA A. VIEIRA DOS SANTOS	3,84	-	1,00	4,84	31°		
40	JULIANA B. F. DE QUEIROZ	4,54	-	0,30	4,84	32°		
120	ELIANE APARECIDA CARDOSO	4,44	-	0,30	4,74	33°		
51	ELAINE APARECIDA RAMOS	4,03	-	0,70	4,73	34°		
14	ADILES APARECIDA RODRIGUES	4,42	-	0,00	4,42	35°		

Nº de vagas

Identificação do Cargo

01

PROFESSOR DE ARTES

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação		
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final			
119	LUCIANE HACK	4,54	-	1,20	5,74	1°		
39	MARILENE A. DE OLIVEIRA	4,68	-	0,00	5,68	2°		

Nº de vagas

Identificação do Cargo

09

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação		
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final			
5	RAFAEL MUNARETTO	6,35	-	1,20	7,55	1°		
162	CLEITON J. BRANCO DE CAMARGO	6,28	-	0,70	6,98	2°		
16	FABIANE APARECIDA PEROTTO	6,23	-	0,70	6,93	3°		
195	SUZANA MIOTTO MUNARETTO	6,01	-	0,70	6,71	4°		
58	EBERTON ROVER	5,41	-	1,20	6,61	5°		
214	JUNIOR CEZAR PANIZZI	5,41	-	1,20	6,61	6°		
83	CINTYA LAIS GOMES	5,31	-	0,70	6,01	7°		
21	BRUNA MAGNABOSCO	5,17	-	0,70	5,87	8°		
44	ANGELA M. BROLLO BEGNINI	5,12	-	0,70	5,82	9°		
43	THIARA G. CYRINO RAMOS	4,61	-	1,20	5,81	10°		



227	LETÍCIA FRASSON DE SOUZA	5,07	-	0,70	5,77	11°	
142	SUELI MANFE	4,54	-	1,20	5,74	12°	
181	ANGELO ERNESTO COMIN	5,00	-	0,70	5,70	13°	
196	KARINE NORNBERG MENDES	4,73	-	0,70	5,43	14°	
247	SAVANI MULLER SARTORI	4,13	-	1,20	5,33	15°	
269	REGINA CLAUDIA RIBEIRO	5,07	-	0,00	5,07	16°	
268	JULIANO CECCO-NELLO	5,02	-	0,00	5,02	17°	

Nº de vagas

Identificação do Cargo

03

PROFESSOR DE INGLÊS

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
198	GA-BRIELA DEITOS	4,34	-	0,70	5,04	1°	
276	ZENILDE APARECIDA DA SILVA	4,20	-	0,00	4,20	2°	

b) Para Atender necessidade temporária na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Nº de vagas

Identificação do Cargo

02

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
186	FERNANDA BORTOLOTTO	7,85	-	-	7,85	1°	
129	DIANA E. LEITE DALLA COSTA	6,50	-	-	6,50	2°	
201	SONIA MARIA PARI-SOTTO	6,10	-	-	6,10	3°	
115	DIEGO TRENTA CORREA	5,80	-	-	5,80	4°	
279	FRANCIELLE ZECHINI GARBIN	5,10	-	-	5,10	5°	

Nº de vagas

Identificação do Cargo

01

FARMACÊUTICO

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
71	SHEILA FERRI	8,60	-	-	8,60	1°	
262	JUCELAINE C. GARCEZ	8,35	-	-	8,35	2°	
229	LUALIS EDI DE DAVID	7,95	-	-	7,95	3°	
265	MARIÉLY DE MEIRA MORAIS	7,55	-	-	7,55	4°	
243	ALINE APARECIDA MARCON	7,05	-	-	7,05	5°	

Nº de vagas

Identificação do Cargo

02

FISIOTERAPEUTA (20 horas semanais)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
122	CRISTIANE ALINE MULLER	8,10	-	-	8,10	1°	
252	VIVIANNE LEITE	7,55	-	-	7,55	2°	



202	NADINE B. DE OLIVEIRA	7,10	-	-	7,10	3º			
110	GABRIELA AMARAL NETO SILVA	7,05	-	-	7,05	4º			
104	ELOANE KARCH	7,05	-	-	7,05	5º			
183	MARCIA C. GIRARDI HERMES	6,95	-	-	6,95	6º			
111	CAROLINE LUIZA LUCIAN BEDIN	6,90	-	-	6,90	7º			
36	MARIANE BITTEN-COURT	6,80	-	-	6,80	8º			
87	EMANUELLI CORÁ	6,50	-	-	6,50	9º			
237	DANIELA DIAS	6,45	-	-	6,45	10º			
113	FERNANDA PERNLOCHNER	6,00	-	-	6,00	11º			
132	LARISSA DAL PAZ	5,95	-	-	5,95	12º			
106	REGIS O. B. JUNQUEIRA DE C.	5,90	-	-	5,90	13º			
278	MARCELI MARCHE-SINI	5,65	-	-	5,65	14º			

Nº de vagas

Identificação do Cargo

02

PSICÓLOGO – (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
103	ERICA TOMAZI RIBEIRO	7,95	-	-	7,95	1º	
118	LUCIANA DAS GRACAS CARLETI	7,65	-	-	7,65	2º	
182	FRANCIELE D. SPIER BUTZEN	7,55	-	-	7,55	3º	
8	CINTIA DAL BERTO	7,50	-	-	7,50	4º	
257	ANA CRISTINA FINGER CAMPOS	7,20	-	-	7,20	5º	
139	EDILENE TRENTIN	7,20	-	-	7,20	6º	
241	KEILA PRISCILA DE MORAIS	7,10	-	-	7,10	7º	
6	LUCIANE FRANK	7,10	-	-	7,10	8º	
135	PRICILA DE F. DIAS DE ALMEIDA	7,05	-	-	7,05	9º	
253	PATRICIA BEHREND	6,80	-	-	6,80	10º	
226	RAQUEL CRISTINE BELING	6,80	-	-	6,80	11º	
164	TATIANA M. B. MENEGAT	6,75	-	-	6,75	12º	
20	ROSEMARI DA SILVA RIBEIRO	6,70	-	-	6,70	13º	
141	ELISAMARA DAL MORO	6,65	-	-	6,65	14º	
222	ANDRÉIA DE CÁSSIA HIBNER	6,50	-	-	6,50	15º	
285	CLAUDIANE FATIMA BRUXEL	5,85	-	-	5,85	16º	

Nº de vagas

Identificação do Cargo

01

ENFERMEIRO

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação	
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final		
79	EMÍLIA T. TRENTO BORTOLINI	9,70	-	-	9,70	1º	
126	RÚBIA TOIGO MIQUELOTTO	8,20	-	-	8,20	2º	
161	ANDREIZA HILDA KARCH PIRA	7,80	-	-	7,80	3º	
204	JAKEL KARG	7,75	-	-	7,75	4º	

192	NAIANE RIBEIRO	7,70	-	-	7,70	5º	
261	ELICIANI APARECIDA KADES	7,45	-	-	7,45	6º	
90	LUANA LOPES DUARTE	7,15	-	-	7,15	7º	
136	JESSICA M. DE JESUS NISSOLA	7,05	-	-	7,05	8º	
131	ANGELA SIGNORI	6,80	-	-	6,80	9º	
275	SIMONI CHIOTTI	6,75	-	-	6,75	10º	
200	DAISA ROMAN	6,75	-	-	6,75	11º	
116	LARISSA ROSSATTO CESA	6,55	-	-	6,55	12º	
249	DAIANE BOESING	6,30	-	-	6,30	13º	
121	JESSICA TAÍS BRESAN	6,25	-	-	6,25	14º	
23	NÁDIA RUBIA H. SELBACH	6,25	-	-	6,25	15º	
170	CRISTIANE BARETTA	6,10	-	-	6,10	16º	

Identificação do Cargo	Nº de vagas
	01

MÉDICO CLÍNICO GERAL (20 horas semanais)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	
212	GUSTAVO REBELATTO	10,00	-	-	10,00	1º
280	CARLOS H. ABREU DRIUSSI	7,50	-	-	7,50	2º

Identificação do Cargo	Nº de vagas
	01

MÉDICO GINECOLOGISTA (20 horas semanais)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	
28	JORGE UMINSKI MARTELLI	6,55	-	-	6,55	1º

Identificação do Cargo	Nº de vagas
	02

MÉDICO CLÍNICO GERAL**Estratégia Saúde da Família – ESF (40 horas semanais)**

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	
284	BIANCA SCHWAB	7,60	-	-	7,60	1º
232	JÚNIOR ANDERSON BALDIN	6,80	-	-	6,80	2º

c) Para Atender necessidade temporária na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:

Identificação do Cargo	Nº de vagas
	11

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	
147	DIVANDRO JÚNIOR DALMAGRO	8,90	-	-	8,90	1º
99	LUIZ GUILHERME SCARTON	8,85	-	-	8,85	2º
211	WELINGTON NUNES DA SILVA	8,45	-	-	8,45	3º
32	ZELINDA DO PRADO FREITAS	7,05	-	-	7,05	4º
216	MARINES ZUQUI	6,90	-	-	6,90	5º
11	MARIA A. A. ALVES MORAIS	6,65	-	-	6,65	6º
240	NADIR ALVES DE OLIVEIRA	6,35	-	-	6,35	7º
30	MARLENE T. CAVALLHEIRO	6,05	-	-	6,05	8º

12	JOANA BEGAIR PEREIRA	5,55	-	-	5,55	0º		
29	CARMEM MARILU BASSO	5,55	-	-	5,55	10º		
10	IVANIR RIBEIRO	5,55	-	-	5,55	11º		
9	JUCIMARA BATISTA	5,55	-	-	5,55	12º		
55	DORIS APARECIDA CARNEIRO	5,50	-	-	5,50	13º		
47	JOÃO LUIZ MAYER	5,45	-	-	5,45	14º		

Nº de vagas

Identificação do Cargo

03

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS – Motoniveladora

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação		
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final			
238	SANTOS DAGOSTINI MEZARI	3,76	3,83	-	7,59	1º		
225	MARCELO BANDEIRA	4,10	3,42	-	7,52	2º		
264	ANTONIO ALVES DA ROZA	4,36	2,67	-	7,03	3º		
203	DARCI INACIO SALES	3,96	2,92	-	6,88	4º		
167	CRISTIANO GOMES RAMOS	3,78	1,75	-	5,53	5º		

d) Para Atender necessidade temporária na EM SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

Nº de vagas

Identificação do Cargo

09

AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO (25 horas semanais)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação		
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final			
57	DELSI DA COSTA VIERA	4,92	2,12	-	7,04	1º		
154	LÉIA ADRIANA BANDEIRA	4,60	2,38	-	6,98	2º		
42	ELAINE BALDI RODRIGUES	4,68	2,27	-	6,95	3º		
68	ROSA MARIA DOS SANTOS	4,58	2,15	-	6,73	4º		
25	ELOIRDA APARECIDA RIBEIRO	4,20	2,46	-	6,66	5º		
149	VERA LUCIA DE LIMA	4,98	1,54	-	6,52	6º		
18	GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES	4,74	1,77	-	6,51	7º		
251	LUCIANA DE MEDEIROS	4,30	2,19	-	6,49	8º		
64	CLECIANE DOS SANTOS LIMA	4,98	1,31	-	6,29	9º		
34	ROSANI A. C. BALBINOT	4,54	1,73	-	6,27	10º		
134	ANGELA CRISTINA SALVATORI	4,26	2,00	-	6,26	11º		
165	MARILINE VARELA DA SILVA	3,96	2,27	-	6,23	12º		
81	LIDIANE BELLO	4,56	1,62	-	6,18	13º		
281	ELISABETE DA COSTA DE LIMA	4,54	1,58	-	6,12	14º		
248	DULCEMAR ROSA	4,00	2,12	-	6,12	15º		
259	CRISTIANE SALETE GONÇALVES	4,72	1,38	-	6,10	16º		
189	LUCIMAR DO AMARAL	4,74	1,35	-	6,09	17º		
193	IVANDRA S. ALVES DA SILVA	4,64	1,35	-	5,99	18º		

208	ADRIANA A. LEAL PASOLD	4,80	1,15	-	5,95	19°	
209	FABIANA BAN-DEIRA	3,90	2,00	-	5,90	20°	
54	SABRINA MAIARA DO AMARAL	4,50	1,38	-	5,88	21°	
7	MARILDE DE FÁTIMA V. DA SILVA	4,26	1,54	-	5,80	22°	
63	SILVANA MAIA DE MORAES	4,16	1,62	-	5,78	23°	
66	IVETE A. DOS SANTOS ELEUTERIO	4,54	1,23	-	5,77	24°	
185	LURDES VEIGA ROSA DA SILVA	4,42	1,31	-	5,73	25°	
102	CIRLENE A. SPAZZINI SCOTTI	3,72	2,00	-	5,72	26°	
35	EGILSE BITTENCOURT PEREIRA	4,08	1,54	-	5,62	27°	
94	DAIANE LUVISON	3,86	1,54	-	5,40	28°	
187	SIMONE DE LURDES CAVALHEIRO	4,16	1,23	-	5,39	29°	
273	ALESSANDRA ALVES RIBEIRO	4,06	1,00	-	5,06	30°	
143	DEBORA PROCOPIO PEREIRA	3,30	1,54	-	4,84	31°	
174	SILVANA BERNARDO DE SOUZA	3,82	1,00	-	4,82	32°	
175	SANDRA RIBEIRO	3,96	0,69	-	4,65	33°	
26	LORENI DA CRUZ	3,34	1,23	-	4,57	34°	
145	CARINA GIACOMELLI	3,34	1,08	-	4,42	35°	
178	ELIANE DA SILVA ANTUNES	1,28	1,31	-	2,58	36°	

Nº de vagas

Identificação do Cargo

07

AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO (40 horas semanais)

Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas				Classificação
		Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Final	
168	MARIVANIA DE F. CAVALHEIRO	4,48	2,31	-	6,79	1°
148	SIMONE DE FÁTIMA DOS SANTOS	5,16	1,58	-	6,74	2°
24	JAQUELINE C. F. MAROLI	4,68	2,00	-	6,68	3°
272	LIZIANE APARECIDA MARCON	5,36	1,31	-	6,67	4°
194	ELIANE S. DE LIMA SANTOS	4,74	1,92	-	6,66	5°
144	JULIANA DE MORAIS	5,16	1,46	-	6,62	6°
176	LUANA A. DAL PRAMARCONDES	5,12	1,38	-	6,50	7°
123	SOLANGE ANDERSON	4,84	1,46	-	6,30	8°
184	DIRLEI TITON	4,10	2,12	-	6,22	9°
60	MARISTELA DALMAGRO PINTO	4,40	1,81	-	6,21	10°
191	SUZANA TEREZINHA ZUCCHETTI	4,74	1,38	-	6,12	11°
37	DANIELA CAVALHEIRO SANTANA	4,02	2,00	-	6,02	12°
95	CELIANE REZENE	4,02	1,92	-	5,94	13°
62	JULIANA DURIGON	4,92	1,00	-	5,92	14°

266	MARCIA DE A. R. DE FREITAS	4,30	1,58	-	5,88	15°
234	RHAIZE W. MARCONDES AVILA	4,46	1,23	-	5,69	16°
172	IVETE M. CASSEMIRO RAMA	4,14	1,73	-	5,57	17°
267	LUCIANA A. FERNANDES ESPIT	4,36	1,15	-	5,51	18°
27	JUCELIR A. B. DO AMARAL	4,20	1,31	-	5,51	19°
190	MARLI A. K. DA COSTA PARIZZOTTO	3,68	1,62	-	5,30	20°
246	JANETE TERESINHA MENEGAT	3,66	1,58	-	5,24	21°
245	NECILDA DA SILVA S. DE ARAUJO	3,20	1,92	-	5,12	22°
263	NOELCI SALETE ALVES DA SILVA	3,94	1,15	-	5,09	23°

II – PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

Para Atender necessidade temporária na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Identificação do Cargo				Nº de vagas		
PSICÓLOGO – (CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social)				-		
Insc. nº	NOME DO CANDIDATO	Notas	Prova Objetiva	Prova Prática	Av. Títulos	Classificação
8	CINTIA DAL BERTO	7,50	-	-	-	1º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 15 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Extrato de Contrato FMAS Nº 0005/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0005/2012

Pregão nº 0035/2011 (Processo Licitatório nº 0110/2011)

Objeto: Contratação de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social e Conselho Tutelar.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: LAVAÇÃO DE VEÍCULOS CATANDUVAS LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Prazo de vigência: 12 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 12 de janeiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0007/2012

Pregão nº 0035/2011 (Processo Licitatório nº 0110/2011)

Objeto: Contratação de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social e Conselho Tutelar.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: LAVAÇÃO DE VEÍCULOS CATANDUVAS LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 14.580,00 (catorze mil, quinhentos e oitenta reais)

Prazo de vigência: 12 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 12 de janeiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº 0014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0014/2012

Pregão nº 0035/2011 (Processo Licitatório nº 0110/2011)

Objeto: Contratação de serviços de lavagem dos carros oficiais da Prefeitura Municipal de Catanduvas, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social e Conselho Tutelar.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: LAVAÇÃO DE VEÍCULOS CATANDUVAS LTDA ME.
Valor global contratado: R\$ 58.860,00 (cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais).

Prazo de vigência: 12 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 12 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0055/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0055/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2011 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2011).

Objeto: Contratação de mão de obra para construção de 200 unidades habitacionais, visando o cumprimento de convênio celebrado entre o governo federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): EMPREITEIRA E CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME.

Para alterá-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula Segunda do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, que as partes de comum acordo, resolvem modificar as condições entabuladas no contrato, para reduzir o número de unidades habitacionais de duzentas (200) para vinte (20) unidades;

CONSIDERANDO, que a decisão acima, é feita de forma livre e espontânea por ambas as partes, sendo que a CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de direito, expressamente renuncia a eventuais direitos obtidos no processo licitatório e contratação acima citados,

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ADITIVAR O CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES EM 02 DE MARÇO DE 2011, PASSANDO O MESMO A VIGORAR COM A CLÁUSULA SEGUNDA, 2.1.1 com o seguinte teor: "O objeto do presente contrato consiste na contratação de mão de obra para construção de VINTE (20) unidades habitacionais, visando o cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o Município de Catanduvás-SC, com interveniência da Caixa Econômica Federal, tudo conforme processo licitatório nº 0005/2011 na modalidade Tomada de Preços nº 0001/2011, conforme segue "

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Data e assinatura do contrato: 24 de janeiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 116 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 116/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 02/2012/RH.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública GERUSA ANACLETO, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, Matrícula nº. 234/02, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 117 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 117/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 03/2012/RH.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública LAURITA PAUL, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, Matrícula nº. 1274/05, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 118 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 118/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006

de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 04/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública JULIANA MARIA LONGEN, ocupante do cargo efetivo de Professora na disciplina de Português, 20 hrs, Matrícula nº. 2365/02, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 119 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 119/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 05/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública VERA LÚCIA GRACI DEMÉTRIO, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, Matrícula nº. 2063/06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 120 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 120/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 06/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública LILIANE SCHEIDT JASPER, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, Matrícula nº. 1174/14, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 121 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 121/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 07/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública ISOLETE SEBOLD PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, Matrícula nº. 1239/13, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 122 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 122/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 08/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública LEANDRÉIA HEERDT DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 20 horas, Matrícula nº. 236/10, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 123 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 123/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 09/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professora na disciplina de Ciências - 15 horas, Matrícula nº. 2048/10, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 124 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 124/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 10/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação ao Servidor Público CLEBER MEURER, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física - 40 horas, Matrícula nº. 2503/01, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 125 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 125/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 11/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação ao Servidor Público MAICON DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física - 40 horas, Matrícula nº. 1935/09, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível II - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 126 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 126/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 12/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho, a Servidora Pública EVA APARECIDA KEMPNER ABREU, ocupante do cargo efetivo de Professora - 40 horas, Matrícula nº. 218/06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 2, para a Referência 3, conforme dispõe os arts. 20 I, e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 127 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 127/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 13/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho, a Servidora Pública SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora na disciplina de História - 15 horas, Matrícula nº. 59/08, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 2, para a Referência 3, conforme dispõe os arts. 20 I, e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 128 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 128/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 14/2012/RH.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública DALVA PASSIG DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 20 horas, Matrícula nº. 243/09, na Secretaria Municipal

de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 129 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 129/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 15/2012/RH.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública LAURITA PAUL, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 20 horas, Matrícula nº. 1274/08, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III - Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 130 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 130/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 001/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as candidatas aprovadas no Concurso Público nº. 001/2011, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CLAS.	NOME	CARGO
9º	Luzia Preti Palhano	Agente de Serviços Gerais
10º	Angélica Silveira Sypriany	Agente de Serviços Gerais

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 131 de 16.02.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 131/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 090 de 08.02.2012, que admiti em caráter temporário o servidor, ALDO JEREMIAS, professor ACT-20 horas no 3º ano da U.E.I.P.V. P, a partir de 15.02.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria nº007-2012 de 16-02-2012

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº007/2012 de 16/02/2012.

ARLINDO STEIN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto Nº08/2012 do Poder Executivo, Considerando as comemorações carnavalescas, próximas vindouras, Considerando o dia de quarta-feira de cinzas, e Considerando a economia do erário Público;

RESOLVE:

Estabelecer Ponto facultativo.

Será facultativo o "ponto" no dia 20 de fevereiro e dia 22 no período matutino de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 16 de fevereiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Contrato n005/2012

Extrato do Contrato n005/2012

Contrato n005/2012

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratada: Jornal Vale Sul LTDA ME

Objeto: Contratação de publicações de matérias oficiais e institucionais de interesse do Poder Legislativo.

Valor mensal: R\$300,00.

Data da vigência: 02/02/2012, a 31/02/2012.

Errata

Errata: Errata do Contrato n04/2012

A publicação feita na edição nº921, Página 56 no que se refere ao Contrato n004/2012 passa a ter a seguinte correção:

Onde se lia: Data da vigência: 01/02/2012, a 31/12/2012

Passa a ler-se: Data da vigência: 01/02/2012, a 31/12/2012

Editai Audiência Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

DEMONSTRAR E AVALIAR AS METAS FISCAIS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

A Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor Arlindo Stein, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº0121 de 15.05.2001, convoca a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, para realização de Audiência Pública para demonstrar e avaliar as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2011 - 3º Quadrimestre bem como, torna público a toda a população do Município a realização da audiência, conforme data, local e horário abaixo descritos:

DATA: 24/02/2012 (SEXTA FEIRA)

LOCAL: Centro de Múltiplo Uso, com sede na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, Centro do Município.

HORÁRIO: 09h00min.

Chapadão do Lageado, 14 de fevereiro de 2012.

ARLINDO STEIN

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.388, de 9 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.388, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.800,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0057.1151 Modernização e Organização Administrativa do FIA

Elemento 4.4.50.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 75.820,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.602.0023.2024 Ações da Promoção da Produção Animal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.800,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.1.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcios

Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 08.243.0056.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 75.820,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Educação Especial

Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0062 Outros Recursos do FNDE R\$ 25.139,50

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.244.0060.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 57.388,53
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 38.280,23
Projeto/Atividade 08.244.0061.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 43.838,46
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 25.241,85

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 189.888,57.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Educação Especial

Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.0.0062 Outros Recursos do FNDE R\$ 510,50

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0024 Transferências de Outros Convênios R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 200.510,50.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.295, de 13 de junho de 2011 e 4.386, de 16 de dezembro de 2011, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 183/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 183/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia LUIZIANA KLASSMANN no cargo de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora LUIZIANA KLASSMANN, para exercer o cargo de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 2 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 184/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 184/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Designa o servidor LEVI ELOI DOS SANTOS para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor LEVI ELOI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, no período de 2 a 13 de fevereiro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste ato, a movimentação das contas bancárias nºs. 555.071-8 e 555.080-7, da FUMDEMA, junto ao BB/BESC, agência 5236-1, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado, senhor LEVI ELOI DOS SANTOS, no período de 2 a 13 de fevereiro de 2012, na forma estabelecida no Decreto nº 60/2009, de 2 de janeiro de 2009 e alteração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 185/2012, de 1º de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 185/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR, as pessoas abaixo mencionadas, cuja investidura será de 2 (dois) anos, a partir de 1º de fevereiro 2012, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - representantes do Poder Público Municipal:

a) titulares:

1. GLAUCEMIR LUIZ GRENDENE - Secretário Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Turismo - Presidente;

2. KENIA SIMONE LANG - Assessoria Jurídica do Município;

3. EDSON LUIS GONÇALVES - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

4. JOSE ALBERTO MAZOCCO- Fundação Municipal de Cultura;

5. ROSILENE SALVADOR POLINA - Fundação Municipal de Esportes;

b) suplentes:

1. RODINEI ZANELLA - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - Secretário-Executivo;

2. DENISE MARCONATTO - Assessoria Jurídica do Município;

3. LEVI ELOI DOS SANTOS - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

4. GELSON ANTONIO GARGHETTI - Fundação Municipal de Cultura;

5. SILVIOMAR BERNARDI - Fundação Municipal de Esportes;

II - representantes das entidades representativas do Município:

a) titulares:

1. ADEMIR LANGHINOTTI - Banco do Brasil;

2. KETINY KAREN VARIZA SEHN - Serviço Social do Comércio - SESC;

3. AGENOR FRIGO - Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau;

4. RIBAMAR LUNGE - Grupo Escoteiro Concórdia;

5. NADIA TERESINHA GREZZANA MASCELANI - Lions Clube Concórdia - Centro;

6. SAYONARA HINKEL - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

7. IVANETE TEREZINHA PEREIRA GRENDENE - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC;

8. MARISA NATALINA SANDRIN CADORIN - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

9. ADEMILSON BARREIROS DA SILVA - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

10. JOSEMAR SARTORETTO - Associação Empresarial de Concórdia - ACIC;

11. CLAUDIA CRISTIANE MORO - Universidade do Contestado - UnC Concórdia;

12. LECI MARINA HARNICH - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

13. OLAVO ADELBERTO KONIG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Concórdia;

14. OTAVIO MARQUES DE MELO - Lions Clube Concórdia - Vila

São Miguel;

15. ROSELI CEMBRANI - Memorial Atílio Fontana;

16. TEREZINHA LANDO - Rotary Clube;

17. LEOCERGIO SARTURI - Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL;

b) suplentes:

1. RONALDO FURLAN - Banco do Brasil;

2. KARINA BERGHAHN - SESC;

3. VANIA REGINA STEMPCZINSKI - Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau;

4. MARCIO CESAR ROSSINI - Grupo Escoteiro Concórdia;

5. DIAN CARLA BOMBAZARO - Lions Clube Concórdia - Centro;

6. PAULO AFONSO CORBELINI - CREA;

7. ROBERTO KURTZ PEREIRA - AMAUC;

8. JEAN CARLOS PORTO VILAS BOAS SOUZA - EMBRAPA;

9. JOSÉ CLAUDIO BORGES - CIDASC;

10. JULIANO ZANDONAI - ACIC;

11. MARIA LUIZA DAUFENBACH - Universidade do Contestado - UnC Concórdia;

12. MARTA MARIA MENIN - SENAC;

13. SANDRA MARA VALERIUS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Concórdia;

14. ORESTES CORDEIRO DOS SANTOS - Lions Clube Concórdia - Vila São Miguel;

15. MARLEI FRANCISCON CAMILLO - Memorial Atílio Fontana;

16. SERGIO ROGERIO SILVA DE VARGAS - Rotary Clube;

17. VILSON JOSE ROSA - CDL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 88/2010, de 25 de janeiro de 2010; 305/2010, de 16 de março de 2010; 359/2010, de 6 de abril de 2010; 644/2010, de 5 de julho de 2010 e 261/2011, de 15 de março de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 186/2012, de 1º de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 186/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.
Dá nova redação ao inciso I do art. 2º do Decreto nº 625/2011, de 3 de agosto de 2011 e alterações, que nomeiam membros para compor a Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 2º do Decreto nº 625/2011, de 3 de agosto de 2011 e alterações, que nomeiam membros para compor a Comissão Permanente de Licitação, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 2 de fevereiro de 2012:

“Art. 2º ()

I - CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 187/2012, de 2 de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 187/2012, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012.
Constitui e designa comissões especiais; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994; nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de receber bens adquiridos pelo Município de Concórdia, com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 2 de fevereiro de 2012:

I - presidente: WALKIRIA BORILLE MORTARI;

II - vice-presidente: CRISTIANO TROMBETTA;

III - membros:

- a) CRISTIAN SCHIAVINI;
- b) DIOMAR JOSE PERIN;
- c) FERNANDA POZZA ZANOTTI;
- d) FLAVIANO ESTEBAN;
- e) GELSON ANTONIO GARGHETTI;
- f) IDETE MARIA POZZO HERMANN;
- g) MARCIO LUIS BENELLI;
- h) PATRICIA SVILLEN ORLANDINI;
- i) SEBASTIÃO DA SILVA;
- j) VANDERLEI ROBERTO TESSMANN.

Art. 2º Fica constituída comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, como: construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos.

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 2 de fevereiro de 2012:

- I - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCULO;
- II - CRISTINA VALCARENGHI;
- III - DANIELA STRINGHINI;
- IV - FERNANDA POZZA ZANOTTI;
- V - GABRIELE SIEGA;
- VI - JAIME SAVOLDI;
- VII - JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;
- VIII - MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;
- IX - MARILU MATIELLO;
- X - MAURICIO PEROTTI;
- XI - PATRICIA PAZA;
- XII - REGINA APARECIDA FORNARI;
- XIII - SANDRA MIWA WRONKA VAZ;
- XIV - TAMYRA HACK.

Art. 3º Fica constituída comissão especial, com a incumbência de efetuar a avaliação dos bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Município, para fins locatícios, de aquisição, desapropriação, concessão, cessão, permissão e autorização de uso, doação, venda, permuta e outras formas de alienação.

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 2 de fevereiro de 2012:

- I - presidente: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

II - vice-presidente: FERNANDA POZZA ZANOTTI;

III - membros:

- a) CRISTHIELE KUHN VENDRUSCULO;
- b) CRISTINA VALCARENGHI;
- c) DANIELA STRINGHINI;
- d) JAIME SAVOLDI;
- e) MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;
- f) MAURICIO PEROTTI;
- g) NERI JOÃO RITTA;
- h) PATRICIA PAZA;
- i) REGINA APARECIDA FORNARI;
- j) SANDRA MIWA WRONKA VAZ;
- k) TAMYRA HACK;
- l) VANDERLEI ROBERTO TESSMANN;
- m) WALKIRIA BORILLE MORTARI.

Art. 4º Em face do disposto neste Decreto, fica concedida aos servidores abaixo relacionados, do quadro pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, com dedicação exclusiva, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 2 de fevereiro de 2012, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

- I - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCULO, ocupante do cargo de Arquiteto;
- II - FERNANDA POZZA ZANOTTI, ocupante do cargo de Arquiteto;
- III - IDETE MARIA POZZO HERMANN, ocupante do cargo de Desenhista;
- IV - JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro;
- V - MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro;
- VI - MARCIO LUIS BENELLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem;
- VII - PATRICIA PAZA, ocupante do cargo de Arquiteto;
- VIII - REGINA APARECIDA FORNARI, ocupante do cargo de Engenheiro;
- IX - SEBASTIÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Eletricista de Manutenção;
- X - TAMYRA HACK, ocupante do cargo de Engenheiro.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 188/2012, de 2 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 188/2012, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LEONILDA TEREZINHA ROBAERT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora LEONILDA TEREZINHA ROBAERT, ocupante do cargo de Assistente Social, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 189/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 189/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 615/2011, de 27 de julho de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 615/2011, de 27 de julho de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente - CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

a) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

1. efetivo: TANIA DENISE ROMANI;

2. suplente: CLAIR SALETE POLETO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 7 de fevereiro de 2012.

Decreto Nº 190/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 190/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARISA DEON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora MARISA DEON, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 7 de fevereiro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 191/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 191/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora

SOELI FATIMA OLIVEIRA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora SOELI FATIMA OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Coordenadora, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de dezembro de 2006 a 4 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 7 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 192/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 192/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora GRACIELA ROMANI DALPOSSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2012, à servidora GRACIELA ROMANI DALPOSSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de janeiro de 2007 a 17 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 7 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 193/2012, de 8 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 193/2012, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre o enquadramento da servidora DAIANE ECHTERHOFF RUCH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 64 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica enquadrada no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, a servidora DAIANE ECHTERHOFF RUCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, pertencente ao Grupo Ocupacional Operacional - GO, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 8 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 194/2012, de 9 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 194/2012, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras abaixo mencionadas, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de direção, com dedicação exclusiva:

I - ADRIANA ALBERTI PAGLIOCHI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 90050-02 e 90050-03, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz;

II - ANDIARA SGARABOTTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 102008-00 e 102008-06, pelo

desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Amigo da Criança;

III - ANDREIA FATIMA VARELA KAFER, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 13536-02 e 13536-03, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Zoé Silveira D'Ávila;

IV - MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 58602-00 e 58602-01, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 2 de fevereiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 9 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 195/2012, de 9 de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 195/2012, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre o expediente das repartições públicas municipais em virtude da realização do carnaval - 2012.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:
Art. 1º Em virtude da realização do carnaval - 2012, fica decretado:

I - ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Concórdia, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2012;

II - no dia 22 de fevereiro de 2012, turno único das 12h às 18h.

Art. 2º Os horários de trabalho fixados neste Decreto não se aplicam:

I - aos serviços considerados essenciais, prestados:

a) pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

b) pelo Terminal Rodoviário;

c) pela Vigilância;

d) pelos Agentes da Autoridade de Trânsito.

II - às Unidades Escolares, os quais são definidos de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 9 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 196/2012, de 9 de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 196/2012, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 5/2009 e alteração.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações e considerando o Mandado de Segurança nº 019.11.006188-6.

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliado para "6" (seis) o número de vagas para o cargo de Professor - Língua Portuguesa, disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 5/2009, de 1º de junho de 2009 e alteração.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio do Prefeito Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 9 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 197/2012, de 10 de Fevereiro de 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 197/2012, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede promoção vertical a servidores; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista;

II - PAULO CESAR MANFRE, ocupante do cargo de Médico, matrícula 25453-01.

Art. 2º Fica revogada a promoção vertical concedida à servidora Marisa Pasinato Pichetti, ocupante do cargo de Secretário Escolar, pelo art. 1º do Decreto nº 503/2011, de 15 de junho de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 10 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 198/2012, de 10 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 198/2012, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dá nova redação ao inciso XII do art. 1º do Decreto nº 534/2011, de 29 de junho de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 202.202/89, de 24 de abril de 1989 e alterações e no Decreto nº 4.527, de 24 de outubro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º O inciso XII do art. 1º do Decreto nº 534/2011, de 29 de junho de 2011 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

XII - representantes do Conselho Tutelar:

a) efetivo: SIRLEI FRANCHIN ROVANI;

b) suplente: LUCILENE PRADELLA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 10 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.680, de 9 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.680, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.388, de 9 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.800,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 08.243.0057.1151 Modernização e Organização Administrativa do FIA

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 75.820,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.602.0023.2024 Ações da Promoção da Produção Animal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.800,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.1.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20,00

Órgão 14 FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária 14.01 Fundo para a Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 08.243.0056.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente
Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 75.820,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Educação Especial
Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0062 Outros Recursos do FNDE R\$ 25.139,50

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade 08.244.0060.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 57.388,53
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 38.280,23
Projeto/Atividade 08.244.0061.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 43.838,46
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.3.0053 Recursos de Convênios R\$ 25.241,85

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 189.888,57.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.05 Educação Especial
Projeto/Atividade 12.367.0018.2021 Ações da Educação Especial
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.0.0062 Outros Recursos do FNDE R\$ 510,50

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0024 Transferências de Outros Convênios R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 200.510,50.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta Secretaria Municipal De Administração (Diretoria Administrativa), em 9 de fevereiro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Resolução Nº 1/2012, de 8 de Fevereiro de 2012

COMISSÃO COORDENADORA DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1/2012, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012.

Estabelece procedimentos contábeis patrimoniais e específicos e cronogramas de ações.

A Presidente da Comissão Coordenadora de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 12/2012, de 4 de janeiro de 2012 e com o objetivo de viabilizar os procedimentos contábeis patrimoniais definidos pela Portaria nº 828/2011, do Ministério da Fazenda.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidos, na forma do Anexo Único desta Resolução, os procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, bem como os cronogramas de ações a serem adotados até 31 de dezembro de 2014, em cumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN 406/2011, de 20 de junho de 2011 e alteração.

Art. 2º Poderão ser designadas comissões especiais, em cada Unidade Administrativa, a fim de realizar os procedimentos de que trata o art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. Caso a Comissão de que trata o caput deste artigo não cumprir os procedimentos estabelecidos no prazo estipulado, poderá sujeitar-se às penalidades previstas no art. 163 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações - Estatuto do Servidor Público Municipal

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELENICE EVA ZORTEA RÉGIO MARQUES

Presidente da Comissão Coordenadora

ANEXO ÚNICO

Ação	Data Prevista
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas: será realizado mediante informações obtidas no Setor de Tributação, considerado o ajuste de perda em percentual a ser definido, tendo como base o levantamento das baixas pela Secretaria Municipal de Finanças dos valores cuja cobrança se torne inexequível, e das ações que não lograram êxito pela Assessoria Jurídica.	Até 31 de dezembro de 2012.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competências, com base no saldo contábil de 31 de dezembro de 2011, informações obtidas pelos órgãos competentes e pagamentos realizados no exercício de 2012.	Até 31 de dezembro de 2012.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis: com levantamento físico dos quantitativos dos bens de todas as Unidades Administrativas, incluindo Administração Direta, Indireta e Autarquia e, no que diz respeito aos quantitativos financeiros, na forma abaixo: a) bens imóveis: será nomeada comissão específica; b) veículos: com base na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE; c) máquinas: com base no valor de mercado; d) os demais bens serão mensurados, tendo como base a atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM e respectivos.	Até 31 de dezembro de 2012.
Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão, que serão realizados tendo como base orientações advindas de órgãos de orientação e controle, principalmente da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e executados através de sistemas informatizados de controle de patrimônio e contabilidade.	Até 31 de dezembro de 2012.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura: mediante levantamento físico de cada um destes ativos, e posterior avaliação, por comissão designada para esta finalidade.	Até 31 de dezembro de 2012.

Implementação do sistema de custos, a ser realizado de acordo com normas específicas emanadas de órgãos de orientação e controle, principalmente da STN, e adaptação dos sistemas informatizados.	Até 31 de dezembro de 2013.
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais.	Será implantado conforme resolução da STN.
Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Serão realizados à medida que forem surgindo, conforme normas dos órgãos de orientação e controle, principalmente da STN.

Portaria Nº 36/2012, de 6 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 36/2012, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, na CI SEDES 053/2012, de 3 de fevereiro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora DARINE GRACIELE POTTRATZ, ocupante do cargo de Assistente Social, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 37/2012, de 10 de Fevereiro de 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 37/2012, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de dezembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária dos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2012:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/ CÓDIGO	MATRÍCULA	CARGA HORÁRIA AMPLIADA	TÉRMINO
1	Adriana Ruppenthal	Professor, código 10.12	104868-02	20h	14.12.2012
2	Aline Laba de Souza Pinto	Professor, código 10.12	61557-01	20h	14.12.2012
3	Caroline Finger	Professor, código 10.12	58939-02	20h	14.12.2012
4	Clarice Pichetti Gasparetto	Professor, código 10.12	23477-10	20h	14.12.2012
5	Claudiane Sunti do Prado	Professor, código 10.12	97756-03	20h	14.12.2012
6	Cleide Regina Baron	Professor, código 10.12	89249-00	20h	14.12.2012
7	Cleusa Rosane Magnani	Professor, código 10.12	60119-04	10h	14.12.2012
8	Cleuza Beatriz Spanhol	Professor, código 10.12	97608-04	10h	14.12.2012
9	Cristina Zotti	Professor, código 10.12	96300-01	20h	14.12.2012
10	Edimar Gugel	Professor, código 10.12	102490-08	20h	14.12.2012
11	Eliane Sette	Professor, código 10.12	50016-03	20h	14.12.2012
12	Emanuele Pecin Soares	Professor, código 10.12	86096-02	10h	14.12.2012
13	Fabiano Santa Helena	Professor, código 10.12	33480-04	20h	14.12.2012
14	Felipe Machado	Professor, código 10.12	72303-03	20h	14.12.2012

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/ CÓDIGO	MATRÍCULA	CARGA HORÁRIA AMPLIADA	TÉRMINO
15	Fernanda Fuhr	Professor, código 10.12	97195-01	20h	14.12.2012
16	Fernanda Veronese Klein	Professor, código 10.12	36684-07	20h	14.12.2012
17	Franciele Fatima Stedille	Professor, código 10.12	61808-06	20h	14.12.2012
18	Gelsi Trentin Niero	Professor, código 10.12	91804-04	20h	14.12.2012
19	Gerusa Claudia Rodio	Professor, código 10.12	102130-05	20h	14.12.2012
20	Gessi Gladis Wunder Pissaia	Professor, código 10.10	93688-00	20h	14.12.2012
21	Graciela Aparecida Benini	Professor, código 10.12	102440-03	20h	30.6.2012
22	Iara Eliane Saatkamp Wunder	Professor, código 10.12	88161-04	20h	14.12.2012
23	Ileane Jucelene Essing	Professor, código 10.12	96555-01	20h	14.12.2012
24	Janete Kuhn dos Santos Rigo	Professor, código 10.12	1600-01	20h	14.12.2012
25	Jaqueline Zanella	Professor, código 10.12	72656-04	20h	14.12.2012
26	Liluana Bernardi	Professor, código 10.12	104388-02	10h	14.12.2012
27	Lise Mara Schwingel	Professor, código 10.12	98256-01	20h	14.12.2012
28	Luciane Almeida Ramos	Professor, código 10.12	68810-01	20h	14.12.2012
29	Magali Aparecida de Souza	Professor, código 10.12	103420-04	20h	14.12.2012
30	Marcia Lucia Maldaner Frozza	Professor, código 10.12	101818-00	20h	14.12.2012
31	Marcia Sueli Marchesi Galeazzi	Professor, código 10.12	67407-04	20h	15.7.2012
32	Margarida Moresco da Silva	Professor, código 10.12	104728-03	20h	31.5.2012
33	Margudt Hassmer Pottratz	Professor, código 10.10	61590-00	20h	14.12.2012
34	Maria Bernardete Poletto Lorenzetti	Professor, código 10.10	93785-00	20h	14.12.2012
35	Maria de Lurdes Kirsch Pavan	Professor, código 10.12	32581-08	20h	14.12.2012

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/ CÓDIGO	MATRÍCULA	CARGA HORÁRIA AMPLIADA	TÉRMINO
36	Maria Helena Possenti	Professor, código 10.12	87068-03	20h	14.12.2012
37	Marilane Teresinha Rover Balbinot	Professor, código 10.12	91898-03	20h	14.12.2012
38	Marilene de Bona	Professor, código 10.12	100056-01	20h	30.6.2012
39	Marines Girardi	Professor, código 10.13	5894-00	20h	14.12.2012
40	Maristela Arruda Ayres	Professor, código 10.12	17361-04	20h	14.12.2012
41	Maristela de Lourdes Guedes	Professor, código 10.12	99902-00	20h	14.12.2012
42	Maritania Poletto	Professor, código 10.12	49182-03	20h	14.12.2012
43	Marize Aparecida Machado da Silveira da Rosa	Professor, código 10.12	96369-01	20h	14.12.2012
44	Nelson Domingos Corezzolla	Professor, código 10.13	61816-00	20h	14.12.2012
45	Raquel Cristina Coldebella Moretto	Professor, código 10.12	41050-02	20h	14.12.2012
46	Rosemari Secco	Professor, código 10.10	32697-00	20h	14.12.2012
47	Salette Volpato Woloszyn	Professor, código 10.12	40983-06	20h	14.12.2012
48	Simone Cristina Romani	Professor, código 10.10	91332-00	20h	8.2.2012
49	Solange Barth Paravizi	Professor, código 10.12	97268-02	20h	14.12.2012
50	Teresinha Rubert Zoletti	Professor, código 10.10	88684-00	20h	14.12.2012
51	Vanderleia Gheno Bordignon	Professor, código 10.12	40509-07	20h	14.12.2012
52	Vania Carbonera	Professor, código 10.12	104272-00	20h	14.12.2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 19/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de viaturas da Polícia Civil, descritos nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/03/2012.

Abertura: dia 07/03/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 16 de fevereiro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 11/2012 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a prestação de serviços de clínica para internação e recuperação de adolescentes visando a recuperação de tabagismo, em cumprimento de Determinação Judicial, a favor da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE VIDA NOVA, no valor de R\$ 23.400,00 (Vinte e três mil e quatrocentos reais).

Concórdia, SC, 13 de fevereiro de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 7/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 7/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município, em favor da empresa: TAIONARA SIMON MOCELLIN, no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Concórdia, SC, 15 de fevereiro de 2012.

Beatriz Fátima C. da Silva Rosa

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de Preços Nº 49/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2011 PMC

OBJETO: a Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de cerca com mourões de concreto no Parque de Exposições, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital e Adendo.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos, as licitantes: PAULO ANTONIO BALBINOT ME, deixou de apresentar os documentos exigidos no subitem 5.1 alínea "H", ou seja: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC ou, no caso de licitantes sediados em outros Estados e que não possuam registro junto ao CREA/SC, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante com visto do CREA/SC para participar em licitações neste Estado, vigente na data fixada no subitem 1.4 deste Edital. Importante frisar que a licitante vencedora deverá converter o visto de participação em licitações em visto para a execução de obra e apresentá-lo ao Município de Concórdia no ato da assinatura da Ordem de Serviço e alínea "I", ou seja: Atestado de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes ao objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico da licitante (cujo nome deverá constar da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, referida na alínea "g" acima) e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado, e a licitante OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, deixou de apresentar o documento exigido no subitem 5.1 alínea "D", ou seja Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante, e por conseguinte foram julgadas INABILITADAS. Já as licitantes MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP e LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME, atenderam plenamente todos os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 05 (cinco) de março de 2012, às 14:00hs (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 16 de fevereiro de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L.

Editais de Concurso Público Nº 2/2012, de 7 de Fevereiro de 2012

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2012, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01,

TORNA PÚBLICA

a homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011, de 21 de novembro de 2011 e alteração, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Fundação Municipal de Esportes, aos 7 dias do mês de fevereiro

de 2012.

GIL ARTIFON

Diretor-Geral/Superintendente da
Fundação Municipal de Esportes
ANEXO ÚNICO

TÉCNICO DESPORTIVO – FUTSAL

Classif	Insc	Nome do Candidato	Data Nasc.	PE	PT	NF
1	26	RAFAEL DE ALMEIDA RONCHETTI	18/11/1980	5,24	1,70	6,94
2	16	JOAO ANTONIO ALVES	15/01/1969	5,52	0,75	6,27
3	8	ARTEMIO ARTIFON	06/11/1963	4,12	0,87	4,99
4	14	FERNANDO JOSE CO- LOMBO	02/01/1977	4,12	0,70	4,82
5	5	BERNARDO FREITAS PEREIRA	02/02/1985	4,36	0,26	4,62
6	15	MAURICIO JOSE KIRST	06/01/1985	3,84	0,71	4,55
7	21	MURILO SOMENSI	14/05/1969	4,24	0,17	4,41
8	22	ANDERSON CECCHIN	17/12/1978	3,60	0,68	4,28

TÉCNICO DESPORTIVO – HANDEBOL

Classif	Insc	Nome do Candidato	Data Nasc.	PE	PT	NF
1	19	CRISTIELE ANA FINGER	11/08/1982	4,40	0,70	5,10
2	3	CARINA ANDREIA MARIANI	02/09/1987	4,76	0,26	5,02
3	10	PATRICIA DO NASCIMENTO	03/05/1983	3,12	0,61	3,73

TÉCNICO DESPORTIVO – JUDÔ

Classif	Insc	Nome do Candidato	Data Nasc.	PE	PT	NF
1	6	EDSON LUIS LORENZETT	22/02/1978	5,64	0,82	6,46
2	2	CAMILA PILONI	14/05/1989	4,72	0,82	5,54
3	9	LADI DEMAR- CHI	17/12/1968	4,08	0,91	4,99

TÉCNICO DESPORTIVO – XADREZ

Classif	Insc	Nome do Candidato	Data Nasc.	PE	PT	NF
1	27	KATLIN CARINA FELISBERTO	28/12/1986	5,36	0,72	6,08
2	25	NEILA SILVANA WASEM GRAN- DO	23/10/1977	4,88	0,72	5,60
3	11	MARCIANE PRIOR	26/09/1982	4,80	0,46	5,26
4	12	FRANCIELE CRISTINA SANTANA	03/08/1985	4,48	0,68	5,16
5	4	RAFAELA CRIS- TINA CARNIEL	11/02/1989	4,80	0,20	5,00
6	18	ROMIELE FRIEBEL	05/07/1987	3,88	0,69	4,57
7	20	MARCIO SEBEN TITON	01/02/1985	4,32	0,00	4,32

Legenda:

Classif - Classificação Final

Insc - Nº da Inscrição

PE - Nota na prova escrita

PT - Nota da prova de títulos

NF - Nota final

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 11/2012

DECRETO Nº 11/2012

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DURANTE FERIADO DE CARNAVAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1.o. Fica fixado ponto facultativo aos servidores públicos municipais no dia 20/02/2012, e no dia 22/02/2012 no período matutino, retornando o expediente normal à partir das 13:30 horas, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

Art. 2.o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.o. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 060/2012

PORTARIA 060/2012, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSORA, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2012.”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1o Fica admitida, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. JULIANA CHEMIN, no cargo de Professora de Língua Portuguesa - 10 (dez) horas semanais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o A servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Compl. nº 18/2001, Lei Compl. Nº 17/2001, Lei nº 468/2001 e suas alterações.

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, estão consignadas no Orçamento Municipal.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de fevereiro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de PREÇOS Nº 21/2012.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2012.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE Curitibanos, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para aquisição de materiais de Higiene e Limpeza para manutenção dos Programas: Casa de Proteção Infante Juvenil, Unidades CRAS dos Bairros: São Luis,, Bom Jesus e Getulio Vargas, Abrigo Temporário Municipal, para Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, Vaca Mecânica, Cestas para Indivíduos ou Famílias em Situação de Vulnerabilidade, conforme anexo I do edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 09.03.2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 09.03.2012 horas do dia 15:00, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Fevereiro de 2012

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI ADAILTON ALVES

Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preços Nº10/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se

encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de material gráfico para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 06/03/2012, às 15h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial. Curitibanos, 14 de fevereiro de 2012

Alzani Adriano Scur Ricardo Brocardo
Secretário Mun. Saúde Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preços Nº9/2012.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº9/2012.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 08/03/2012 às 15h00. A sessão de lances com as propostas classificadas terá início a partir das 08h30 do dia 13/03/2012. Os interessados poderão ter acesso a integra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 14 de fevereiro de 2012

ALZANI ADRIANO SCUR RICARDO BROCARDO

Secretário Mun. Saúde Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato - Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Janeiro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato - ERRATA

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

CNPJ: 83.395.921/0001-28

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 27/2012 Numero do Processo: 27/2012

Numero do Contrato: 1/2012

Fundamento Legal:

Objeto: REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES E EMPREGADOS, CONFORME EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2012.

Data da Assinatura:02/01/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:02/01/2012

Vigência:02/01/2012 A 30/03/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 008, de 06 de Fevereiro de 2012.

DECRETO N.º 008, de 06 de fevereiro de 2012.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 292, de 27/09/2011 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (59) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 (58) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de fevereiro de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preço 002/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 011/2012

Edital de Tomada de Preço nº 002/2012

Objeto: Construção de 03 pontes no município de Erval Velho.
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10h00min do dia 06 /03/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às

17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Retificação do Edital

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO DO EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 15/PMF/2012

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 15/PMF/2012 que tem por objetivo a Contratação de empresa, para prestação de serviços na construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Mãe Luzia na Rua Josef Eyng, Bairro Santa Clara no Município de Forquilha/SC, conforme contrato de empréstimo nº 2011016500, firmado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), e Contrato de Repasse nº 0374638-98/2011 firmado junto ao Ministério das Cidades.

ONDE SE LÊ: "3.1.3.2. c) Fornecimento preparo e colocação de formas de aço CA-50 > = 30.600,00 Kg";

LEIA-SE: "3.1.3.2. c) Fornecimento preparo e colocação de aço CA-50 > = 30.600,00 Kg;"

Em virtude desta retificação não afetar a formulação da proposta, a data de abertura desse processo permanece inalterado. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 16 de fevereiro de 2012.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de licitação

Extrato de Contrato FMS Nº 06/2012

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 006/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - SUPERMERCADO MINATTÃO LTDA

OBJETO - aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, durante o primeiro semestre de 2012, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.903,20 (hum mil novecentos e três reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA - 31/07/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 02/ FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº 07/2012

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 007/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COOP. DE PROD. AGRICULTURA FAMILIAR DE FORQUILHINHA

OBJETO - aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, durante o primeiro semestre de 2012, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 94,00 (noventa e quatro reais).

VIGÊNCIA - 31/07/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 02/ FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº 08/12

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 008/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COM. DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER LTDA.

OBJETO - aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, durante o primeiro semestre de 2012, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.263,55 (hum mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/07/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 02/ FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº 09/12

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 009/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADOS MANENTTI LTDA.

OBJETO - aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, durante o primeiro semestre de 2012, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.938,17 (cinco mil novecentos e trinta e oito reais e dezessete centavos).

VIGÊNCIA - 31/07/2012

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (25), (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 02/ FMS/2012

DATA DA ASSINATURA - 19 de janeiro de 2012

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento Público Nº. 32/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 32/PMF/2012

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo ao chamamento para credenciamento e habilitação de emissoras de radiodifusão em ondas médias (AM) e frequência modulada (FM) com objetivo de prestar de serviços de veiculação de informativos e programas institucionais da Prefeitura Municipal de Forquilha. A cobertura da radiodifusão deverá contemplar toda a extensão territorial desta municipalidade e estar no ar 24 horas por dia.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha cito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 27/02/2012.

O prazo de credenciamento será até 30/11/2012.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 16 de fevereiro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo**PREFEITURA****Lei Nº 2137/2012**

LEI Nº 2137, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 77, inciso X, da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica concedido Revisão Geral Anual dos vencimentos dos agentes públicos municipais de Fraiburgo, no importe de 5,63% (cinco inteiros e sessenta e três décimos por cento).

Parágrafo único. A revisão geral tem por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE), correspondente ao período compreendido entre os meses de fevereiro de 2011 e janeiro de 2012.

Art. 2º. A Revisão Geral de que trata a presente Lei, aplica-se a todos os agentes públicos do Poder Executivo e Legislativo, incluindo-se os agentes políticos, ocupantes de cargos em comissão, contratados em caráter temporário, servidores efetivos e demais modalidades de vinculação jurídica previstas em lei, à exceção dos Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliar de Enfermagem Comunitário, Agente Epidemiológico e Estagiários, por se tratarem de categorias diferenciadas.

Art. 3º. A reposição salarial será paga em parcela única, com vigência a partir de competência de fevereiro de 2012.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0522/2012

PORTARIA Nº 0522, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ANA PAULA SANTOS DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.690.169-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 09 de fevereiro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0523/2012

PORTARIA Nº 0523 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0029 de 19 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, REZIANE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.019.659-35, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0524/2012

PORTARIA Nº 0524 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0374/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº. 0374 de 01 de fevereiro de 2012, que nomeou o servidor DEJAIR CONSTANTE RIBEIRO, alterando a data para 16 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 0374 de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0525/2012

PORTARIA Nº 0525 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIZETE APARECIDA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.675.899-54, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0526/2012

PORTARIA N.º 0526 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 23 de janeiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENGENHEIRO CIVIL, para atender excepcional interesse público, na área da Administração e Planejamento;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.330.749-36, na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de fevereiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0007/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0044/2012 - PMF
TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2012 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ na Rua Albino Secchi, Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 1.544,70 m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 14:15 horas do dia 07/03/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:30 horas. Recursos: Badesc. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso da Tomada de Preços Nº 0008/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0045/2012 - PMF
TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2012 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares da Rua Adilson Eberle, no Bairro Santa Mônica, nesta cidade, com área

total a pavimentar de 1.825,55 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:15 horas do dia 07/03/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:30 horas. Recursos: Badesc. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Retificação do Pregão Presencial Nº 0002/2012-FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012 - FME

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002

O Município de Fraiburgo-SC através da Fundação Municipal de Esporte, neste ato representado pelo Superintendente da FME, torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de medalhas e troféus para premiações dos vencedores das competições promovidas pela FME, no período de março a dezembro de 2012. Retifica-se a numeração do pregão e do registro, onde se lê PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012 - FME, REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002, leia-se PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2012 - FME e REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001, como tal modificação não afeta a formulação das propostas permanece inalterados os horários de abertura do certame: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 06/03/2012. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de fevereiro de 2012.

CLAUDINEI DE OLIVEIRA

Superintendente da FME

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0005/2012

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 17 de fevereiro de 2012 a 24 de fevereiro de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 16 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.608/2012

LEI N.º 1.608, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reduzir no período de 15/02/2012 à 20/12/2012, em 90% (noventa por cento) para pagamento à vista, e 70% (setenta por cento) para parcelamento em até 10 (dez) vezes, as multas e juros de mora, previstos no artigo 125 do Código Tributário Municipal, incidentes sobre os créditos tributários, inclusive os ajuizados, parcelados e vencidos até 31/12/2011.

Parágrafo Único. O Valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 2º. Para beneficiar-se desta Lei o contribuinte deverá pagar as custas judiciais se o crédito estiver ajuizado.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor em 15 de fevereiro de 2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 17/02/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 027/2012

DECRETO N.º 027, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 112.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 112.500,00

23695512.029 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico
112.500,00

3.3.90.0.1.24.001043 - Aplicações Diretas 112.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/02/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 028/2012

DECRETO N.º 028, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 3º quadrimestre de 2011, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Art. 2º. Será realizada a Audiência Pública no dia 29 de Fevereiro de 2012, às 09:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. A Audiência será coordenada pelo Senhor: Ronye Paes, Secretário Municipal de Fazenda, juntamente com representantes da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/02/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 29/02/2012, às 09:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Professor Antonio José Botelho, n.º 113, Centro,

com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 3º quadrimestre de 2011, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 15 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 026/2012

DECRETO Nº. 026, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0004/2012.

Luiz Carlos Luiz, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0004/2012, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/02/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR020/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de equipamento prancha fixa incluindo o serviço de adaptação e instalação do referido equipamento em caminhão truck (caçamba) modelo MB1313, para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h25min do dia 05/03/2012.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 05/03/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 15 de fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação 06/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso VII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 42/2012; DL nº. 06/2012; Contratada: Maria Cristina da Silva & Cia Ltda; CNPJ: 07.323.544/0001-33; Objeto: Aquisição de tubos de concreto; Valor: R\$ 6.740,00 (seis mil setecentos e quarenta reais). Data da Assinatura: 10/02/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0004/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0004/2012

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva – CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial e para formação de Cadastro de Reserva – CR, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado;
- c) por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão recebidas de 17 de fevereiro de 2012 a 02 de março de 2012, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100 (ramal saúde), devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade;
CPF;
Currículo vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
Registro no órgão de classe de Santa Catarina;
Cópia do Diploma ou Certificado, ou comprovante de escolaridade, conforme formação exigida para o cargo;
Comprovante de Residência;
Títulos (se houver)

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do currículo vitae apresentado pelo candidato.

DAS VAGAS

Será realizado Cadastro de Reserva – CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico ESF	02+CR	20 h	3.038,00
Técnico de Enfermagem ESF	01+CR	40 h	797,84
Agente Comunitário de Saúde	03+CR	40 h	636,50

DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do currículo vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, sendo que para os cargos previamente informados será somada a nota da entrevista.

Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos voltados para a especialidade para qual o interessado for candidatar-se, com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

A aplicação da entrevista será realizada por profissional com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8139, data, horário e local a ser divulgada no site www.garopaba.sc.gov.br e em locais de livre acesso, após finalizadas as inscrições.

CLASSIFICAÇÃO

A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 1,0 (um) ponto.

Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público vinculado à área pleiteada;
- maior idade;

DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da

contratação;
 Cédula de Identidade;
 Cartão de inscrição no CPF;
 Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
 Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
 Carteira de Trabalho;
 Prova de inscrição no PIS/PASEP;
 Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
 Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
 Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
 Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
 Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
 Comprovante de residência;
 Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
 Uma foto 3X4, de frente e recente;
 Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
 Declaração de bens;
 Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
 - Cargo a que concorre;
 - Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
 - Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
 - Identificação do candidato.
- Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I. A homologação das inscrições e do resultado será publicada em jornal de circulação regional.

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 15 de fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
 Prefeito Municipal

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	-------------	--------------------------

Médico ESF	Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental etc.; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	Graduação em Medicina e Registro na entidade de Classe
------------	---	--

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	-------------	--------------------------

	realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF; executar outras atividades correlatas à função e a critério do superior imediato.	Conclusão do Curso de Técnico em Enfermagem e Registro na entidade de Classe.
Técnico de Enfermagem ESF		

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	-------------	--------------------------

	Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias	Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar
Agente Comunitário ESF	expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar	

aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

ANEXO II

MEDICO ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto

Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 0004/2012

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:
MÉDICO ESF

- () Carteira de Identidade; () CPF;
- () Diploma ou Certificado, ou comprovante de escolaridade, conforme formação exigida para o cargo;
- () Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- () Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina
- () Comprovante de Residência;
- () Títulos

Garopaba – SC, ____/____/2012

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 14/2012.

RESOLUÇÃO Nº 14/2012.

EXONERA JULIANA DAMIAN SILVA DO CARGO DE ASSESSOR DE IMPRENSA - PCL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII, da Lei Orgânica do município de Gaspar,

RESOLVE,

Art. 1º Exonerar Juliana Damian Silva, portadora do CPF nº 052.743.459-05, Registro Geral nº 4.539.085-1, CTPS nº 5049321, série 001-0-SC, PIS/PASEP nº 135.83610.72-4 do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa-PCL criado pela Lei nº 3.111/2009.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta de dotação orçamentária Programa: 001 Processo Legislativo; Atividade: 2.00002- Pessoal e Encargos Sociais; Despesa: 3.3.3.9.0.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 14 de fevereiro de 2012.

Mesa Diretora

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Presidente

RAUL SCHILLER

Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

1º Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO

2º Secretário

Resolução Nº 15/2012

RESOLUÇÃO Nº 15/2012.

NOMEIA JULIANA DAMIAN SILVA PARA O CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal nº 3.348 em 28/09/2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios nº 838 em 04/10/2011, que "Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar";

CONSIDERANDO a solicitação do Vereador Claudionor da Cruz Souza via Ofício, conforme anexo; e

CONSIDERANDO que está a contento a documentação apresentada pelo mencionado Edil referente à pessoa por ele indicada para

ocupar o cargo de Assessor de Gabinete,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Juliana Damian Silva, portadora do CPF nº 052.743.459-05, Registro Geral nº 4.539.085-1, CTPS nº 5049321, série 001-0-SC, PIS/PASEP nº 135.83610.72-4 para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, com a carga horária de 30 horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º A servidora ora nomeada deverá, diariamente, preencher e assinar o Livro Ponto instituído pela Resolução nº 01/2010, como meio de controle de frequência ao expediente nesta Casa Legislativa.

Art. 3º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária à rubrica 3.1.90.11 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 15 de fevereiro de 2012.

Mesa Diretora

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Presidente

RAUL SCHILLER

Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

1º Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO

2º Secretário

Resolução Nº 16/2012

RESOLUÇÃO Nº 16/2012.

NOMEIA TALITA CATIE DE MEDEIROS PARA O CARGO DE ASSESSOR DE IMPRENSA - PCL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o cargo "Assessor de Imprensa" foi criado pela Lei nº 3.111, de 09 de junho de 2009, pertencente à categoria dos cargos de provimento em comissão, ou seja, de livre nomeação e exoneração por parte da Mesa Diretora desta Casa Legislativa (PCL); e

CONSIDERANDO que citado cargo encontra-se vago,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Talita Catie De Medeiros, portadora do CPF nº 060.597.069-67, Registro Geral nº 4.526.897-5, CTPS nº 1155043, série 003-0, PIS/PASEP nº 13721352725 para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa-PCL criado pela Lei nº 3.111/2009 e alterado pela Lei nº 3.348 de 28 de setembro de 2011, com a carga horária de 30 horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária à rubrica 3.1.90.11 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 15 de fevereiro de 2012.

Mesa Diretora

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Presidente

RAUL SCHILLER

Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

1º Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO

2º Secretário

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 277/2012

PORTARIA Nº 277/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria Nº 153/2009, e NOMEAR a Servidora CRISTINA WASSERBERG MARCON (Matr. 2925), para responder pelo Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, a partir de 13 de Fevereiro de 2012, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 13 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 278/2012

PORTARIA Nº 278/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FERNANDA MENEGASSI (Matr. 2871), ocupante do Cargo Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 17 de dezembro de 2010 a 16 de dezembro de 2011, para serem gozadas a partir de 01 de fevereiro de 2012 a 01 de março de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 279/2012

PORTARIA Nº 279/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Administrador Escolar, Nível/Referência - 6/A, do anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, à Servidora MARIA GILDA M. CAVALLERI (Matr. 2968), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 06 de Fevereiro de 2009 a 05 de Fevereiro de 2012, consoante o que determina o Decreto nº 1606 de 25 de setembro de 2003, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 280/2012

PORTARIA Nº 280/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CLAIR DO AMARAL (Matr. 3498), a partir de 14 de fevereiro de 2012, para exercer as funções de Monitor Social, Nível - 4/2/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 281/2012

PORTARIA Nº 281/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARILI APARECIDA PEREIRA ZOPELETTI (Matr. 3499), a partir de 15 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 43º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 282/2012

PORTARIA Nº 282/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIA GORETI DA SILVA (Matr. 3501), a partir de 15 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3/A, 40 horas semanais, aprovada e classificada em 42º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 283/2012

PORTARIA Nº 283/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ISABEL CRISTINA CATTANI (Matr. 3500), a partir de 15 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Educação Física, Nível - 2 - Referência "A", 30 horas semanais, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 11º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 284/2012

PORTARIA Nº 284/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de fevereiro de 2012, do servidor ADRIANO JOSE DE ARAUJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 285/2012

PORTARIA Nº 285/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de fevereiro de 2012, da servidora EDNA MARIA MENDES (Matr. 2865), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Edital SEAGP Nº 039/2012**

EDITAL SEAGP Nº 039/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 002/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2009, divulgado através do Edital nº 002/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2009, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de fevereiro a 14 de março de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de fevereiro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 039/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Operador de maquinas em geral
CESAR NILTON ROCHA**Iomerê****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº06/2012**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 0006/2012

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0006/2012 para aquisição de 02 Balanças Tipo Rodoviária.. A abertura das propostas se dará no dia 05/03/2012 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 15 de fevereiro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatório 01/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2012

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 05 de março de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada, visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de coleta e destinação de 3.000 kg de resíduos dos serviços de saúde. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de fevereiro de 2011.

EDINILSON BRAND

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

HOSPITAL BOM JESUS**Resolução N.º 04/2012**

RESOLUÇÃO NR. 004/2012

"ESTABELECE RECESSO NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais e;

CONSIDERANDO o feriado de Carnaval,



RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido recesso das atividades dos servidores municipais no âmbito da Administração Indireta - Hospital Municipal Bom Jesus, em período integral no dia 20/02/2012, em virtude das comemorações de carnaval.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, em 13 de fevereiro de 2012.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente

Extrato de Processo Licitatório Nº 05/2012 - HMBJ

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de março de 2012, às 08:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a Aquisição de Materiais Médico Hospitalares e Medicamentos para uso e manutenção de atividades desenvolvidas no Hospital Municipal, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações, no horário das 07:00 as 13:00, sita a Rua Paraná, nº 168, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1122/ 3625-1123 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de fevereiro de 2012.

NILDA EDITE BANHUK GALVÃO

Presidente do H.M.B.J.

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo de Reajuste de Preço Nº 03/2012

TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO Nº 03/2012 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2011. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro nº 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Bairro: Centro na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41 e Inscrição Estadual nº 251.310.469 representada neste ato diretor comercial, Sr. RONALDO BENKENDORF, brasileiro, empresário, portador do CNPF/MF sob o nº: 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 – SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando o reequilíbrio econômico financeiro à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais e cozinheiro, para Escolas da Rede Municipal de Ensino, e Centros administrativos, conforme os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas constantes dos

anexos, parte integrante deste edital, para a Secretaria Municipal de Administração, Educação e Saúde, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 08/2011 – PROCESSO Nº 63/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

O presente termo visa conceder reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, e em conformidade com o concedido na Convenção Coletiva de Trabalho SEAC 2012, contabilizados a partir de 19 de fevereiro de 2012, acrescendo o valor de R\$ 31.557,42 (trinta e um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos), nas seguintes quantidades e valores atualizados:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (6 meses)
1	Auxiliar de Serviços Gerais	23	R\$ 2.296,75	R\$ 52.825,25	R\$ 316.951,50
1.1	Acréscimo Concedido	23	R\$ 218,68	R\$ 5.029,64	R\$ 30.177,84
1.2	Valor Reajustado: Auxiliar de Serviços Gerais	23	R\$ 2.515,43	R\$ 57.854,89	R\$ 347.129,34
2	Cozinheiro	1	R\$ 2.425,55	R\$ 2.425,55	R\$ 14.553,30
2.1	Acréscimo Concedido	1	R\$ 229,93	R\$ 229,93	R\$ 1.379,58
2.2	Valor Reajustado: Cozinheiro	1	R\$ 2.655,48	R\$ 2.655,48	R\$ 15.932,88
Total Acréscimo (1.1 + 2.1)					R\$ 31.557,42
Total (1.2 + 2.2)					R\$ 363.062,22

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 58/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 58/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 07 de fevereiro de 2012.

Contratante Município De Itapoá ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL	Contratada Orbenk Administração E Serviços Ltda RONALDO BENKENDORF
CARLITO CUSTÓDIO JUNIOR Secretário De Administração E Finanças	CENITA SCHIZZI DANI Secretária De Educação
SUSINEI RIBEITO SCHULTZ Secretária De Saúde	

Testemunhas:

NOME : NOME:
CNPF/MF: CNPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 217 de 10 de Fevereiro de 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"INSERE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007 - LEI DE ZONEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 9º. Fica incluído o seguinte sub-uso ao Uso 5, do Anexo V da Lei Complementar nº 137/07:

Uso 5-A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1:
- Serviços funerários com manipulação de cadáveres

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Complementar Nº 218 de 10 de Fevereiro de 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 218 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA GESTAÇÃO DE SERVIDORAS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. A licença gestação e adoção de servidoras contratadas na forma da Lei Complementar nº 80/2004, Lei Complementar 94/2005, Lei Complementar 97/2005, Lei Complementar 101/2005, Lei Complementar 119/2006, Lei Complementar 140/2007, Lei Complementar 145/2007 e Lei Complementar 147/2007 farão jus à licença gestação pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo de remuneração.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput fica estendido às servidoras cujo filho(a) tenha nascido a menos de 180 dias da vigência desta Lei, as quais poderão solicitar prorrogação da licença mediante apresentação de requerimento junto ao Setor de Recursos Humanos do órgão contratante.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Complementar Nº 219 de 10 de Fevereiro de 2012.

LEI COMPLEMENTAR Nº 219 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I COMPLEMENTAR :

Art. 1º. O art. 83, §5º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Município de Joaçaba, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 83. ()

§ 5º A servidora que adotar ou tiver a guarda judicial de criança até um ano de idade serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada para adaptação do adotado ao novo lar.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.221 de 10 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 4.221 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 4.090/2011 E 1.309/1987 QUE DENOMINAM RUAS NO MUNICÍPIO, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 4.090/2011 e 1.309/1987 que denominam ruas no Município, localizados nos Bairros Vila Remor e Flor da Serra.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.222 de 10 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 4.222 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO PARTE DE IMÓVEIS PARA ABERTURA DE ESTRADA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação parte de terreno rural de propriedade

de Adailton Lissa Dal Prá e Jucinéia Lissa Dal Prá, (Matrícula nº 28.556 do Registro de Imóveis do 1º Ofício) e parte de terreno rural de propriedade de Maria Helena Eleutério da Silva (Matrícula nº 29.146 do Registro de Imóveis do 1º Ofício), em conformidade com Planta Planialtimétrica, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O bem patrimonial descrito no caput deste artigo será destinado à abertura de estrada municipal.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 10 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 4.573

PORTARIA Nº 4.573 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) IVETE KARCH, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.575

PORTARIA Nº 4.575 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) CRISTIANE RAMOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.576

PORTARIA Nº 4.576 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LIZZIANE FLAVIA COELHO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.577

PORTARIA Nº 4.577 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) AMANDA AMELIA ANTUNES DA SILVA CIDADE, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.578

PORTARIA Nº 4.578 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MAURILIA SANTOS ARMADA NETO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.579

PORTARIA Nº 4.579 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) RICARDO PARISENTI, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.580

PORTARIA Nº 4.580 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FABIANO RODRIGO ZILIO, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.581

PORTARIA Nº 4.581 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) GILVANE RECH, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.582

PORTARIA Nº 4.582 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MIGUEL SALVATORI, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Divisão do Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a

aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.583

PORTARIA Nº 4.583 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) SIRLEI DE FATIMA MAGRI ALVES, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002 e Lei Complementar nº 093 de 04 de março de 2005, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.584

PORTARIA Nº 4.584 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JASON SILVA, para exercer o cargo de MÉDICO PSQUIATRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atenção Psicossocial, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.585

PORTARIA Nº 4.585 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) ANA PIO-VESAM, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.586

PORTARIA Nº 4.586 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.587

PORTARIA Nº 4.587 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARCILENE TRENTINI UBIALLE, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.588

PORTARIA Nº 4.588 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) NILVO DE OLIVEIRA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de fevereiro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.589

PORTARIA Nº 4.589 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) INGRIT RIEPE, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de fevereiro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.590

PORTARIA Nº 4.590 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPE-
CIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) ANA PAULA MELLEARI, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.591

PORTARIA Nº 4.591 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPE-
CIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) EVERTON KRUG, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.592

PORTARIA Nº 4.592 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) TALYSSA ROCKENBACH, para exercer o cargo de MÉDICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.593

PORTARIA Nº 4.593 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure eventual dano ao erário em razão das Sindicâncias instauradas pelas portarias n.º 3.256/2011 e 2.465/2010.

2º DESIGNAR os servidores, ROBERTO MINATI, ELIANA ZARDO e JULIO CESAR BISSANI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.594

PORTARIA Nº 4.594 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação das áreas de terra de propriedade da Municipalidade localizadas no Distrito Empresarial em conformidade com o art. 11, parágrafo 1º, da Lei Ordinária n.º 3.721 de 26 de dezembro de 2007.

2º DESIGNAR os servidores, KENYA XAVIER FERREIRA, JAISON STRAPASSOLA e CASSIO CECONELO, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.595

PORTARIA Nº 4.595 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JULIO PASQUAL RIGO, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 08 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.596

PORTARIA Nº 4.596 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das

atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARINA ELIZIA MARCON, Médico PSF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família - PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 08 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.597

PORTARIA Nº 4.597 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MELANIA RADEL BORTOLI, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 08 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.598

PORTARIA Nº 4.598 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) RAFAEL THIBES, Odontólogo PSF, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 08 de fevereiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.574

PORTARIA Nº 4.574 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) NEREIDA DE MELLO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 04 PP 01 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 04/2012/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 01/2012/FMS

Objeto: a contratação de clínicas veterinárias para a prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:

CLINICA VETERINARIA BARBIERI LTDA

VALOR R\$ 39.150,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 267/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 267/2012/FMS
PL 04/2012 FMS - PP 01/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: CLINICA VETERINARIA BARBIERI LTDA

OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

DOTAÇÃO:

2.013 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(34) 3.3.90.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 39.150,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 14/02/2012.

Extrato do Contrato Nº 257/2012 - TA 01

CONTRATO Nº 257/2012 - FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, representado neste ato pelo seu Gestor, Sr. VILMAR ZÍLIO, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 257/2012/FMS, firmado em 11/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2012/FMS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012, homologado no dia 11 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas aos pacientes atendidos pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e pelo programa de assistência social da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

Fica revisado, a contar de 15 de fevereiro de 2012, o valor unitário da passagem, passando de R\$ 2,40 para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), de acordo com o disposto no Decreto Municipal 3.996 de 27 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de fevereiro de 2012.

Município De Joaçaba / Fundo Municipal De Saúde
RAFAEL LASKE
Prefeito

Estrelatur De Transporte Coletivo Ltda - Contratada
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Extrato do Contrato Nº 261/2012 - TA 01

CONTRATO Nº 261/2012 - FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. JOVENTINO DE MARCO e pelo seu Gestor, Sr. VILMAR ZÍLIO, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste

ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 261/2012/FMS, firmado em 23/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 2/2012/FMS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 2/2012, homologado no dia 23 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

Fica revisado, a contar de 15 de fevereiro de 2012, o valor unitário do vale transporte passando de R\$ 2,40 para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), de acordo com o disposto no Decreto Municipal 3.996 de 27 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de fevereiro de 2012.

Município De Joaçaba / Fundo Municipal De Saúde
RAFAEL LASKE
Prefeito

Estrelatur De Transporte Coletivo Ltda - Contratada
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Extrato do Contrato Nº 84/2012 - TA 01

CONTRATO Nº 84/2012 - FAS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Gestor e Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 84/2012/FAS, firmado em 23/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2012/FAS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012/FAS, homologado no dia 23 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Ação Social durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos

seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

Fica revisado, a contar de 15 de fevereiro de 2012, o valor unitário do vale transporte passando de R\$ 2,40 para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), de acordo com o disposto no Decreto Municipal 3.996 de 27 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de fevereiro de 2012.

Município De Joaçaba - F. M. Assistência Social
RAFAEL LASKE
Prefeito

Estrelatur De Transporte Coletivo Ltda
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Extrato do Contrato Nº 892/2012 - TA 01

CONTRATO Nº 892/2012/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 892/2012/PMJ, firmado em 27/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2012/PMJ, homologado no dia 26 de janeiro de 2012, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes escolares para estudantes do Ensino Fundamental e Médio das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

Fica revisado, a contar de 15 de fevereiro de 2012, o valor unitário do vale transporte passando de R\$ 2,40 para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), de acordo com o disposto no Decreto Municipal 3.996 de 27 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de fevereiro de 2012.

Município De Joaçaba

Contratante

RAFAEL LASKE

Prefeito

Estrelatur De Transporte Coletivo Ltda

Contratada

IVO CARLOS HACK JUNIOR

Extrato de Termo de Convênio Nº 29/2012-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 29/2012-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CLARA ADÉLIA

OBJETO: BASES PARA A COOPERAÇÃO PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE APLICAÇÃO APRESENTADO PELA ENTIDADE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.211/2011 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

VALOR R\$ 2.000,00

VIGÊNCIA 03 (TRÊS) MESES, CONTADOS DA SUA ASSINATURA.

Joaçaba - SC, 16 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ALCIONE MARCHEZZINI

Presidente

SIMAE

Portaria JHL 19/12

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 19/12 DE 16/02/2012

Aluir Flemming, Diretor Adjunto do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna - SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR Glaucia Meri Lohmann, Operadora de ETA, P-6, Nível-01, Ref.H-2, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, no período de 22 de fevereiro de 2012 à 12 de março de 2012, e que será exercido cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, por motivo de férias do titular.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de fevereiro de 2012.

ALUIR FLEMMING

Diretor Adjunto

Homologação Pregão Presencial JHL 0007/2012 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2012 - PR
	Processo Administrativo: 7/2012 Processo de Licitação: 7/2012 Data do Processo: 25/01/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2012
- b) Licitação Nr.: 7/2012-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 13/02/2012
- e) Data da Adjudicação: 13/02/2012 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DO BARRILETE DA EEL-001 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	9	0,0000	2.926,00
- 007047 - SAMPLA DO BRASIL IND e COM CORREIAS LTDA	1	0,0000	957,50
	10		3.883,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 660.612,00

Joaçaba, 13 de Fevereiro de 2012.

Aluir Flemming - Diretor Adjunto

Resumo Contrato JHL 0013/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0013/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0007/2012
LICITAÇÃO 0007/2012
PROTOCOLO Nº 0022/2012
Data: 13/02/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE FERRO FUNDIDO PARA BARRILETE DA EEL-001 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.
Valor Total do Contrato: R\$ 2.926,00 (Dois mil, novecentos e vinte e seis reais).

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00

Prazo de Entrega: 60(sessenta) dias. Vencimento 13/04/2012

ALUIR FLEMMING

Diretor Adjunto do SIMAE

Resumo Contrato JHL 0014/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0014/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0007/2012
LICITAÇÃO 0007/2012
PROTOCOLO Nº 0022/2012
Data: 13/02/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS DE BORRACHA PARA BARRILETE DA EEL-001 DE PROPRIEDADE DO SIMAE

Valor Total do Contrato: R\$ 957,50 (Novecentos E Cinquenta E Sete Reais E Cinquenta Centavos)

Programa: 14.01.

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00

Prazo de Entrega : 60 (sessenta) dias. Vencimento 13/04/2012

ALUIR FLEMMING

Diretor Adjunto do SIMAE

Resumo Contrato JHL 0015/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0015/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO
SMOS 0054/2012
PROTOCOLO Nº 0407/2012
Data: 15/02/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LABORATÓRIO QUÍMICO, TIPO CLASSE I, GERADOS PELO LABORATÓRIO DA ETA DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: Tucano Gestão Ambiental Ltda

Valor Total do Contrato: R\$ 770,00 (Setecentos e setenta reais)

PROGRAMA: 14.01.2.061.

ELEMENTO: 3.1.90.39.28.00.00

Prazo de vigência: EXERCÍCIO 2012.

ALUIR FLEMMING

Diretor Adjunto

Lages

PREFEITURA

PP 12,13,14,15,16 e 17-2012 PML; TP 04,05,06,07,08 e 09-2012 PML e CC 04-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TP 04-2012 PML

OBJETO: Execução de Passeios em Bloco de Concreto

ABERTURA: 06/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: TP 05-2012 PML

OBJETO: Execução de Passeios em Lajota Padrão

ABERTURA: 07/03/2012 às 16:30

MODALIDADE: TP 06-2012 PML

OBJETO: Execução de Pontes em Estrutura Pré-Moldada

ABERTURA: 08/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: TP 07-2012 PML

OBJETO: Execução de Sarjetas em Concreto

ABERTURA: 08/03/2012 às 16:00

MODALIDADE: TP 08-2012 PML

OBJETO: Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimentos de Paralelepípedos, Pedra Irregular e Lajota Sextavada.

ABERTURA: 12/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: TP 09-2012 PML

OBJETO: Prestação de Serviços de Recomposição de Asfalto - Remendos Superficiais e Profundos

ABERTURA: 12/03/2012 às 16:00

MODALIDADE: CC 04-2012 PML

OBJETO: Prestação de Serviços de Revitalização e Reurbanização da Rua Cirilo Vieira Ramos

ABERTURA: 19/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: PP 12-2012 PML

OBJETO: Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras

ABERTURA: 13/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: PP 13-2012 PML

OBJETO: Fornecimento de Concreto Usinado

ABERTURA: 14/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: PP 14-2012 PML

OBJETO: Aquisição de Cartuchos e Toners

ABERTURA: 15/03/2012 às 14:00

MODALIDADE: PP 15-2012 PML

OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros

ABERTURA: 14/03/2012 às 16:00

MODALIDADE: PP 16-2012 PML

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis

ABERTURA: 15/03/2012 às 16:00

MODALIDADE: PP 17-2012 PML

OBJETO: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza

ABERTURA: 16/03/2012 às 14:00

A retirada dos Editais obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de fevereiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

PP 18-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 18-2012 PML
 Objeto: Fornecimento e Instalação de Aparelhos de Ar Condicionado e Equipamentos de Informática
 Abertura: 09/03/2012 às 14:00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de fevereiro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

Processo de Inexigibilidade de Licitação 03/2012

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA
 CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES
 N.º 03/2013

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a celebração de Contratos de Prestação de Serviços, conforme relação abaixo, como Professores, da Escola de Artes, em Cursos Patrocinados pela Fundação Cultural de Lages, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

Juliane Aparecida Berlim Ribeiro	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Rosangela Werner Barp	2.250,00	15/02/2012	15/07/2012
Aline Linder Branger	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Gabriel Peletti Bueno	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Areta Silva Campos	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Patrícia Arruda	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Jose Carmosino Souza	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Andrey Schonardie Silva	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Lucélia Lourenço	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Emerson Luiz Goulart Ribeiro	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Matheus Colossi de Souza	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Antonio Vanderlei da Silva Xavier	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Divina Pereira Woljick	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Ketsia Charley Amado	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Priscila Aparecida Andrade Wolf	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Vera Bianchini	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Sebastião Rodrigues de Albuquerque	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012

Daniel de Souza Porto	2.250,00	15/02/2012	15/07/2012
Valdeci de Oliveira	4.000,00	15/02/2012	15/07/2012
Natacha Luana Garcia	2.250,00	15/02/2012	15/07/2012

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 15 de fevereiro de 2012.

JOÃO CARLOS MATIAS
 Superintendente da FCL

**RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA
 CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORES
 N.º 03/2013**

Ratifico o ato acima, de autoria de JOÃO CARLOS MATIAS, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 15 de fevereiro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
 Prefeito do Município de Lages

Rerratificação TP 01-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2012 - SMS.
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE, COM ÁREA DE 244,26 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o adiamento da data da abertura da sessão do Edital em epígrafe, marcada para o dia 16/02/2012 às 15:30 horas, para o dia 20/03/2012 às 14:00 horas.

Em relação as alterações que se fazem necessárias, encaminhar-se-á nova Planilha Orçamentária devidamente corrigida, via fax, diretamente aos interessados que retiraram o Edital, em no máximo até dia 17/02/2012.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 15 de fevereiro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário da Administração

Resultado PP 08-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012 - PML
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 887.445,56

Lages, 15 de fevereiro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Prorrogação Nº 001/2012

EDITAL DE PRORROGAÇÃO 001/2012

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2009 DA CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES/SC

ANILTON FREITAS, Presidente da Câmara de Vereadores de Lages, Estado de Santa Catarina, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2009, publicado no jornal Correio Lageano edição do dia 07 de agosto de 2009 e Diário Oficial do Estado, edição de 07 de agosto de 2009.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que PRORROGA o prazo de validade do Concurso Público n.º 001/2009 da Câmara de Vereadores de Lages, para provimento dos cargos relacionados nas referidas classificações finais,

O prazo de validade do Concurso Público é prorrogado por este edital até 24 de março de 2014, conforme previsão no item 10.02 do Edital de Concurso Público n.º 001/2009.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, afixando-se cópia no mural da Câmara de Vereadores de Lages.

Câmara de Vereadores de Lages, Santa Catarina, em 15 de fevereiro de 2012.

ANILTON FREITAS

Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto nº 012/2012

D E C R E T O Nº 012/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, os dias 20 de fevereiro de 2012, segunda-feira de carnaval e 21 de fevereiro de 2012, terça-feira de carnaval.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 21/02/2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 017/2012

DECRETO Nº 17 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º inciso I da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	387.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	387.500,00
Função	20	Agricultura	387.500,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	387.500,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	387.500,00
Projeto/Atividade	1.028	Aquisição de Equipamento Maquina e Veiculo	387.500,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	387.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	387.500,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	387.500,00
Fonte de Recursos	0.1.0024	Transferência de Convênios - Outros	387.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			387.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte	Código	Valor
Transferência de Convênios - Outros	0.1.0024	387.500,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO UTILIZADO		387.500,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de fevereiro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Errata da Portaria N.º 006/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
ERRATA DA PORTARIA N.º 006/2012

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria n.º 006/2012 realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição nº 931, página 93, de 15 de fevereiro de 2012, retifica-se a referida Portaria para a seguinte redação.
Portaria n.º 006, de 12 de janeiro de 2012.

“Altera Portaria nº 189 de 06 de dezembro 2011 e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Portaria nº 189, de 06 de dezembro de 2011, que nomeia a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 010/2011, para a contratação de servidores em caráter temporário para o cargo de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes servidores públicos municipais:

KARLA ADRIAN ENGEL FRANÇA
Presidente

ANA HELENA CURTIUS GARCIA
Secretaria

VALDIR LONGEN
Membro

GUILHERME RANGEL DE SOUZA
Membro

REJANE KUSTER
Membro

Art. 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado terá como poderes e funções elaborar o Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de janeiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Deserta TP Nº 002/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a seleção de proposta, para a construção de 01 (uma) ponte na localidade Rio da Furna e reforma de 01 (uma) ponte na localidade de Rio Antinha, município de Leoberto Leal/SC, foi DECLARADA DESERTA, no dia 10 de fevereiro de 2012. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 10/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação DESERTA TP Nº 003/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 015/2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a seleção de proposta, para a construção de 01 (uma) ponte na localidade Vinte Saltos, município de Leoberto Leal/SC (2ª fase), foi DECLARADA DESERTA, no dia 10 de fevereiro de 2012. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 10/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Dispensa de Licitação Nº 002/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2012

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação de uma sala comercial de 147 m², registrada na Comarca de Ituporanga sob nº R-1-13.010, livro nº 02, folhas 001, localizada na Avenida Adolfo Scheidt, Centro de Leoberto Leal, para alojar o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Leoberto Leal durante o ano de 2012. CONTRATADO: ALORI MARIAN, pessoa física, com sede na Avenida Adolfo Scheidt, 458, bairro Centro, município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº 543.553.469-000. VALOR: de R\$ 7.458,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais), sendo o valor mensal de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8666/93.

Em 15/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Dispensa de Licitação Nº 003/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 029/2012

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a locação no 2º andar, de 04 (quatro) salas do imóvel urbano, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal, sito a Rua Padre José Ely, n.º 27, bairro Centro, registrado na Comarca de São João Batista sob n.º R-23.638, livro n.º 02, folhas 0001 para o funcionamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, do Município de Leoberto Leal, durante o ano de 2012. **CONTRATADO:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Padre José Ely, n.º 27, bairro Centro, município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.924.382/0001-04.:

VALOR: de R\$ 7.205,00 (sete mil e duzentos e cinco reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais). **ENQUADRAMENTO:** art. 24, Inciso X, Lei 8666/93.

Em 15/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Retificação do Extrato Processo Licitatório Nº 023/2012 - Pregão Presencial Nº 018/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2012 - PMLL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2012 - PMLL

Conforme publicação ocorrida no DOM, Edição nº 930, página 98, publicado no dia 14/02/2012, o Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, através da Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, torna público a Retificação do Processo Licitatório nº 023/2012, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

ONDE SE LÊ: ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 28 de fevereiro de 2012.

LEIA-SE: ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 02 de março de 2012.

Leoberto Leal/SC, 15 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Tomada de Preços Nº 005/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2012

FORMA: Execução Indireta. **REGIME:** Empreitada por Menor Preço Global. **FORMA DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Lote. **Objeto:**

O objeto do presente certame consiste na seleção de proposta, visando à construção de 01 (uma) ponte na localidade Rio da Furina e reforma de 01 (uma) ponte na localidade de Rio Antinha, município de Leoberto Leal/SC. **LEGISLAÇÃO:** Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Orgânica e o Edital. **ABERTURA:** Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 09 de março de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Tomada de Preços Nº 006/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2012

FORMA: Execução Indireta. **REGIME:** Empreitada por Menor Preço Global. **FORMA DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global. **Objeto:**

O objeto do presente certame consiste na seleção de proposta, visando à construção de 01 (uma) ponte na localidade de Vinte Saltos, município de Leoberto Leal/SC (2ª fase). **LEGISLAÇÃO:** Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Orgânica e o Edital. **ABERTURA:** Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 09 de março de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/02/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Contrato Nº 007/2012 FMS

[CONTRATO Nº 007/2012 - FMS

Contratação de serviços para a realização de exames, procedimentos e consultas médicas para o município de Leoberto Leal.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, 134, Centro, Cidade de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.451.014/0001-57, neste ato representada pelo senhor Edson Camilo Zanin, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 004/2012 - Processo Licitatório nº 006/2012, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação serviços para a realização de exames, procedimentos e consultas médicas para o município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante deste Edital.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de prestação de serviços, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31 de dezembro de 2012, após sua assinatura e respectiva emissão da autorização de fornecimento, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 75.645,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante a apresentação da Nota Fiscal em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no item 11.1 do Pregão Presencial nº 004/2012 - Processo Licitatório nº 006/2012.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 05% (cinco por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Tributos Federais.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em

02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de fevereiro de 2012.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde

Contratante

CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA

Edson Camilo Zanin

Contratado

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Contrato Nº 013/2012 PMLL

CONTRATO Nº 013/2012 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA 4X4, NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2012, MARCA NEW HOLLAND.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia SC 438 KM 136, 351, Bairro Trevo, Cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.430.576/0001-04, neste ato representada pelo senhor Maicon Monteiro, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 007/2012, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a aquisição de um TRATOR AGRÍCOLA 4X4, NOVO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2012.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 14/11/2012, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

1 - O pagamento será feito em parcela única, em até 30 (trinta) dias, mediante emissão de ordem bancária ao Município de Leoberto Leal, que será efetuada pela 13ª Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Regional de Ituporanga/SC, conforme Termo de Convênio nº 15176/2011-9, na qualidade de Agente Financeiro do Programa, e a título de contrapartida as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento vigente do município de Leoberto Leal:

07.01.20.606.0011.1.028 4.4.90.52.40.00.00.00.0.1.0024 (112)
Aquisição De Equipamento Máquinas e Veículos - Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente - Convênio

07.01.20.606.0011.1.028 4.4.90.52.40.00.00.00.0.1.0000 (113)
Aquisição De Equipamento Máquinas e Veículos - Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente - Recursos Ordinários

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar os serviços de garantia estipulados pelo fabricante sem ônus para o Município.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII, item 1 do Processo Licitatório nº 007/2012.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por

mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

Maicon Monteiro

Contratado

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CÂMARA MUNICIPAL

Concede Férias a Servidora e dá outras providências

PORTARIA Nº 001, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

Concede Férias à Servidora e dá outras providências

ARINO SCHEIDT MARIAN, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Férias à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	358	ANDREIA APARECIDA EGER	02/01/2011 a 01/01/2012	01/02/2012 a 01/03/2012

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de fevereiro de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN

Presidente Da Câmara

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Concede promoção por antiguidade e dá outras providências

PORTARIA Nº 002, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Concede Promoção por Antiguidade e dá outras providências.

ARINO SCHEIDT MARIAN, Presidente da Câmara Municipal de

Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno Regimento Interno da Câmara Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 18 da Lei nº 545, de 16 de abril de 2007 c/c o Decreto Legislativo nº 002, de 27 de outubro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Promoção por Antiguidade à servidora ANDRÉIA APARECIDA EGER, matrícula nº. 358, ocupante do cargo de Secretária Executiva da Câmara, no percentual de 3% (três por cento) sobre seu vencimento, pelo período aquisitivo de fevereiro de 2009 à fevereiro de 2012.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de fevereiro de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN

Presidente da câmara

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação pml.006.2012 - Cesta Basica
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 006/2012

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0010/2011, nos seguintes termos:

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

Objeto:

a) Aquisição de cestas básicas de alimentos, destinadas ao auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município de Luzerna, em conformidade com a Lei Municipal nº734/07; e

b) Aquisição de cesta de alimentos saudáveis, referente ao convênio - Piso Básico Variável II.

Proponente(s) Vencedora(s):

. MERCADO RZ LTDA

Valor Homologado: R\$ 22.509,00

Luzerna (SC), 16 de FEVEREIRO de 2012.

NORIVAL FIORIN

Gestor do FMAS

Extrato Concorrência pml.002.2012 - Quisque
EDITAL

Concorrência Pública nº 002/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

OBJETO: A permissão de uso do quiosque municipal, localizado no Centro de Eventos São João Batista, para instalação de uma lanchonete, de acordo com as especificações constantes no Edital. REGIMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, bem como de acordo com as condições estabelecidas

neste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 27 de março de 2012.

CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h10min do dia 27 de março de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

2º Ato De Apostilamento - Ata De Registro De Preços
Nº Fms.0004/2010 De 04/02/2010

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0004/2010 de 04/02/2010

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0004/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº fms.0003/2010, Pregão nº fms.0003/2010, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, e as empresas RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA e ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA SC.

NORIVAL FIORIN, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, em exercício, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº fms.0004/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0003/2010, Pregão nº 0003/2010, reajustando os valores pactuados em 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Fev/11 a Jan/12), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Vigente	Reajuste INPC Fev/11 a Jan/12	Valor Unitário Reajustado
01	01	R\$ 18,00	5,63%	R\$ 19,01
02	03	R\$ 15,98	5,63%	R\$ 16,88
03	02	R\$ 5,97	5,63%	R\$ 6,31

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Gestor do FMS em exercício

2º ATO de APOSTILAMENTO - Ata de Registro de Preços Nº FMS.0005/2010 de 09/02/2010

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0005/2010 de 09/02/2010

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº fms.0005/2010 de 09/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº fms.0004/2010, Pregão nº fms.0004/2010, celebrada entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, e a empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A.

NORIVAL FIORIN, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, em exercício, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0004/2010 de 09/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0004/2010, Pregão nº 0004/2010, reajustando o valor pactuado em 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Fev/11 a Jan/12), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Contratado	Reajuste INPC Fev/11 a Jan/12	Valor Unitário Reajustado
------	------------	---------------------------	-------------------------------------	------------------------------

01	01	R\$ 26,63	5,63%	R\$ 28,13
----	----	-----------	-------	-----------

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Gestor do FMS em exercício

3º Ato De Apostilamento - Ata De Registro De Preços Nº Pml.0003/2010 De 04/02/2010

3º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PML.0003/2010 de 04/02/2010

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0003/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0003/2010, Pregão nº pml.0003/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA e ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA SC.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0003/2010 de 04/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0003/2010, Pregão nº 0003/2010, reajustando os valores pactuados em 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Fev/11 a Jan/12), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Vigente	Reajuste INPC Fev/11 a Jan/12	Valor Unitário Reajustado
01	01	R\$ 18,00	5,63%	R\$ 19,01
02	02	R\$ 15,98	5,63%	R\$ 16,88
03	03	R\$ 5,97	5,63%	R\$ 6,31

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

3º Ato De Apostilamento - Ata De Registro De Preços Nº Pml.0004/2010 De 09/02/2010

3º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PML.0004/2010 de 09/02/2010

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº pml.0004/2010 de 09/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0004/2010, Pregão nº pml.0004/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e a empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0004/2010 de 09/02/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0004/2010, Pregão nº 0004/2010, reajustando os valores pactuados em 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Fev/11 a Jan/12), passando o valor anteriormente praticado a vigorar como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Vigente	Reajuste INPC Fev/11 a Jan/12	Valor Unitário Reajustado
01	01	R\$ 26,63	5,63%	R\$ 28,13

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº. 1386 de 15 de Fevereiro de 2012

LEI Nº. 1386 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
R\$ 800.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº. 1387 de 15 de Fevereiro de 2012

LEI Nº. 1387 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado,

decorrerão da anulação no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades da ESF
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 100.000,00
0602.010.302.0100.1035 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 300.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1388/2012

LEI Nº 1388/2012

Autoriza a alienação de bens móveis inservíveis

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica pelo Chefe do Poder Executivo autorizado a alienação pela melhor oferta, dos bens móveis inservíveis constantes do Patrimônio Municipal conforme Anexos I, II e III:

- Anexo I, Bens Móveis Inservíveis do Patrimônio Municipal - Localizado no Setor de Patrimônio;

- Anexo II, Bens Móveis Inservíveis do Patrimônio Municipal - Localizado no Setor 31 - Bens Irrecuperáveis;

- Anexo III, Bens Móveis Inservíveis do Patrimônio Municipal - Localizado no Setor 30 - Almoxarifado - Bens de Uso.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 15 DE FEVEREIRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº. 1385 de 15 de Fevereiro de 2012

LEI Nº. 1385 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação de Postos de Saúde
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 210.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades da ESF
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 210.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 2398 de 15 DE Fevereiro de 2012

DECRETO Nº 2398 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1385 de 15 de fevereiro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação de Postos de Saúde
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 210.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades da ESF
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 210.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2399 de 15 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº. 2399 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1386 de 15 de fevereiro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do Hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 800.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2400 de 15 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº. 2400 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1387 de 15 de Fevereiro de 2012,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.1036 - Adequação Física das instalações do Hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2030 - Manutenção das atividades da ESF

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 100.000,00

0602.010.302.0100.1035 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 01/2012 - FMS

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2012 - FMS - CONCORRENCIA
PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará o Processo Licitatório Nº 02/2012 - FMS, modalidade de Concorrência Nº 01/2012, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA ADEQUAÇÃO, COM REFORMA E AMPLIAÇÃO DA OBRA DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), CONFORME PROJETO APROVADO EM 10 DE MARÇO DE 2011 NA VIGILANCIA SANITARIA DO ESTADO - PROCESSO SES 31686/2010 COM PARECER 195/ANARQ/10. ENTREGA DOS ENVELOPES: as 14:00h do dia 19/03/2012. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:30min do dia 19/03/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 20 de fevereiro de 2012.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº076/2012 "Decreta Ponto Facultativo

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571

e-mail: cvm@netuno.com.br - CEP: 89.108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

CNPJ: 83.539.668/0001-39

Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

PORTARIA Nº076/2012

DE 14/02/2012

PIER GUSTAVO BERRI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

R E S O L V E:**Decreto Ponto Facultativo**

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2012 e o dia 22 de fevereiro de 2011 até as 12:00 horas na Câmara Municipal de vereadores do Município de Massaranduba em função das festividades do Carnaval.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal De Massaranduba, 14 De Fevereiro De 2012.

PIER GUSTAVO BERRI

Presidente

Meleiro

PREFEITURA

Decreto N.º 017/2012.

DECRETO n.º 017/2012.

FICA ESTABELECIDAS AS METAS DE RECEITAS E DESPESAS PARA EXERCÍCIO DE 2012.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2011, de 19 de Dezembro de 2011.

D E C R E T A

Art. 1.º Fica estabelecida as Metas previstas de Receitas e de Despesas para o Exercício de 2012.

PERÍODO	RECEITAS	R\$	TOTAL
1º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	2.492.364,60	2.573.623,80
	RECEITAS CAPITAL	81.259,20	
2º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	2.881.854,40	2.995.717,60
	RECEITAS CAPITAL	113.863,20	
3º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	3.022.170,60	3.362.004,60
	RECEITAS CAPITAL	339.834,00	
4º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	2.933.435,40	3.087.677,40
	RECEITAS CAPITAL	154.242,00	
5º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	3.148.018,00	3.443.836,60
	RECEITAS CAPITAL	295.818,60	
6º BIMESTRE	RECEITAS CORRENTES	3.608.157,00	3.877.140,00
	RECEITAS CAPITAL	268.983,00	
TOTAL	RECEITAS CORRENTES	18.086.000,00	19.340.000,00
	RECEITAS CAPITAL	1.254.000,00	

PERÍODO	DESPESAS	R\$	TOTAL
1º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	2.151.997,50	2.852.015,00
	DESPESAS CAPITAL	700.017,50	
2º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	2.669.131,50	3.051.419,00
	DESPESAS CAPITAL	382.287,50	
3º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	2.638.038,00	3.322.883,00
	DESPESAS CAPITAL	684.845,00	
4º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	2.867.148,00	3.154.235,50
	DESPESAS CAPITAL	287.087,50	
5º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	2.831.145,00	3.338.680,00
	RECEITAS CAPITAL	507.535,00	
6º BIMESTRE	DESPESAS CORRENTES	3.207.540,00	3.620.767,50
	DESPESAS CAPITAL	413.227,50	
TOTAL	DESPESAS CORRENTES	16.365.000,00	19.340.000,00
	DESPESAS CAPITAL	2.975.000,00	

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Janeiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Portaria N.º 074/2012

PORTARIA n.º 074/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei 1414/2010, de 26 de março de 2010, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, à servidora NILCIANE ARIGONE Córneo, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/02/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 075/2012

PORTARIA n.º 075/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei 1414/2010, de 26 de março de 2010, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LORIZETE BECKER ARIGONI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/02/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 076/2012

PORTARIA n.º 076/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICA GINECOLOGISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei Complementar 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANDRÉA SOUTO SILVA AGUIAR, ocupante do cargo de Médica Ginecologista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, aprovada em Concurso Público - Edital n.º 001/2007, homologado em 1º de junho de 2007.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,

com seus efeitos a partir de 13/02/2012.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 077/2012

PORTARIA n.º 077/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora ANDRÉIA DUARTE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 017/2012

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/03/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012, objetivando a Aquisição de pó de brita, pedrisco (brita 0), Base Brita Graduada Misturada e Pedra Peneirada 3", para uso no revestimento e manutenção de estradas, ruas e pátios do município. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 10 de fevereiro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Extrato Contratual - Contrato Nº. 016/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 016/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012
Valor: R\$ 3.915,00
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 017/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 017/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 22.120,72
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 018/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 018/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012
Valor: R\$ 7.505,74
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 019/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 019/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 1.811,90
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 020/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 020/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012
Valor: R\$ 74.414,80
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 021/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 021/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2012
Valor: R\$ 794,00
Vigência: Início: 06/01/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 06 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 022/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 022/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Valor: R\$ 8.374,00
Vigência: Início: 25/01/2012 Término: 25/04/2012.
Data da assinatura: 25 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 023/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 023/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: DENTALMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO E ODONTOLÓGICO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
Valor: R\$29.366,00
Vigência: Início: 25/01/2012 Término: 25/04/2012.
Data da assinatura: 25 de janeiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 024/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 024/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC - CIS/AMESC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES NÃO PRESTADOS PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS DO MUNICIPIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 366.639,00
Vigência: Início: 03/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2012.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 024/2012
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC - CIS/AMESC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES NÃO PRESTADOS PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS DO MUNICIPIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 366.639,00
Vigência: Início: 03/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 025/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 025/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 14.347,80
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 026/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 026/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 22.669,00
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 027/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 027/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: M.D.A ARMARINHOS LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 2.018,00
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 028/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 028/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 2.428,15
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 029/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 029/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 7.719,70
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 030/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 030/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE, COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.
Valor: R\$ 1.286,20
Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012.
Data da assinatura: 01 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 031/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 031/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INNO INFORMATICA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 20.211,11

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 032/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JB CORAL COMERCIO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 4.136,50

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 033/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 3.733,15

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 034/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR COM ENTREGAS FUTURAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Valor: R\$ 16.266,92

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 005/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 005/2012

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 120.107,82 (cento e vinte mil cento e sete reais e oitenta e dois centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejudicado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados. E, por estar os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Meleiro, 14 de fevereiro de 2012.

JAQUELINE MARTINS WALNIER

Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 003/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012. EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DATA 16/02/2012 - 10:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça - SC.

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Finanças.

Tomada de Preço Nº 005/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. TOMADA DE PREÇO Nº 005/2012. EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DATA 16/02/2012 - 10:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça - SC.

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Finanças.

Tomada de Preço Nº 006/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. TOMADA DE PREÇO Nº 006/2012. EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DATA 16/02/2012 - 10:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça - SC.

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Finanças.

Contrato Nº 028/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. CONTRATO Nº 028/2012. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NA RUA LAVINO LEONEL BITENCOURT SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA 20 DE MAIO. TOMADA DE PREÇO 006/2012. VIGÊNCIA ATÉ 30/10/2012 - VALOR R\$ 137.000,00 - SC. BALTAZAR PELLEGRIN - Prefeito Municipal.

Contrato Nº 031/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. CONTRATO Nº 031/2012. OBJETO: CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS DE CONCRETO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E MEIO FIO DA RUA JOSE CECHINEL E 20 DE MAIO. TOMADA DE PREÇO 005/2012. VIGÊNCIA ATÉ 30/10/2012 - VALOR R\$ 192.405,00 - SC.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal.

Contrato Nº 033/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC. CONTRATO Nº 033/2012. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2012 - VALOR R\$ 388.000,00 - SC.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Altera habilitação profissional do cargo de Auditor Fiscal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N° 147 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012
ALTERA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO CARGO DE AUDITOR FISCAL CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR N° 76 DE 16 DE MARÇO DE 2010

O PREFEITO DE NAVEGANTES. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1° A habilitação profissional do cargo de Auditor Fiscal, criado pela Lei Complementar n° 76 de 16 de março de 2010, prevista no anexo II da referida lei, passará a vigor com a seguinte redação:

Auditor Fiscal QP-ANS Portador de Diploma de Curso Superior em Direito, Administração, Contabilidade ou Ciências Econômicas.

Art. 2° Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

portaria

PORTARIA Nº. 714 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001 Cap. I, Art. 1° e 2°.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. MIRIA ALVES BARROS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Adélia de Souza Fernandes.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 715 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001 Cap. I, Art. 1° e 2°.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. FRANCIELLE GONÇALVES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Rosana de Fátima Gaya Barreto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 716 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. BIANCA DE MACEDO ALBINO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 717 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Matemática MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 718 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de matemática, MAG 02-01, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 08 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 719 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MIRELLA SHELLIGAN MAIA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Inglesa, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 720 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARGARETE ELSA GROSS REINKE, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Portuguesa, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 721 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JOCEA TOLISANO DUARTE, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Inglesa, MAG 02-01, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito a partir de 09 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 723 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. REGIANE DA SILVA ROMÃO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Adélia de Souza Fernandes, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 724 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. GISELE DA SILVA COUTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 725 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. KEILA DE SOUZA SIQUEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Adélia de Souza Fernandes, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 726 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. GEOVANA SAMANTA HELGREN, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Maria das Neves Emilio, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 727 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. ELIETE TEODORO DAMASCENO CAETANO DE CAMARGO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Maria das Neves Emilio, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 728 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. JOICE LARGURA OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 730 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. LUCIMAR VEQUI ANDREANI, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei

complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 731 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. ROSANE DE SIQUEIRA PRESTES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Izilda Reiser Mafrá, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 732 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. DANIELA MENDONÇA RIBEIRO NMENEGATTI, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Julieta Pereira Muller, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 733 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. LIGIA GOMES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 734 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. MARIS-TELA CARLOS CORRÊA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Silvete Couto de Miranda, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 735 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. ANDREIA MULLER RODRIGUES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 736 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. ROSA BARBOSA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Solange Pascuali de Souza, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 737 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. TERESINHA APARECIDA PAULO DE OLIVEIRA, para exercer a função de

Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Adélia de Souza Fernandes, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 741 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. RAFAEL DOS SANTOS, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, Lotado na E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 742 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SR. JAIME LAMOGLIA JUNIOR, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Ensino Religioso, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, no período matutino/vespertino, Lotado na E.M. Profª. Neusa Maria Rebello Vieira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 743 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. CLAUDIA LENIRA HOIER, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, no período MATUTINO/vespertino, Lotado na E.M. Profª. Leonora Schimitz, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 744 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. CLAUDIA LENIRA HOIER, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, no período MATUTINO/vespertino, Lotado na E.M. Profª. Leonora Schimitz, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 744 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. MARCIA RIBINECK NOGARA, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Artes, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 10 (dez) horas semanais, no período matutino, Lotado na E.M. Profª. Maria

Hostim da Costa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 745 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. ANADIRA NASCIMENTO CUSTODIO, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Geografia, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, Lotado na E.M. Profª. Idilia Machado Ferreira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 754 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. SALETE MARIA BRANCHI, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 07 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 757 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. FABIANA APARECIDA DOS SANTOS LOPES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Pedacinho do Céu.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 758 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. JANAINA BEATRIS ROCHA DA LUZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Silvette Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 759 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Silvette Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 760 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário a Srª. ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Silvette Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 761 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 762 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 807 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. SAMIA HASSAN RESLAN, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Giovana Soares da Cunha.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 808 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SAMIA HASSAN RESLAN, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Giovana Soares da Cunha.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 809 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CRISTIANE DA ROSA LAGUNA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil,

MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 810 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. SAIONARA DA SILVA EMILIO FELISBINO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Julieta Pereira Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 811 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, através do Processo Seletivo nº. 002/2011, a Srª. LUANA VALMIRA DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Silvete Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de março de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 812 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUANA VALMIRA DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Recanto dos Baixinhos.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de março de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 823 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CASSANDRA DA SILVA CAMPOS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 824 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CINTIA SOUZA SILVA LEAL, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Portal do Saber.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 825 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CINTIA SOUZA SILVA LEAL, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Portal do Saber.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 826 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MELIZA DE AGUIAR DE JESUS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Martinha Correa da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 827 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA BERNARDETE DA SILVA SANTOS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Pedacinho do Céu da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 828 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA CRISTINI DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Portal do Saber.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 829 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Pedacinho do Ceu.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 830 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUZANA JOSÉ DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 831 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. BIANCA MARTINS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Maria da Silva Santos.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 833 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CRISTIANE MENDES DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 738 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SRA. EDINEIA MONICA DE ANDRADE MAICSUK, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Adélia de Souza Fernandes, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

portaria

PORTARIA Nº. 832 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARLA GOMES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Maria Carlota Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

E FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CARLA GOMES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Maria Carlota Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

professora

PORTARIA Nº. 746 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SR. CELINA FRITZ KREUTZFELD, para exercer a função de Professor de Anos Finais, MAG 02-01, na disciplina de Matemática, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, Lotado na E.M. Profª. Idília Machado Ferreira, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 23 de fevereiro de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura de Navegantes, 03 de Fevereiro de 2012.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 03 de fevereiro de 2012.

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 569/2012

Lei Complementar Nº 569 / 2.012

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2012.

O Prefeito Municipal de Nova Trento em Exercício, Sr. Pedro Piva Neto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 26 - Pavimentação de Vias Urbanas - fica acrescido da Ação: 1.069 - Pavimentação da Rua Geral na localidade de Ponta Fina Sul, no valor de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2012, aprovada pela Lei Municipal nº 549 de 31/10/2011, referente ao Programa 26 - Pavimentação de Vias Urbanas - fica acrescido da Ação: 1.069 - Pavimentação da Rua Geral na localidade de Ponta Fina Sul, no valor de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2012, o Poder Executivo utilizará como fonte, recursos provenientes do Convênio firmado entre o Município e o Ministério das Cidades, no valor de R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais), além da contrapartida no valor de R\$ 35.050,00 (trinta e cinco mil e cinquenta reais), pelo provável excesso de arrecadação, apurado no corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de fevereiro de 2012.

PEDRO PIVA NETO
PrefeitoMunicipal em Exercício

Registrada em 08 de fevereiro de 2012 e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Processo Nº 021/2012 - Pregão Presencial Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 021/2012 - Pregão Presencial Nº 012/2012-Registro de Preços Nº 004

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua retirada até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, para o Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 05/03/2011 até às 14:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

PEDRO PIVA NETO
Prefeito em Exercício

Processo Nº 022/2012 - Pregão Presencial Nº 013/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 022/2012 - Pregão Presencial Nº 013/2012
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 285 m² de Lajotas e 80 ML de meio-fio a ser executado na Rua TERESA C. DEMONTI no Bairro Santo Antonim, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 06/03/2011 até às 14:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

PEDRO PIVA NETO
Prefeito em Exercício

Resumo de Contrato 027/2012

CONTRATO Nº 027/2012

Origem: Processo Licitatório nº 126/2011. Modalidade: Tomada-de Preço nº 004/2011 Homologação: 30/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: ELMO PAPELARIA LTDA ME, com sede na Rua Prefeito José Kering, nº 5501, Sala 101, Centro, Cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, CEP 88140-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.999.762/0001-31. Objeto do Contrato: Fornecimento parcelado de material pedagógico e de escritório para a secretaria de educação de Nova Trento O valor total deste contrato é de R\$ 5.919,96 (Cinco mil novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 022/2012

CONTRATO Nº 022/2012

Origem: Processo Licitatório nº 126/2011. Modalidade: Tomada-de Preço nº 004/2011 Homologação: 30/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP, com sede na Rua Salvador Di Bernardi nº 220, Cidade de Campinas - São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88101-260, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.314631/0001-48. Objeto do Contrato: Fornecimento parcelado de material pedagógico e de escritório para a secretaria de educação de Nova Trento O valor total deste contrato é de R\$ 16.923,62 (Dezesseis mil novecentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos).

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 023/2012

CONTRATO Nº 023/2012

Origem: Processo Licitatório nº 126/2011. Modalidade: Tomada-de Preço nº 004/2011 Homologação: 30/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA. ME, com sede na Rua Irmgard Carl, nº 225, Escola Agrícola, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89037-555, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.008.570/0001-00. Objeto do Contrato: Fornecimento parcelado de material pedagógico e de escritório para a secretaria de educação de Nova Trento O valor total deste contrato é de R\$ 21.295,15 (Vinte e um mil duzentos e noventa e cinco reais e quinze centavos).

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 028/2012

CONTRATO Nº 027/2012

Origem: Processo Licitatório nº 126/2011. Modalidade: Tomada-de Preço nº 004/2011 Homologação: 30/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: CANTINHO DO PAEPL PAPELARIA LTDA ME, com sede na Rua João José Schmitz, nº 258, Bela Vista, Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, CEP 88110-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.996580/0001-72. Objeto do Contrato: Fornecimento parcelado de material pedagógico e de escritório para a secretaria de educação de Nova Trento O valor total deste contrato é de R\$ 976,90 (Novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos)

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 029/2012

CONTRATO Nº 029/2012

Origem: Processo Licitatório nº 127/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 059/2011 Homologação: 20/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VOLTOLINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Alferes, nº 1172, cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina., inscrita no CNPJ nº 83.715.383/0001-01 . Objeto do Contrato: Aquisição Parcelada de Material de Limpeza e Gênero Alimentícios e Gás de Cozinha para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes para o ano de 2012. O valor total deste contrato é de R\$ 1.222,40 (Hul mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 30/2012

CONTRATO Nº 030/2012

Origem: Processo Licitatório nº 127/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 059/2011 Homologação: 20/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: CIA ULTRAGAZ S/A, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Antonio Frederico Ozanan, nº 1655, Bairro: Brigadeiro cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul., inscrita no CNPJ nº 61.602.199/0232/44. Objeto do Contrato: Aquisição Parcelada de Material de Limpeza e Gênero Alimentícios e Gás de Cozinha para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes para o ano de 2012. O valor total deste contrato é de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 31/2012

CONTRATO Nº 031/2012

Origem: Processo Licitatório nº 127/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 059/2011 Homologação: 20/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: COMERCIAL MULTVILLE LTDA.ME , pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua: Bento Gonçalves, 186, Bairro: Glória cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 06.220.022/0001-43, . Objeto do Contrato: Aquisição Parcelada de Material de Limpeza e Gênero Alimentícios e Gás de Cozinha para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes para o ano de 2012. O valor total deste contrato é de R\$ 166.722,40 (Cento e sessenta e seis mil setessentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 33/2012

CONTRATO Nº 033/2012

Origem: Processo Licitatório nº 128/2011. Modalidade: Carta Convite nº 019/2011 Homologação: 18/01/2012. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça del Comune, nº 126, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, CPF nº 998.395.209-20, Contratada: PRO SURF WEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua das Bromélias Nº 319 Bairro: Fortaleza Alta na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina., inscrita no CNPJ nº 12.060.841/0001-73 . Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de camisetas e regatas estam-padas, calças e bermudas para composição do uniforme escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Nova Trento/SC, para o ano de 2012 . O valor total deste contrato é de R\$ 26.449,50 (Vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

Nova Trento, 30 de Janeiro de 2012

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato Nº 37/2012

CONTRATO Nº 037/2012

Origem: Processo Licitatório nº 004/2012. Modalidade: Tomada-de Preço nº 001/2012 Homologação: 13/02/2012. Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, sito à Praça del Comune, 126, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário Sr. Godofredo Luiz Tonini, inscrito no CPF nº 178.648.289-49. Contratada: Recicle Catarinense de Resíduos Ltda inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-02 localizada na Rua: Joaquim Zucco nº200 Bairro: Nova Brasília, na cidade de Brusque, Objeto do Contrato: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos produzidos no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição (lixo hospitalar), para atender as necessidades do Município de Nova Trento para o ano de 2012. O valor total deste contrato é de R\$ 10.560,00 (Dez mil quinhentos e sessenta reais).Validade por 11 meses.

Nova Trento, 14 de Fevereiro de 2012

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do Processo Licitatorio FMS Nº 005/2012-Pregão Presencial FMS Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 005/2012

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2012

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para uso na Unidade Sanitária de Saúde, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01/03/2012

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:00 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.
Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 17 de Fevereiro de 2012. ROGERIO ACACIO MASCARELLO
Gestor FMS

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.618, de 15 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº. 3.618, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

AUXÍLIO FINANCEIRO. Associação Esportiva Recreativa e Cultural - AERC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro Associação Esportiva Recreativa e Cultural - AERC, CNPJ sob nº 07.793.837/0001-07, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, anexo ao Ginásio de Esportes Caranguejão - Centro/Palhoça, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com o ob-jetivo de custear e equipar os Blocos Carnavalescos e Escolas de Samba que participarão do pro-jeto de Desfile do Carnaval 2012.

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre a conta da dotação específica do orçamento vigente, Projeto Atividade: 1.117 - Carnaval nas praias e Bairros, Elemento 226 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Transferências a instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 15 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Convênio Nº 001, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 001, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação João Paulo II, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada por sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua

gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, n. 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-330, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. GERVASIO MANOEL DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 533.407.449-04 e RG nº 54677-56, residente e domiciliado na Rua Antonio Vieira, n. 380, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.603, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 221/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 243.270,00 (duzentos e quarenta e três mil e duzentos e setenta reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 20.272,50 (vinte mil e duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) cada, e uma parcela no valor de R\$ 40.545,00 (quarenta mil e quinhentos e quarenta e cinco reais) referentes ao repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 159 (cento e cinquenta e nove), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 20.272.50
02	07/03/2012	R\$ 20.272.50
03	07/04/2012	R\$ 20.272.50
04	07/05/2012	R\$ 20.272.50
05	07/06/2012	R\$ 20.272.50
06	07/07/2012	R\$ 20.272.50
07	07/08/2012	R\$ 20.272.50
08	07/09/2012	R\$ 20.272.50
09	07/10/2012	R\$ 20.272.50
10	07/11/2012	R\$ 20.272.50
11	07/12/2012	R\$ 40.545,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de

Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatória a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente à SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e os fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização quanto ao recebimento e à manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e o armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento, mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças da Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme cláusula segunda, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;

- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância ao artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial à compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido na cláusula segunda, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc.);
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados

dispensados às crianças e aos adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula oitava;

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças atendidas;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou

superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação

em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria De Educação E Cultura

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretaria Municipal De Administração E Finanças

ROSELENE FLECK

Associação João Paulo II

JOSÉ DA SILVA MATTOS

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 002, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 002, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada por sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL - AEBAS (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MISSÃO 2012) de Palhoça, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608/0001-81, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/nº, bairro Brejaru, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Sra ABGAIL MACIEL, brasileira, solteira, administradora, portadora da cédula de identidade n.º 1572346-1 e inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 501.632.729-72, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.604, de 08 de fevereiro de 2012, e Decreto Legislativo nº 222/2012, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, para atendimento na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica - a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 125.460,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 10.455,00 (dez mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais) cada, e uma parcela no valor de R\$ 20.910,00 (vinte mil e novecentos e dez reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 82 (oitenta e dois), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 10.455,00
02	07/03/2012	R\$ 10.455,00
03	07/04/2012	R\$ 10.455,00
04	07/05/2012	R\$ 10.455,00
05	07/06/2012	R\$ 10.455,00
06	07/07/2012	R\$ 10.455,00
07	07/08/2012	R\$ 10.455,00
08	07/09/2012	R\$ 10.455,00
09	07/10/2012	R\$ 10.455,00
10	07/11/2012	R\$ 10.455,00
11	07/12/2012	R\$ 20.910,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica - a crianças e adolescentes, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de

Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar por sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e

manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças e/ou adolescentes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento

realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme cláusula segunda, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância ao artigo 70

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial à compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância ao artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão, designada por portaria. Compete à Comissão designada por portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SMEC, mensalmente, conforme cronograma estabelecido na cláusula segunda, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc.);
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) Serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e aos adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.
Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.
JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretaria Municipal De Administração E Finanças
ROSELENE FLECK

Associação Evangélica Beneficente De Assistência Social - Aebas
ABGAIL MACIEL

TESTEMUNHAS

Nome:
Assinatura:
Carteira de Identidade:
CIC:

Nome:
Assinatura:
Carteira Identidade:
CIC:

Convênio Nº 003, de 08 de Fevereiro de 2012.
CONVÊNIO Nº 003, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Fundação Fé e Alegria do Brasil para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com inter-veniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato, representada por sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede Rua Américo Vespúcio, s/nº, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Sr CARLOS FRITZEN, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade n.º 953902 SSP/DF, residente e domiciliado na Via Anhanguera, Km 255, São Paulo - SP, neste ato representado por seu procurador Sra. CELIA R M BETIOLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 871.571.609-00 e RG n. 2.817.623, residente e domiciliada na Servidão José Carlos de Oliveira, n. 711, bairro Centro, Florianópolis - SC, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.605, de 08 de fevereiro de 2012, e Decreto Legislativo nº 223/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, para atendimento na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica - a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e

sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 90.270,00 (noventa mil e duzentos e setenta reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 7.522,50 (sete mil e quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) cada, e uma parcela no valor de R\$ 15.045,00 (quinze mil e quarenta e cinco reais.) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 59 (cinquenta e nove) conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 7.522,50
02	07/03/2012	R\$ 7.522,50
03	07/04/2012	R\$ 7.522,50
04	07/05/2012	R\$ 7.522,50
05	07/06/2012	R\$ 7.522,50
06	07/07/2012	R\$ 7.522,50
07	07/08/2012	R\$ 7.522,50
08	07/09/2012	R\$ 7.522,50
09	07/10/2012	R\$ 7.522,50
10	07/11/2012	R\$ 7.522,50
11	07/12/2012	R\$ 15.045,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do

convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de

alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme cláusula segunda, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância ao artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada a aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância ao artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido na cláusula segunda, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc.);
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretaria Municipal De Administração E Finanças

ROSELENE FLECK

Fundação Fé E Alegria Do Brasil

CÉLIA R. M. BETIOLO POR PROCURAÇÃO EM NOME DE VALDIR

JACÓ VANZELLA

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 004, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 004, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e Associação Pró-Brejarú de Palhoça para atendimento de Jornada Ampliada no Ensino Fundamental.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICIPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato, representada por sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARÚ de Palhoça, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede Rua Pascoal Mazili nº 10, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal Sra ARLENE JUDITH DA LUZ PLÁCIDO, brasileira, casada, costureira, portadora da cédula de identidade n.º 1375779 e inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF n.º 502.021.709-34, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.606, de 08 de fevereiro de 2012, e Decreto Legislativo nº 224/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO, para atendimento na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica - a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 177.480,00 (cento e setenta e sete mil e quatrocentos e oitenta reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 14.790,00 (catorze mil e setecentos e noventa reais) cada, e uma parcela no valor de R\$ 29.580,00 (vinte e nove mil e quinhentos e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 116 (cento e dezesseis), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 14.790,00
02	07/03/2012	R\$ 14.790,00
03	07/04/2012	R\$ 14.790,00
04	07/05/2012	R\$ 14.790,00
05	07/06/2012	R\$ 14.790,00
06	07/07/2012	R\$ 14.790,00
07	07/08/2012	R\$ 14.790,00
08	07/09/2012	R\$ 14.790,00
09	07/10/2012	R\$ 14.790,00
10	07/11/2012	R\$ 14.790,00
11	07/12/2012	R\$ 29.580,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica - segundo nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;



k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês

subseqüente às ações desenvolvidas pela mesma.

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças e/ou adolescentes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste

instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme cláusula segunda, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância ao artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância ao artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido na cláusula segunda, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;

- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc.);
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

- a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;
- b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes atendidas;
- d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;
- f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a

oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretaria Municipal De Administração E Finanças

ROSELENE FLECK

Associação Pró-Brejarú

ARLENE JUDITH DA LUZ PLÁCIDO

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 005, de 08 de Fevereiro de 2012.
CONVÊNIO Nº 005, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Alto Aririu, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIU, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/nº, bairro Alto Aririu, CEP 88135-720, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. LAURITA MARIA DA SILVA DOS SANTOS, brasileira, casada, funcionária pública, inscrita no CPF sob n. 983.479.509-20 e RG n. 496.076-79, residente e domiciliada na Rua Evaldo Carlos Broering, n. 219, bairro Alto Aririu, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.607, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 217/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 380.970,00 (trezentos e oitenta mil, novecentos e setenta reais e vinte centavos) em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 31.747,50 (trinta e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 63.495,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 249 (trezentos e dezenove), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
-------------------	--------------------	-------

01	07/02/2012	R\$ 31.747,50
02	07/03/2012	R\$ 31.747,50
03	07/04/2012	R\$ 31.747,50
04	07/05/2012	R\$ 31.747,50
05	07/06/2012	R\$ 31.747,50
06	07/07/2012	R\$ 31.747,50
07	07/08/2012	R\$ 31.747,50
08	07/09/2012	R\$ 31.747,50
09	07/10/2012	R\$ 31.747,50
10	07/11/2012	R\$ 31.747,50
11	07/12/2012	R\$ 63.495,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do

SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para

alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação

completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;

- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticada de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIU

Laurita Maria da Silva dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 006, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 006, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani,

cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririu, CEP 88135-160, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. JONAS FRANCISCO MARTINS, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob n. 221.337.339-04 e RG n. 1/R 203-109, residente e domiciliado na Rua Av. Bom Jesus de Nazaré, n. 1014, bairro Aririu, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.608, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 218/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 267.750,00 (duzentos e sessenta e sete mil), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 22.312,50 (vinte e dois mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos) e uma parcela no valor de R\$ 44.625,00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 175 (Cento e setenta e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 22.312,50
02	07/03/2012	R\$ 22.312,50
03	07/04/2012	R\$ 22.312,50
04	07/05/2012	R\$ 22.312,50
05	07/06/2012	R\$ 22.312,50
06	07/07/2012	R\$ 22.312,50
07	07/08/2012	R\$ 22.312,50
08	07/09/2012	R\$ 22.312,50
09	07/10/2012	R\$ 22.312,50
10	07/11/2012	R\$ 22.312,50
11	07/12/2012	R\$ 44.625,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da

Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

- a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através

de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do

previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU

Jonas Francisco Martins

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Convênio Nº 007, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 007, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririu da Formiga, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com intervenção da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU DA FORMIGA, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririu da Formiga, CEP 88132-770, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. ACÁCIO JOÃO DE MELO, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob n. 057.085.089-49 e RG n. 416.417-2, residente e domiciliado na Rua Raul Antonio da Silva, n. 61, bairro Aririu

da Formiga, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.609, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 219/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 131.580,00 (cento e trinta e hum mil, quinhentos e oitenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 10.965,00 (dez mil e novecentos setenta e cinco reais) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 21.930,00 (vinte e um mil novecentos e trinta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O número de crianças atendidas será de 86 (oitenta e seis), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 10.965,00
02	07/03/2012	R\$ 10.965,00
03	07/04/2012	R\$ 10.965,00
04	07/05/2012	R\$ 10.965,00
05	07/06/2012	R\$ 10.965,00
06	07/07/2012	R\$ 10.965,00
07	07/08/2012	R\$ 10.965,00
08	07/09/2012	R\$ 10.965,00
09	07/10/2012	R\$ 10.965,00
10	07/11/2012	R\$ 10.965,00
11	07/12/2012	R\$ 21.930,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico; ;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico

dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio

diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

a) remuneração de pessoal e encargos;

b) aquisição de material didático-pedagógico;

c) aquisição de material de consumo;

d) aquisição de material de expediente;

e) aquisição de materiais para pequenos reparos;

f) pagamentos de serviços de terceiros;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticada de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste

Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio. E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.
JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU DA FORMIGA
Acácio João de Melo

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 008, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 008, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Padre Réus, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO BELA VISTA, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Duílio José Pizani, s/nº, bairro Bela Vista, CEP 88132-720, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. NICE VANIA SCHAMANN FARIAS, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob n. 864.651.129-49 e RG n. 2.040.371-2, residente e domiciliada na Rua Tubarão, n. 164, bairro Bela Vista, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.610, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 220/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 244.800,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: Primeira parcela no valor de R\$ 32.953,00 (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e três reais); Segunda parcela no valor de R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil, e novecentos reais), e as demais no valor de R\$ 19.883,00 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e três reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 160 (Cento e sessenta), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 32.953,00
02	07/03/2012	R\$ 32.900,00
03	07/04/2012	R\$ 19.883,00
04	07/05/2012	R\$ 19.883,00
05	07/06/2012	R\$ 19.883,00
06	07/07/2012	R\$ 19.883,00
07	07/08/2012	R\$ 19.883,00
08	07/09/2012	R\$ 19.883,00
09	07/10/2012	R\$ 19.883,00
10	07/11/2012	R\$ 19.883,00
11	07/12/2012	R\$ 19.883,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida

área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência

aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer,

sob pena de Responsabilidade Solidaria por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticada de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos

da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela

INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.
E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.
Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.
JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA
Nice Vania Schamann Farias

TESTEMUNHAS

Nome:
Assinatura:
Carteira de Identidade:
CIC:

Nome:
Assinatura:
Carteira Identidade:
CIC:

Convênio Nº 009, de 08 de Fevereiro de 2012. CONVÊNIO Nº 009, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário São Sebastião, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade nº 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato, representada por sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53, doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, s/nº, bairro São Sebastião, CEP 88136-260, Palhoça (SC) - representada neste ato por seu presidente e representante legal, Sr. MARCÍLIO ELPÍDIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, motorista, inscrito no CPF sob nº 004.404.329-52 e RG nº 3573.019, residente e domiciliado na Rua Irmã Silva, n. 57, bairro São Sebastião, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.611, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 225/2012, Constituição Federal, Lei Federal nº 9.394/96, Lei Federal nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 137.700,00 (cento e trinta e sete mil e setecentos reais), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 11.475,00 (onze mil e quatrocentos e setenta e cinco reais) cada, e uma parcela no valor de 22.950,00 (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O número de crianças atendidas será de 90 (noventa), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 11.475,00
02	07/03/2012	R\$ 11.475,00
03	07/04/2012	R\$ 11.475,00
04	07/05/2012	R\$ 11.475,00
05	07/06/2012	R\$ 11.475,00
06	07/07/2012	R\$ 11.475,00
07	07/08/2012	R\$ 11.475,00
08	07/09/2012	R\$ 11.475,00
09	07/10/2012	R\$ 11.475,00
10	07/11/2012	R\$ 11.475,00
11	07/12/2012	R\$ 22.950,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior, conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do

SMEC, das ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatória a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio, bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês

subseqüente às ações desenvolvidas pela mesma.

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos, de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças da Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme Resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos

na instituição, desde que esta atenda aos requisitos deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme cláusula segunda, poderão ser aplicados de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho, em observância ao artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada a aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial à compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão, designada por portaria, analisar os documentos, conforme estabelecidos na cláusula décima, emitindo parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar à SMEC, mensalmente, conforme cronograma estabelecido na cláusula segunda, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com a assinatura do Presidente e do Tesoureiro da Instituição;

- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos, devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc.);
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos, devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) Serão retidos pelo MUNICÍPIO nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita à SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado à SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME;

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava;

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças atendidas;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos

termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria De Educação E Cultura

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretaria Municipal De Administração E Finanças

ROSELENE FLECK

CONSELHO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO

Marcílio Elpídio dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 010, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 010, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição

Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março s/nº, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-350, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS, brasileiro, cantor, inscrito no CPF sob n. 986.541.609-34 e RG n. 3.355.392, residente e domiciliado na Rua José Soares de Oliveira, n. 123, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.612, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 226/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I- Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 252.450,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 21.037,50 (vinte um mil trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 42.075,00 (quarenta e dois mil e setenta e cinco reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 165 (Cento e sessenta e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 21.037,50
02	07/03/2012	R\$ 21.037,50
03	07/04/2012	R\$ 21.037,50
04	07/05/2012	R\$ 21.037,50
05	07/06/2012	R\$ 21.037,50

06	07/07/2012	R\$ 21.037,50
07	07/08/2012	R\$ 21.037,50
08	07/09/2012	R\$ 21.037,50
09	07/10/2012	R\$ 21.037,50
10	07/11/2012	R\$ 21.037,50
11	07/12/2012	R\$ 42.075,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal nº 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos

mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS

FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento,

estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão

devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO

Flávio José de Souza

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 011, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 011, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Padre Réus, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO

COMUNITÁRIO PADRE RÉUS, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.875.764/0001-92, com sede Rua Itanoir Abelardo de Freitas, s/nº, bairro Caminho Novo, CEP 88132-400, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. MARIA DO CARMO LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 416.799.209-44 e RG n. 2.308.367, residente e domiciliada na Rua dos Arcanjos, n. 23, bairro Caminho Novo, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.613, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 227/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 299.880,00 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 24.990,00 (vinte e quatro mil e novecentos e noventa reais) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 49.980,00 (quarenta e nove mil e novecentos e oitenta reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 196 (Cento e noventa e seis), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 24.990,00
02	07/03/2012	R\$ 24.990,00
03	07/04/2012	R\$ 24.990,00
04	07/05/2012	R\$ 24.990,00
05	07/06/2012	R\$ 24.990,00
06	07/07/2012	R\$ 24.990,00
07	07/08/2012	R\$ 24.990,00
08	07/09/2012	R\$ 24.990,00
09	07/10/2012	R\$ 24.990,00
10	07/11/2012	R\$ 24.990,00
11	07/12/2012	R\$ 49.980,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura

Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;

e) aquisição de materiais para pequenos reparos;

f) pagamentos de serviços de terceiros;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas coma assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste

Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste

Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.
E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO PADRE RÉUS

Maria do Carmo Lima

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 012, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-79, com sede Rua Victor Meirelles, s/nº, bairro Jardim Eldorado, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. ISAURA BET, brasileira, solteira, professora aposentada, inscrito no CPF sob n. 251.306.179-91 e RG n. 2.138-09 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Valdemar Vieira, n. 787, bairro Jardim Eldorado, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.614, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 228/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a

completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 182.070,00 (cento e oitenta e dois mil, e setenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 15.172,50 (quinze mil e cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 30.345,00 (trinta mil, trezentos e quarenta e cinco reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O número de crianças atendidas será de 175 (Cento e setenta e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 15.172,50
02	07/03/2012	R\$ 15.172,50
03	07/04/2012	R\$ 15.172,50
04	07/05/2012	R\$ 15.172,50
05	07/06/2012	R\$ 15.172,50
06	07/07/2012	R\$ 15.172,50
07	07/08/2012	R\$ 15.172,50
08	07/09/2012	R\$ 15.172,50
09	07/10/2012	R\$ 15.172,50
10	07/11/2012	R\$ 15.172,50
11	07/12/2012	R\$ 30.345,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades

que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à

execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes

deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de

acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO

Isaura Bet

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:
Assinatura:
Carteira Identidade:
CIC:

Convênio Nº 013, de 08 de Fevereiro de 2012.
CONVÊNIO Nº 013, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Santa Clara, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede Rua Salézio Beltrame, s/nº, bairro Caminho Novo, CEP 88132-400, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. EDUARDO SOUZA KREMER DOS SANTOS, brasileiro, casado, vigilante, inscrito no CPF sob n. 940.385.209-78 e RG n. 3.323.255, residente e domiciliado na Rua Santos Girardi, n. 51, bairro Caminho Novo, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.615, de 08 de janeiro de 2012, Decreto Legislativo nº 229/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 191.250,00 (cento e noventa e um mil e duzentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 15.937,50 (quinze mil novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinquenta centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 31.875,00 (trinta e um e sete mil e cento e dezessete reais e noventa centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O numero de crianças atendidas será de 125 (Cento e vinte e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 15.937,50
02	07/03/2012	R\$ 15.937,50
03	07/04/2012	R\$ 15.937,50
04	07/05/2012	R\$ 15.937,50
05	07/06/2012	R\$ 15.937,50
06	07/07/2012	R\$ 15.937,50
07	07/08/2012	R\$ 15.937,50
08	07/09/2012	R\$ 15.937,50
09	07/10/2012	R\$ 15.937,50
10	07/11/2012	R\$ 15.937,50
11	07/12/2012	R\$ 31.875,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste

instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;

- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticada de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denúncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios

destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

- a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;
- b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;
- d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;
- e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;
- f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos

termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA

Eduardo Souza Kremer dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 014, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 014, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação de Moradores da Comunidade de Pachecos, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE PACHECOS (CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ ELISA), entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 80.485.220/0001-91, com sede Rua Nelson Dantas, s/nº, bairro Pachecos, CEP 88135-380, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. MARCILEI APARECIDA MATOS, brasileira, solteira, professora, inscrito no CPF sob n. 026.132.539-67 e RG n. 3.218.497, residente e domiciliada na Rua Januário Pereira de Lima, n. 96, bairro Pachecos, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.616, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 230/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I- Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 191.250,00 (cento e noventa e um mil e duzentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 15.937,50 (quinze mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 31.875,00 (trinta e um mil e oitocentos e setenta e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O número de crianças atendidas será de 125 (Cento e vinte e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 15.937,50
02	07/03/2012	R\$ 15.937,50
03	07/04/2012	R\$ 15.937,50
04	07/05/2012	R\$ 15.937,50
05	07/06/2012	R\$ 15.937,50
06	07/07/2012	R\$ 15.937,50
07	07/08/2012	R\$ 15.937,50

08	07/09/2012	R\$ 15.937,50
09	07/10/2012	R\$ 15.937,50
10	07/11/2012	R\$ 15.937,50
11	07/12/2012	R\$ 31.875,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos

mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados

referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à



prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;
- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópias autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta

especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE PACHECOS

Marcilei Aparecida Matos

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 015, de 08 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 015, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Furadinho, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela sua gestora JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 533.333.829-53 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representada por sua gestora, ROSELENE FLECK e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita

no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede Rua Domingos de Souza Filho, nº 1.683, bairro Furadinho, CEP 88138-100, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 789.859.359-68 e RG n. 2.041.459, residente e domiciliado na Rua Cambirela, n. 98, bairro Pontal, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.617, de 08 de fevereiro de 2012, Decreto Legislativo nº 231/2012, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 114.750,00 (cento e quatorze mil e setecentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 9.562,50 (nove mil, quinhentos e sessenta e dois, cinquenta centavos e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 19.125,00 (dezenove mil, cento e vinte e cinco reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias próprias para atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

II- O valor anual por aluno fica definido em R\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta reais).

III - O número de crianças atendidas será de 75 (setenta e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2012	R\$ 9.562,50
02	07/03/2012	R\$ 9.562,50
03	07/04/2012	R\$ 9.562,50
04	07/05/2012	R\$ 9.562,50
05	07/06/2012	R\$ 9.562,50
06	07/07/2012	R\$ 9.562,50
07	07/08/2012	R\$ 9.562,50
08	07/09/2012	R\$ 9.562,50
09	07/10/2012	R\$ 9.562,50
10	07/11/2012	R\$ 9.562,50
11	07/12/2012	R\$ 19.125,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro

nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios



constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

- 1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;
- 2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;
- 3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;
- 4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;
- 5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;
- 6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;
- 7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;
- 8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

- a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.
 - a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.
- b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;
- c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;
- d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;
- e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;
- f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;
- g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares

Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda poderá ser aplicado de acordo com os seguintes itens:

- a) remuneração de pessoal e encargos;
- b) aquisição de material didático-pedagógico;

- c) aquisição de material de consumo;
- d) aquisição de material de expediente;
- e) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- f) pagamentos de serviços de terceiros;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de contas de água/luz/telefone/gás.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO deverá apresentar, à SME, mensalmente, conforme cronograma estabelecido NA CLAUSULA SEGUNDA, prestação de contas da aplicação dos recursos repassados, a qual deverá conter na seguinte ordem:

- 1) Ofício de encaminhamento da prestação de contas com assinatura do Presidente e Tesoureiro da Instituição;
- 2) Parecer do Conselho Fiscal da Instituição;
- 3) Balancete de Prestação de Contas - TC - 28;
- 4) Extrato Bancário da Conta Vinculada com a movimentação completa e extrato das aplicações; em caso de compensação incompleta apresentar conciliação bancária;
- 5) Relação de pagamentos e cópias dos recibos de pagamentos devidamente assinados pelos funcionários;
- 6) Documentos de comprovação de despesas realizadas (notas fiscais, recibos, cupons fiscais, faturas, etc)
- 7) Cópia autenticadas de guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, ISSQN, IRRF, FGTS e SEFIP);
- 8) Os demais encargos a que a Instituição estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

- a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados

dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SALDOS DE CONVÊNIO

Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou

superior a um mês, sempre em instituição financeira oficial.

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

141- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

143 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será de 11 meses.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação

em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 08 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Secretaria de Educação e Cultura.

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO

Flávio José de Souza

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CIC:

Nome:

Assinatura:

Carteira Identidade:

CIC:

Convênio Nº 016, de 15 de Fevereiro de 2012.

CONVÊNIO Nº 016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Que entre si fazem o Município de Palhoça e a Associação Esportiva Recreativa e Cultural - AERC.

Pelo presente instrumento de Termo de Convênio que entre si celebram a PRE-FEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente CONVENIENTE e ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL - AERC - Sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 07.793.837/0001-07, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, anexo ao Ginásio de Esportes Caranguejão - Centro/Palhoça, neste ato representado por seu Presidente, Senhor JANILTON GENTIL DA SILVA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado a Rua Pedro Paulo de Abreu, nº 885, Bloco "O", Apto. 402, Forquilha, portador do RG: 3594519 e do CPF: 003.710.819-04, aqui designado simplesmente CONVENIADA, e amparada no que dispõe a Lei nº 3.618, de 15 de fevereiro de 2012 e o Decreto Legislativo nº 232/2012, têm justo e contrato o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem por objeto o presente convênio à transferência de auxílio financeiro no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) com o objetivo de custear e equipar os Blocos Car-navalescos e Escolas de Samba que participarão do projeto de Desfile do Carnaval 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO RECURSO

A despesa com a execução desse Convênio corre a conta da dotação específica do orçamento vigente, Projeto Atividade: 1.117 - Carnaval nas praias e Bairros, Elemento 226 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Transferências a instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - À CONVENIENTE caberá:

Repassar os recursos de que se trata a cláusula primeira no exercício de 2009.

II - À CONVENIADA caberá:

a) prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dos recursos, porém, quem receber nos meses de novembro e dezembro não poderá exceder ao último dia do exercício (31/12). A prestação de contas deverá ser encaminhada à Secretaria de Finanças, impreterivelmente neste prazo;

b) Os recursos não poderão ter aplicação diversa prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo;

c) a entidade deverá possuir conta bancária no BESC, individualizada, especificamente para o recebimento de subvenção social ou auxílio e deverá ser movimentada através de cheques nominais e individualizada por credor;

d) O saldo dos recursos não utilizados até o final do exercício ou decorrido o prazo de aplicação (30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos), deverá ser devolvido à Secretaria de Fazenda, através de depósito na conta da qual a entidade recebeu o repasse;

e) documentos que devem obrigatoriamente compor a prestação de contas:

I - Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados - conforme artigo 44 - Resolução do TCE 16/94;

II - Abertura de conta bancária específica para recebimento do recurso;

III - Extrato bancário da conta específica com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques), os cheques emitidos deverão ser nominais ao fornecedor;

IV - Comprovantes de despesa originais e com a identificação do convênio, pre-enchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito). Recibos não serão aceitos, principalmente, para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais;

V - Os comprovantes de despesa deverão conter declaração do Presidente da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo em anexo;

VI - Declaração do responsável (engenheiro com nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados.

VII - É vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária exceto a manutenção de conta ativa;

VIII - Quaisquer irregularidades e/ou entrega de documentos em desacordo com este convênio, o repasse será imediatamente suspenso até sanadas as irregularidades ou apresentados outros

documentos.

X - Comprovantes de pagamento dos encargos e tributos sobre a folha de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

I - O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2012.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste Convênio.

E, por estarem justos e conveniados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Palhoça, 15 de fevereiro de 2012.

Prefeitura Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL - AERC

Janilton Gentil da Silva - Presidente

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

Assinatura: Assinatura

Carteira de Identidade: Carteira Identidade

CPF: CPF:

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 784/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 784, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Passo de Torres



para o exercício de 2012 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), sendo R\$ 11.050.000,00 (onze milhões, e cinquenta mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 2.950.000,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 13.185.000,00 (treze milhões e cento e oitenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), em R\$ 10.700.000,00 (dez milhões setecentos mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 1.785.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1.	RECEITAS CORRENTES	12.28.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.840.000,00
1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	240.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	40.000,00
1.4.	RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00
1.6.	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00
1.7.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.923.000,00
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	560.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	557.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	535.000,00
	TOTAL:	13.185.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	307.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	1.571.000,00
04 –	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	4.038.000,00
05 –	SECRETARIA DE ESPORTES	171.000,00
06 –	SECRETARIA DE CULTURA	187.000,00
07 –	SECRETARIA DE TURISMO	186.000,00
08 –	SECRETARIA DE DESENV. HUMANO E SOCIAL	261.000,00
09 –	SECRETARIA DE AGRICULTURA	142.000,00
10 –	SECRETARIA DA PESCA	105.000,00
11 –	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO	187.000,00
12 –	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	2.895.000,00
13 –	ENCARGOS GERAIS	550.000,00
14 –	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	80.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	10.700.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	1.785.000,00
Transferências Financeiras para a Câmara Municipal de Vereadores	700.000,00
SOMA:	2.485.000,00
TOTAL:	13.185.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	1.878.000,00
08	Assistência Social	331.000,00
12	Educação	4.038.000,00
13	Cultura	187.000,00
15	Urbanismo	2.196.000,00
16	Habitação	10.000,00
17	Saneamento	230.000,00
18	Gestão Ambiental	50.000,00
20	Agricultura	142.000,00
22	Indústria	242.000,00
26	Transporte	655.000,00
27	Desporto e Lazer	171.000,00
28	Encargos Especiais	550.000,00
99	Reserva de Contingência	20.000,00
	SOMA:	10.700.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.485.000,00
	TOTAL:	13.185.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA (Excluída a Câmara e Vereadores)

	DESPESAS CORRENTES	8.856.500,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargo Sociais	4.182.200,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.669.300,00
	DESPESAS DE CAPITAL	1.823.500,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	1.398.500,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	425.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
	SOMA:	10.700.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P O FUNDO M. SAÚDE	1.785.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ CÂMARA	700.000,00
	TOTAL:	13.185.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.785.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	650.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	620.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	165.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	160.000,00
	SOMA:	815.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.785.000,00
	SOMA:	2.600.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	2.590.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	2.600.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	2.340.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.450.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	890.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	250.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	250.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	2.600.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 4º - As despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício de 2.012, estão destacadas em órgão próprio da Administração Municipal no Orçamento da Unidade Gestora Central.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas próprias Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

99	Reserva de Contingência	20.000,00
	Passivos Contingentes	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 01/12/2012 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2013 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 11 - Durante o Exercício de 2012, através de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, verificados os dispositivos da legislação federal pertinente.

Art. 12 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão levados ao conhecimento da Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 14 – Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 – Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de Janeiro.

Passo de Torres, em 24 de novembro de 2011
EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 24 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS
Secretário de Administração e Finanças

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1491 de 14 de Fevereiro de 2012

LEI Nº. 1491 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

Atualiza o salário-mínimo em relação aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Agente Legislativo, para adequação ao artigo 7º, IV, da Constituição Federal, e atualiza os salários relativos aos cargos de Assessor Executivo I, Coordenador Pedagógico e Assessor Jurídico e dá outras providências.

Evandro João dos Santos, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou o projeto de Lei nº. 06/2012 e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Os vencimentos relativos aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais letra "A" e de Agente Legislativo passarão para o valor mensal de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), conforme estabelece o art. 7º, IV da Constituição Federal.

§ 1º - Os reajustes de que tratam o caput deste artigo devem ser retroativos a janeiro de 2012, pagando-se eventuais diferenças devidas.

§ 2º - Os vencimentos relativos aos cargos de Agente Legislativo passarão para R\$ 808,60 (oitocentos e oito reais e sessenta centavos).

Artigo 2º - Os vencimentos do Assessor Executivo I passarão para o valor mensal de R\$ 1.224,84 (um mil e duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Artigo 3º - Os vencimentos do Assessor Jurídico passarão para o valor mensal de R\$ 2.593,80 (dois mil e quinhentos e noventa e três reais e oitenta centavos).

Artigo 4º - Os vencimentos do Coordenador Pedagógico da Escola do Legislativo municipal passarão para o valor mensal de R\$ 1.148,81 (um mil e cento e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos).

Artigo 5º - As atualizações previstas nesta proposta de emenda modificativa incidirão a partir dos vencimentos do mês de fevereiro deste ano.

Artigo 6º - Os recursos e o impacto financeiro decorrentes do aumento de despesas previstas nesta lei serão absorvidos pelo orçamento da Câmara Municipal, conforme anexo, parte integrante desta lei.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 14 de fevereiro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios em 16 de fevereiro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Resultado da Tomada de Preço 49/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 49/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 49/2011 homologada em 06/02/2012 objetivando Aquisição de Material de Enfermagem, tendo como vencedoras as empresas: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 03.501.603/0001-65, com 5 itens, no valor total de R\$ 2.531,01 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e um centavo); ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 00.802.002/0001-02, com 9 itens, no valor total de R\$ 14.744,76 (catorze mil setecentos e quarenta quatro reais e setenta e seis centavos); CRIVITTA DIAGNÓSTICA LTDA, CNPJ: 03.241.947/0001-82, com 1 item, no valor total de R\$ 19.192,00 (dezenove mil cento e noventa e dois reais); DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA., CNPJ: 05.531.725/0001-20, com 12 itens, no valor total de R\$ 6.237,00 (seis mil duzentos e trinta e sete reais); ISAMED- MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, CNPJ: 05.948.061/0001-07, com 9 itens, no valor total de R\$ 11.745,45 (onze mil setecentos quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); MEDICAL VENDAS LTDA, CNPJ: 07.774.682/0001-39, com 15 itens, no valor total de R\$ 1.789,08 (um mil setecentos e oitenta e nove reais e oito centavos); METROMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, com 13 itens, CNPJ: 83.157.032/0001-22, no valor total de R\$ R\$ 16.192,45 (dezesseis mil cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos); PRODIET FARMACÊUTICA, CNPJ: 81.887.838/0001-40, com 4 itens, no valor total de R\$ 1.810,80 (um mil oitocentos e dez reais e oitenta centavos); PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.505.263/0001-40, com 25 itens, no valor total de R\$ 24.237,00 (vinte quatro mil duzentos trinta e sete reais); TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ: 06.555.143/0001-46, com 15 itens, no valor total de R\$ 14.138,85 (catorze mil cento e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Paulo Lopes, 17 de fevereiro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Resultado da Tomada de Preços 06/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 06/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 06/2012 homologada em 06/02/2012 objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, tendo como vencedoras as empresas: HENRIQUE DE ABREU PEREIRA ME, CNPJ: 86.984.937/0001-64, com 5 itens, no valor total de R\$ 7.441,50 (sete mil reais e quatrocentos quarenta e um reais e cinquenta centavos); MERCEARIA PEDRINHO LTDA ME, CNPJ: 08.915.488/0001-99, com 10 itens, no valor total de R\$ 25.534,00 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais); JOAO PRISCILA RAUPP ZEFERINO - ME, com 80 itens, CNPJ: 10.863.657/0001-36, no valor total de R\$ 141.460,90 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos e sessenta reais e noventa centavos).

Paulo Lopes, 17 de fevereiro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Resultado de Tomada de Preços 03/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 03/2012

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 03/2012 homologada em 03/02/2012 objetivando aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes e filtros para abastecimento de veículos e máquinas municipais, tendo como vencedor a seguinte empresa: AUTO POSTO VALTELINO LTDA CNPJ 00.965.643/0001-70, no valor estimado de R\$ 620.237,00 (seiscentos e vinte mil duzentos e trinta e sete reais).

Paulo Lopes, 17 de fevereiro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto N.º 3.550, de 14 de Fevereiro de 2012**

DECRETO N.º 3.550, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de 21 de fevereiro de 2012 - Carnaval.

CONSIDERANDO que referida data será na segunda-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 20 de fevereiro de 2012.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º No dia 22/02/2012 (quarta-feira de cinzas), o expediente ao público será das 12:00hs às 18:00hs

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de fevereiro de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto N.º 3551/2012, de 16 de Fevereiro de 2012.

DECRETO N.º 3551/2012, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Declara em situação anormal, caracterizada com Situação de Emergência a área do Município afetada por ESTIAGEM.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 84 Inciso XL, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Lei Estadual nº. 10.925 de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela resolução nº. 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas que atinge o Município desde o mês de Dezembro de 2011 até a presente data, conforme o Mapa das Áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultou danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e qualificou o desastre de acordo com a Resolução nº. 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC; que após reunião da Comissão Municipal de Defesa Civil conforme consta em ata, e levando ao conhecimento do Prefeito Municipal resolve Decretar Situação de Emergência.

- pelos efeitos prolongados da estiagem e que afeta principalmente os agricultores que trabalham com milho, soja e gado de leite, propriedades que estão sem água para seus animais e para consumo humano.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência toda a Zona Rural e Urbana do Município Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, em anexos a este Decreto.

Art. 2º- Em razão da estiagem que se apresenta e que se prolonga por vários meses ininterruptamente, causando inúmeros prejuízos principalmente nas culturas de milho e soja, na agropecuária nas pastagens de verão, que afeta o rebanho do gado leiteiro, a falta de água para os animais e consumo humano. Com estas perdas causa um abalo financeiro significativo, bem como no movimento

financeiro deste Município.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 3º-Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, o qual vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação, conforme a Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 16 de Fevereiro de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 021/2012

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 021/2012 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05 de março de 2012, licitação modalidade Pregão Presencial n. 021/2012 visando à AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA.DADO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/03/2012, até as 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

Centro Administrativo De Pinheiro Preto-Sc, 13 De Fevereiro De 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2012

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação das bandas para apresentação nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de fevereiro do corrente ano para as festividades do carnaval Porto Alegria no centro e bairro Perequê, evento constante no calendário de eventos do Município.

Contratado: BMR PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.140.566/0001-46, com sede na Rua Coqueiros, nº 196, Camboriú - SC.

Valor global: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Porto Belo, 14 de fevereiro de 2012.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Contrato Nº 003/2012 - CULTURA

Extrato de Contrato Nº 003/2012 - CULTURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2012

Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação das bandas para apresentação nos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de fevereiro do corrente ano para as festividades do carnaval Porto Alegria no centro e bairro Perequê, evento constante no calendário de eventos do Município.

Contratado: BMR PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA-ME
Prazo de vigência: O contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até a prestação total do objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Edital de CONVOCAÇÃO N.º 051/2012

Edital de convocação 051/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 31/01/2012 a 06/02/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público;

(modelo DRH)

- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL I - FEMININO

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARIA ROSANA WODONOS	13º	
SANDRA FABIANA ALVES SANTOS	14º	
IDEJANE DOS SANTOS LIMA	15º	
ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA	16º	
JENIFER DAIANE WACHILEWSKI	17º	
NOELI EMA ZETTEL PORCIDES	18º	
JUSSARA DOS SANTOS	19º	
CRISTIANI MARINA CUNHA KIMURA	20º	

Porto União (SC), 30 de janeiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Edital de Convocação N.º 054/2012

Edital de convocação 054/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 03/02/2012 a 09/02/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)

- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)

- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL I - FEMININO

NOME	CLAS	ASSINATURA
CARLA CRISTIANE DORNELIS TRINDADE	22º	
ROSI DE FATIMA NASCIMENTO	23º	
REGINA MARIA VANIN	24º	

Porto União (SC), 02 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Edital - Audiência Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

SANTA CATARINA

EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

3º QUADRIMESTRE DE 2011

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO realizará "Audiência Pública de Cumprimento de Metas Fiscais", relativa à Prestação de Contas - 3º Quadrimestre de 2011 -, como determina o art. 63 da LRF (Lei Complementar nº 101), no dia 27 de fevereiro de 2012, às 10h, nas dependências da Câmara Municipal.

Porto União (SC), 16 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 2360/12

DECRETO N° 2.360, de 1º de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 001/2012, de 10/01/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor

do licitante MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

1º de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.360/2012

Pregão Presencial nº 001/2012 de 10/01/2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviço de transporte de calcário dolomítico para distribuição aos agricultores do município - Sec. de Agricultura.

Preço: por item

Participantes: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA e TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Decreto Nº 2361/12

DECRETO Nº 2.361, de 1º de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2254/11, o resultado do Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 002/2012, de 10/01/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes JULIO SILVESTRI-ME, RONDAMAQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS P/TRATOR.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

1º de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.361/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 002/2012 de 10/01/2012

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 017 (dezesete) itens de lâminas, dentes e unhas para reposição em equipamentos da Sec. de Obras.

Preço: por item

Participantes: JULIO SILVESTRI-ME, RONDAMAQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS P/TRATOR.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS P/TRATOR nos itens 001,002,003,004,007,012,013 e 016; JULIO SILVESTRI-ME nos itens 005,006,009,011,014 e 017 e RONDAMAQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA nos itens 008,010 e 015.

Decreto nº 2382/12

DECRETO Nº 2.382, de 10 de fevereiro de 2012

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. ISMAEL BENEDITO DAS NEVES"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Ismael Benedito das Neves, brasileiro, casado, motorista de veículo leve, portador da Cédula de Identidade nº 7R/627.183 e CPF nº 292.700.739-04, domiciliado e residente na rua São Paulo, s/n, bairro Boa Vista em Rio do Sul - SC, no cargo de Motorista de veículo leve, nível D, matrícula 124401, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais e adicional de 33 %, com paridade a partir de 06/03/2012.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 2365/12

DECRETO Nº 2.365, de 02 de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 176/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA, para realizar os serviços e fornecer materiais para instalação de Playground na Escola Modelo II - Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

02 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2355/12

DECRETO Nº 2.355 de 25 de janeiro de 2012

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
08.01	GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretario da Educação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
1.097	Reforma, limpeza e reposição de materiais e equipamentos de Centros de Educação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
08.01	GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretario da Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
1.097	Reforma, limpeza e reposição de materiais e equipamentos de Centros de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal

25 de janeiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2359/12

DECRETO Nº 2.359, de 1º de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 018/2011"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº. 018/2011, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal

1º de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 018/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal e Sueli Teresinha de Oliveira, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo nº 018/2011, APÓS ANÁLISE DE RECURSO, homologado através do Decreto n. 2.359 de 01 de fevereiro de 2012.

ENFERMEIRO

NOME	Prova Escrita	Prova de Títulos			Total Pontos	Classificação	
		Especialização	cursos	Experiência			
Fernanda Barato	7,2	2,0	3,0	4,0	16,2	1º	
Jucilene Lais Rossa Bonfim	6,8	-	3,0	4,0	13,8	2º	
Regiane Borges	8,4	2,0	3,0	-	13,4	3º	
Jucelir Eliane Batista	7,2	2,0	3,0	-	12,2	4º	
Diana Ferrari	6,6	2,0	-	3,0	11,6	5º	
Astrid Hoeltgebaum	6,2	2,0	3,0	-	11,2	6º	
Caroline da Fonseca Cachorowski	6,0	2,0	-	3,0	11,0	7º	
Andra Carla Sebold	7,6	-	3,0	-	10,6	8º	
Bruna Correa Vaz	6,6	-	3,0	-	9,6	9º	
Vania Regina Feltrin	6,2	-	3,0	-	9,2	10º	
Simone Vargas	6,0	-	3,0	-	9,0	11º	
Marli Aparecida Almeida	6,6	-	1,0	-	7,6	12º	
Larissa Franco Caron	6,0	-	1,0	-	7,0	13º	

MEDICO

NOME	Prova de Títulos			Total Pont- tos	Classi- ficação
	Especializa- ção	Cursos	Experiência		
Rodrigo Luiz Solano	-	3,0	1,0	4,0	1º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME	NOTA	Prova de Títulos			Total Pontos	Classificação
		Gra- dua- ção	Expe- Cursos	Expe- riência		
Terezinha Maria Santos de Oliveira	8,8	-	3,0	3,0	14,8	1º
Rosemeri Batista dos Santos Toniello	7,4	-	3,0	4,0	14,4	2º
Ruti Steinick	8,2	-	3,0	3,0	14,2	3º
Lara Fernanda Kersbaumer	7,6	-	3,0	3,0	13,6	4º
Walter Miranda Costa	7,0	-	-	3,0	10,0	5º
Janete Pires de Moraes	6,4	-	-	3,0	9,4	6º
Zenilda Schwartz	8,2	-	-	-	8,2	7º
Deise Cristina Tonet	7,6	-	-	-	7,6	8º
Raquel Elis de Almeida	7,2	-	-	-	7,2	9º
Daiana Cristina Cavalheiro	6,8	-	-	-	6,8	10º
Gabriela Catlen Prochnow	6,2	-	-	-	6,2	11º
Glaucci Helena Teodoro	6,2	-	-	-	6,2	12º

Rio do Sul, 31 de janeiro de 2012

MILTON HOBUS	SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde

Decreto Nº 2363/12

DECRETO Nº 2.363, de 02 de fevereiro de 2012

"DISPÕE SOBRE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, SUJEITOS AO REGIME DE SOBREAVISO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no disposto no Art. 124, § 6º da Lei Complementar 207, de 28.09.2010,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam sujeitos ao regime de sobreaviso, os seguintes cargos da administração direta e indireta:

I- Motorista de Ambulância da Secretaria Municipal de Saúde;

II- Motorista do Conselho Tutelar;

III-Motoristas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

IV-Técnico em Agropecuária;

V- Servidores exercendo atividades na Defesa Civil do município.

VI-Operadores de Equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura

Art. 2º - Os servidores ocupantes dos cargos mencionados no Art. 1º deste Decreto, integrarão nominalmente uma relação, cuja escala deverá ser no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, previamente aprovada pelo responsável do órgão de lotação do servidor.

Art. 3º - A cópia da escala de sobreaviso deverá ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, até o dia 20 (vinte) de cada mês, com o período do dia 21 (vinte e um) ao dia 20 (vinte) do mês subsequente e com ciência do servidor.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.665/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal

02 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2366/12

DECRETO Nº 2.366, de 02 de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado SERRANA ENGENHARIA LTDA, para realizar os serviços de transporte e destino final dos resíduos sólidos do município de Rio do Sul - Divisão do Meio Ambiente - Secretaria de Planejamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

02 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2367/12

DECRETO Nº 2.367, de 02 de fevereiro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado HERBERT HOFFMANN, para locação de imóvel para funcionamento da sede da Secretaria de Educação, situado na Rua Wenceslau Borini, nº 2971, bairro Santa Galo, galpão 01 - Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

02 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2368/12

DECRETO Nº 2.368, de 02 de fevereiro de 2012.
"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 016/2011"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado a partir de 04/01/2012 o resultado final do Processo Seletivo nº. 016/2011, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Processo Seletivo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
02 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2369/12

DECRETO Nº 2.369 de 02 de fevereiro de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 7.029,64 (sete mil, vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 32.540-6), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
00.03.0304	FUNDEB 40% - Exerc. Anteriores	R\$	7.029,64
	TOTAL	R\$	7.029,64

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal
02 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2370/12

DECRETO Nº 2.370, de 06 de Fevereiro de 2012.
"EXONERA MAYCC CAMILO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 06/02/2012, a servidora MAYCC CAMILO, do cargo em comissão de Chefe Divisão Parcerias da Escola Modelo da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
06 de Fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2372/12

DECRETO Nº 2.372, de 08 de fevereiro de 2012
"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PRE-
GÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 167/2011 de 29.12.2011.

Parágrafo Único - A revogação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de que não houve interessado em participar do presente certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
08 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2374/12

DECRETO Nº 2.374, de 08 de fevereiro de 2012.
"EXONERA JOICE FERREIRA MENEGAS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 08/02/2012, a servidora JOICE FERREIRA MENEGAS, do cargo em comissão de Diretora

do Departamento de Fiscalização da Secretaria de Planejamento, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
09 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2375/12

DECRETO Nº 2.375 de 08 de fevereiro de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 1.295.365,80 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (contas correntes n. 6384-3, 33.879-6, 38.778-9, 13-1, 90.000-1 e 90.000-1-A), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
1.079	CONTRAPARTIDA CONVÊNIOS		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
	Recursos Ordinários - Exercício		
00.03.0065	Anterior	R\$	600.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, EXECUÇÃO DE GALERIAS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS		
1.087			
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
	Recursos Ordinários - Exercício		
00.03.0065	Anterior	R\$	695.365,80
	TOTAL	R\$	1.295.365,80

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
08 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2378/12

DECRETO Nº 2.378, de 10 de fevereiro de 2012.

" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Agostinho Pisetta, Jailson Roberto de Oliveira e Eduardo Aragão Silva, para em comissão procederem a avaliação da duas áreas de terra, uma com 2.204,84m², matrícula nº 44.443 e outra com 130,90m², matrícula 44.444, localizadas na Rua XV de Novembro, pertencentes a Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
10 de fevereiro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2379/12

DECRETO Nº 2.379, de 10 de fevereiro de 2012.

"CONCEDE PENSÃO À Sra. MARILENA LACERDA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido pensão à Sra. Martilena Lacerda, brasileira, residente e domiciliada Rua Guanabara, 531 - Bairro Boa Vista em Rio do Sul - SC, e a sua filha Ana Paula Dutra, sendo 50% para Companheira e 50% para filha até a maior idade, após esta idade reverterá para a companheira o percentual de 100%, em virtude do falecimento do Sr. Antonio Dutra, ex-servidor público municipal, matrícula nº 2208/01, aposentado desde 01/074/2003, no cargo de Pedreiro, com proventos proporcionais de 28/35 avos e adicional de tempo de serviço de 15%, a partir de 05/01/2012.

Art. 2º- A pensão foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º- De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 05/01/2012.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 5º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
10 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2380/12

DECRETO Nº 2.380 de 10 de fevereiro de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 110.017,69 (cento e dez mil, dezessete reais e sessenta e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 30.578-2), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
1.092	Pontes, viadutos e passarelas		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
00.03.0065	Recursos Ordinários - Exercício Anterior	R\$	110.017,69
	TOTAL	R\$	110.017,69

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2381/12

DECRETO Nº 2381, 10 de fevereiro de 2012.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. EZIR TEREZINHA SENS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Ezir Terezinha Sens, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade nº 105.913-0 e CPF nº 019.944.689-04 domiciliada e residente na Avenida Oscar Barcelos, 1133, apto 901, Centro, em Rio do Sul - SC, no cargo de Fiscal de Tributos, nível G, matrícula nº 661001, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01/03/2012.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes

do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2383/12

DECRETO Nº 2.383, de 10 fevereiro de 2012

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. ADENIR CAVA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Adenir Cava, portadora da Cédula de Identidade nº 7R/721.481 e CPF nº 292.819.979-91, domiciliado e residente na Rua Jacó Finardi, 86, Bairro Santa Galo em Rio do Sul - SC, no cargo de Eletricista, nível D-1, matrícula nº 8907, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais e adicional de 31 %, com paridade a partir de 15/02/2012.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2384/12

DECRETO Nº 2.384, de 10 de fevereiro de 2012.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. HILTRUD CECHE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Hiltrud Cechet, brasileira, casada, auxiliar de serviços gerais, portadora da Cédula de Identidade nº 7R/866.568 e CPF nº 497.223.289-72 domiciliada e residente na Rua Itajaí, 601, Barra da Itoupava, em Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar de serviços Gerais, nível A, matrícula nº 804401, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 01/03/2012.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2385/12

DECRETO Nº 2.385, de 10 de fevereiro de 2012.

"CONCEDE PENSÃO À Sra. ERCILDA RENGEL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido pensão vitalícia à Sra. Ercilda Rengel, brasileira, viúva, residente e domiciliada à Rua João Ledra, 3894 - Bairro Taboão em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu marido Sr. Vendelino Rengel, ex-servidor público municipal, matrícula nº 205/01, aposentado desde 01/07/1996, no cargo de Auxiliar de serviços gerais, com proventos proporcionais de 32/35 avos e adicional de tempo de 9%, a partir de 08/01/2012.

Art. 2º - A pensão foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 08/01/2012.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 5º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2386/12

DECRETO Nº 2.386, de 10 de fevereiro de 2012.

"CONCEDE PENSÃO À Sra. MARIA LAURENTINO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 18 de Janeiro de 2012, pensão à Sra. Maria Laurentino, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Estrada do Acre, 647, bairro Laranjeiras em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu companheiro Sr. Ivo Osvaldo da Roza, ex-servidor público municipal, matrícula nº 1543.2/00, aposentado desde 23 de novembro de 2004, no cargo de Vigia, nível 20, faixa 21, com proventos proporcionais a 25/35 avos.

Art. 2º - A pensão foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 18/01/2012.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 5º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

10 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2388/12

DECRETO Nº 2.388 de 13 de fevereiro de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 111.068,67 (cento e onze mil, sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior conforme demonstrativo anexo (conta corrente n. 48.676-0), de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.227/2011 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.042	PROJETOS CULTURAIS - ESTADUAL		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
00.03.0031	Sup. Rec. Convênio do Estado - Cultural	R\$	111.068,67
	TOTAL	R\$	111.068,67

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0285/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0285/2011 firmado em 11/07/2011, com término previsto para 10/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI MARIA FINARDI FLORIANI DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 559.930.019-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0285/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0285/2011, iniciando-se a prorrogação em 11/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

NOELI MARIA FINARDI FLORIANI DOS

SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 297/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 14/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219,

de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NATANAEL COST A SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 988.587.939-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2011, iniciando-se a prorrogação em 15/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

NATANAEL COSTA SPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 303/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 303/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 21/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL CORREA DE MELLO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 003.613.529-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 303/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 303/2011, iniciando-se a prorrogação em 22/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

RAQUEL CORREA DE MELLO DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 311/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 21/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) OTILIA BORGES, portador(a) do CPF nº 902.618.109-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2011, iniciando-se a prorrogação em 22/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

OTILIA BORGES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 271/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2011 firmado em 16/05/2011, com término previsto para 14/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GABRIELA FAGUNDES PADILHA, portador(a) do CPF nº 073.735.169-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 271/2011, iniciando-se a prorrogação em 15/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GABRIELA FAGUNDES PADILHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 273/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2011 firmado em 23/05/2011, com término previsto para 21/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA BORK, portador(a) do CPF nº 049.881.419-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 273/2011, iniciando-se a prorrogação em 22/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PRISCILA BORK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 111/2010

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2010 firmado em 23/02/2010, com término previsto para 02/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUZA PIASSON DA CRUZ, portador(a) do CPF nº 023.995.429-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 111/2010, iniciando-se a prorrogação em 03/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

JERUZA PIASSON DA CRUZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 146/2010

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2010 firmado em 08/02/2010, com término previsto para 01/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISTELA REGINALDA MARCELINO PASSOLD, portador(a) do CPF nº 946.799.409-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2010, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

MARISTELA REGINALDA MARCELINO

PASSOLD

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 147/2010

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2010 firmado em 23/02/2010, com término previsto para 01/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE MARCHI W ESTPHAL, portador(a) do CPF nº 801.471.439-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 147/2010, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

DENISE MARCHI WESTPHAL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 231/2010

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2010 firmado em 20/04/2010, com término previsto para 01/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA, portador(a)

do CPF nº 042.144.009-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2010, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário de Administração

DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Portaria Nº 0052/RH

PORTARIA Nº. 0052/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 01/02/2012 o(a) servidor(a) municipal LEISE CRISTINA LUIZ, do cargo de provimento efetivo de Professor, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Csvf

Portaria Nº 0067/RH

PORTARIA Nº 0067/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/02/2012 a 04/05/2012, concedida através da Portaria nº 0812/RH de 28/12/2011, ao servidor municipal

MARCUS FERNANDO WORITOVICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, classe “E”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Portaria Nº 0067/RH

PORTARIA Nº 0067/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/02/2012 a 04/05/2012, concedida através da Portaria nº 0812/RH de 28/12/2011, ao servidor municipal MARCUS FERNANDO WORITOVICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, classe “E”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Extrato de Edital 05/2012 FMS

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2012 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NECESSIDADES DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 02/03/2012, às 10:00 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00 horas do dia 02/03/2012.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Gabinete da Secretária de Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 40.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLVGS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através

do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 298/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 21/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIVALDA APARECIDA BUCHLING, portador(a) do CPF nº 563.650.719-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2011, iniciando-se a prorrogação em 22/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
NIVALDA APARECIDA BUCHLING
Secretário de Administração
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 242/2010

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2010 firmado em 19/05/2010, com término previsto para 01/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO, portador(a) do CPF nº 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2010, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO
Secretário de Administração
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .
CPF: .
Nome: .
CPF: .

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 639/12

PORTARIA Nº 639, 16 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o inciso II do Artigo 40 do Regimento Interno da Câmara Municipal - Resolução 497/2010:

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar do ponto, os funcionários da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, no dia 21 de fevereiro de 2012, terça-feira, após o feriado de carnaval de 20 de fevereiro, não havendo expediente no Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As horas dispensadas serão compensadas pelos funcionários em oportunidade futura, em horário diverso do expediente normal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 16 de fevereiro de 2012.

JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara

Salto Veloso

PREFEITURA

Extrato de Dispensa Licitatória Nº 002/2012

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Extrato de Dispensa Licitatória

Nº 002/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT. RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI

Objeto: serviços de assistência técnica e extensão rural para este Município.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0021/2012.

DL nº 0022012.

Contrato: 0013/2012

Vigência: 13/02/12 à 31/12/12, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei de Licitações nº 8.666/93.

Valor: 19.810,00 reais a serem pagos em 10 parcelas de igual valor.

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 13 de fevereiro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Extrato de Dispensa Licitatória Nº 003/2012

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Extrato de Dispensa Licitatória

Nº 003/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Roberto João Biava

Objeto: Contratação de Serviço de Máquina incluso: Trator de Pneu Traçado, mínimo de 70CV, equipamento Ensiladeira de colheita na linha de carretão agrícola e operador, para Secretaria de Agricultura deste Município.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0022/2012.

DL nº 003/2012.

Contrato: 0014/2012

Vigência: 13/02/12 à 30/06/12, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei de Licitações nº 8.666/93.

Valor: 7.700,00 reais

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 13 de fevereiro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 2955/2012

LEI Nº 2955, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2012.

O Prefeito Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os benefícios mantidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Público do Município de São Bento do Sul- IPRESBS, concedidos com base no art. 40, § 1º, incisos I e II, inciso III, alíneas "a" e "b", e § 7º, incisos I e II da Constituição Federal; e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2012, em 6,08 % (seis inteiros e oito décimos por cento).

Parágrafo Único. Para os benefícios concedidos pelo IPRESBS a partir de fevereiro de 2011, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único da presente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE %
Até janeiro de 2011	6,08
em fevereiro de 2011	5,09
em março de 2011	4,53
em abril de 2011	3,84
em maio de 2011	3,10
em junho de 2011	2,52
em julho de 2011	2,29
em agosto de 2011	2,29
em setembro de 2011	1,86
em outubro de 2011	1,41
em novembro de 2011	1,08
em dezembro de 2011	0,51

Lei Nº 2956/2012

LEI Nº 2956, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ALTERA O ART. 29 DA LEI 140, DE 22/12/1997.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e III do §1º do art. 29 da Lei 140, de 22 de dezembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 29

§ 1º

I - à vista, com desconto de 14,4% (quatorze vírgula quatro por cento) sobre o valor total, até a primeira data de pagamento fixada por ato do Poder Executivo;

III - em até 08 (oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com vencimento nas datas fixadas por ato do Poder Executivo;”

Art. 2º. Fica revogado o inciso II, do § 1º do art. 29 da Lei nº 140 de 22 de dezembro de 1997.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2957/2012

LEI Nº 2957, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

AUTORIZA O EXECUTIVO A CONCEDER PARTE IDEAL DE IMÓVEL COM DIREITO REAL DE USO PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE MARIANE.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder com direito real de uso, uma área de terra com 1.461,00 m2 (hum mil quatrocentos e sessenta e um metros quadrados), parte de uma área maior, com 4.500,00 m2 (quatro mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade do Município de São Bento do Sul, corresponde a área institucional do loteamento San Marino, inscrita na matrícula sob nº 39.373, localizada no Bairro Progresso, nesta cidade, fazendo frente para a Rua Anna Maria Knop, à Associação de Moradores Parque Mariane, inscrita no CNPJ nº 09.403.003/0001-40.

Parágrafo único. A área tem as seguintes confrontações frente ao leste confronta com a Rua Anna Maria Knop por 46,29m, aos fundos ao oeste com a Município de São Bento do Sul por 21,42, do lado direito ao sul com Ilsa Jelinsky, Joãos Klombowsky e Eli-seu Jelinsky por 36,84 e 22,70m e lado esquerdo ao norte com o Município por 16,56, 16,45, e 18,07 m.

Art. 2º. O prazo da concessão referida no caput será de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, findos os quais poderá ser a área doada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2958/2012

LEI Nº 2958, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 93.200,00 (noventa e três mil e duzentos reais), no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.079 - Manut. dos Serv. de Proteção Social “Especial” de Média Complexidade

498 3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 1.000,00

Atividade: 4.080 - Manut. dos Serv. de Proteção Social Básica

499 3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município
503 3.1.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 10.000,00

504 3.3.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 9.000,00

505 4.4.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 1.000,00

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

500 3.3.90.93.00.00.00.00.0100 - Indenizações e Restituições R\$ 50.000,00

501 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
502 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 3.200,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico
xxx 3.3.90.14.00.0264.11 - Diárias - Civil R\$ 5.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

xxx 3.1.90.16.00.0266.15 - Outras Desp.Variáveis - PC R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.590.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

350 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 45.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

130 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 38.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município
405 3.3.90.08.00.00.00.0100 - Outros Benefícios Assistenciais
R\$ 25.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 1.024 - Ampliação da Rede Física da Saúde
xxx 4.4.90.51.00.0264.08 - Obras e Instalações R\$ 482.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta e Tratamento de Esgoto
86 4.4.90.51.00.00.00.0183 - Obras e Instalações R\$ 8.000.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar, abertos nos artigos 1º e 2º, será utilizado como fonte de recursos do Ministério da Saúde através da Portaria 2.226/2009, proposta 08281.643000/1100-01, em R\$ 200.000,00 para implantação de Unidade Básica de Saúde e R\$ 282.000,00 para reformas de unidades básicas de saúde conforme Portaria 2.206/2011, e também as alterações total e parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 - OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto: 1.005 - Saneamento Ambiental
341 4.4.90.51.00.00.00.0183 - Obras e Instalações R\$ 8.000.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social
351 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 75.000,00

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
111 3.3.90.32.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Distr. Grat R\$ 8.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 4.079 - Manut. dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade
458 3.3.90.36.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Atividade: 4.080 - Manut. dos Serv. de Proteção Social Básica
223 3.3.90.36.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município
Operação Especial: 0.086 - Inativos e Pensionistas
182 3.3.90.03.00.00.00.0100 - Pensões R\$ 25.000,00

Atividade: 2.048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município
176 3.3.71.41.00.00.00.0100 - Contribuições a Consórcios R\$ 20.000,00

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município
409 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Out Serv Terc - P.Física R\$ 3.000,00
410 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Out Serv Terc - P.Jurídica R\$ 50.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
170 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.200,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico
83 3.3.90.39.00.0264.11 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 5.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária
52 3.3.90.30.00.0266.15 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
55 4.4.90.52.00.0266.15 - Equip. Mat. Permanente R\$ 7.000,00

Art. 4º. Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal nº 2.913, de 18 de novembro de 2011 - PPA e a Lei Municipal nº 2.911, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Programas de trabalho nºs.: 20; 12 e 15 e Ações nºs.: 1.003; 1.005 e 1.024.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0994/2012

DECRETO Nº 0994, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 02 - Meio Ambiente
Projeto: 1.035 - Estruturação do Meio Ambiente Sustentado
433 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 18.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 02 - Meio Ambiente
Projeto: 1.035 - Estruturação do Meio Ambiente Sustentado
430 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 0995/2012

DECRETO Nº 0995, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.
O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas

atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2958, de 10 de fevereiro de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 8.590.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais) no orçamento vigente do Município e incluirá as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.079 - Manut. dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade

498 3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 1.000,00

Atividade: 4.080 - Manut. dos Serv. de Proteção Social Básica

499 3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município
503 3.1.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 10.000,00

504 3.3.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 9.000,00

505 4.4.71.70.00.00.00.00.0100 - Rateio pela Part. Cons. Público R\$ 1.000,00

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

500 3.3.90.93.00.00.00.00.0100 - Indenizações e Restituições R\$ 50.000,00

501 3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
502 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 3.200,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico
xxx 3.3.90.14.00.0264.11 - Diárias - Civil R\$ 5.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

xxx 3.1.90.16.00.0266.15 - Outras Desp.Variáveis - PC R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º, será utilizado as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 4.079 - Manut. dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade

458 3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Atividade: 4.080 - Manut. dos Serv. de Proteção Social Básica

223 3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município

176 3.3.71.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições a Consórcios R\$ 20.000,00

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

409 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terc - P.Física R\$ 3.000,00

410 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terc - P.Jurídica R\$ 50.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária
170 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.200,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico
83 3.3.90.39.00.0264.11 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 5.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

52 3.3.90.30.00.0266.15 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

55 4.4.90.52.00.0266.15 - Equip. Mat. Permanente R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0996/2012

DECRETO Nº 0996, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2958, de 10 de fevereiro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 93.200,00 (noventa e três mil e duzentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

350 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 45.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

130 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 38.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Atividade: 2.051 - Despesas de Serviços Gerais do Município

405 3.3.90.08.00.00.00.00.0100 - Outros Benefícios Assistenciais R\$ 25.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.024 - Ampliação da Rede Física da Saúde

xxx 4.4.90.51.00.0264.08 - Obras e Instalações R\$ 482.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta e Tratamento de Esgoto

86 4.4.90.51.00.00.00.00.0183 - Obras e Instalações R\$ 8.000.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recursos do Ministério da Saúde através da Portaria 2.226/2009, proposta 08281.643000/1100-01, em R\$ 200.000,00 para implantação de Unidade Básica de Saúde e R\$ 282.000,00 para reformas de unidades básicas de saúde conforme Portaria 2.206/2011, e também as anulações total e parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Projeto: 1.005 - Saneamento Ambiental

341 4.4.90.51.00.00.00.00.0183 - Obras e Instalações R\$ 8.000.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

351 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 75.000,00

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente
111 3.3.90.32.00.00.00.00.0100 - Mat., Bem ou Serv. Distr. Grat R\$ 8.000,00

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 - Encargos Gerais do Município

Operação Especial: 0.086 - Inativos e Pensionistas

182 3.3.90.03.00.00.00.00.0100 - Pensões R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0997/2012

DECRETO Nº 0997, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Márcio Dreveck, Tiago Martinhuk, Marcos Weiss, Jocemari Telma Teixeira, Viviane Moser e Gerson Evers Mendes para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 49/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0998/2012

DECRETO Nº 0998, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Antonia Leci Hinke, Tiago Martinhuk, Rosiele Fendrich, Jocemari Telma Teixeira, Viviane Moser e Anderson Hinke, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 50/2012, a realizar-se às 09:30 horas do dia 16 de fevereiro de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0999/2012

DECRETO Nº 0999, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Nilso Agostinho Cabral, Tiago Martinhuk, Rosiele Fendrich, Jocemari Telma Teixeira, Viviane Moser e Ricardo Callado, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 15/2012, a realizar-se às 14:30 horas do dia 16 de fevereiro de 2012, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1000/2012

DECRETO Nº 1000, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ALTERA DECRETOS

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no exercício de suas atribuições

DECRETA

Art. 1º. O Decreto nº 0958 de 28 de dezembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica designado o Presidente da Fundação Municipal de Desportos, Marcio Vanderlei Weiller, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Municipal de Desportos, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinente."

Art. 2º. O Decreto nº 0953 de 28 de dezembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.

I - Marcio Vanderlei Weiller - Presidente;
II - Jocemari Telma Teixeira - Suplente;
III - Sandra Maria Sadowski Andrzejewski - Secretária;
IV - Rosiele Fendrich - Suplente;
V - Douglas Jean Rufino - Membro; e
VI - Tiago Martinhuk - Suplente”

Art. 3º. O Decreto nº 0695 de 17 de maio de 2011, passa a ter a seguinte re-dação:

“Art. 2º

XII -

a) Marcio Vanderlei Weiller;”

Art. 4º. O Decreto nº 0523 de 03 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.

I - Fundação Municipal de Esportes e Presidente do COMESP Márcio Van-derlei Weiller;

II - Fundação Municipal de Esportes Márcio Vanderlei Weiller, Amárido Ed-mundo Pickocz titulares e Rodrigo Vargas e Douglas Jean Rufino suplentes;

VIII - Dirigente do Desporto Comunitário Ariel Ferreira titular e Daniel Gonçalves Ribeiro suplente;

X- Representante do para desporto Reginaldo Mesgalisky titular e Marilene Strapassoni suplente.”

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1001/2012

DECRETO Nº 1001, 10 DE FEVEREIRO DE 2012
ALTERA O DECRETO Nº 0480, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - COMDE

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0480, de 29 de outubro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Representantes da Secretaria Municipal de Finanças
INGRID APARECIDA STIEGLER RIBEIRO - Titular
RICARDO ANTONIO HOMECHEN - Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1002/2012

DECRETO Nº 1002, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01, de 09 de fevereiro de 2012, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2012
Resolução nº. 01/2012

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº. 2409/2009, em reunião do dia 09 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

Art. 2º Esta resolução entra em vigência na data da sua publicação.

Florinda Ivete Rosá Rohrbacher
Presidente do COMDIM

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Bento do Sul

Regimento Interno

DA NATUREZA

Art. 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, criado pela Lei Municipal 2409/2009, é órgão colegiado, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, consultivo, normatizador e controlador das ações, com a finalidade de promover no Município políticas públicas de defesa dos direitos da mulher.

DO CONSELHO

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM:

I - Formular diretrizes da política municipal dos direitos da mulher, a serem implementadas pelo Governo Municipal;

II - Prestar assessoramento ao Poder Executivo emitindo pareceres, acompanhando e controlando a elaboração e execução de programas no âmbito municipal nas questões que atingem as mulheres;

III - Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionado aos direitos assegurados à mulher;

IV - Manter canais permanentes de relação com movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento de atividade dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

V - Receber, analisar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos

órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

VI - Realizar campanhas educativas de conscientização sobre a mulher;

VII - Primar pela igualdade de oportunidades de direitos entre homens e mulheres, de modo a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania;

VIII - Promover intercâmbios e firmar convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou particulares, com o objetivo de incrementar programas;

IX - Sugerir a elaboração de projetos de lei que visem assegurar os direitos da mulher, assim como tomar medidas para alterar legislação de conteúdo discriminatório;

X - Sugerir ao Poder Público programas para prestar acompanhamento de assistência judiciária, psicológica e social às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência em qualquer faixa etária;

XI - Inscrever e fiscalizar programas e entidades governamentais e não governamentais de atendimento à mulher;

XII - Promover a articulação com os demais Conselhos Municipais, com a Comissão Regional da Mulher e com os Conselhos Estadual e Nacional, bem como com Órgãos Não Governamentais que tenham atuação na área da mulher, visando a defesa e a garantia dos direitos da mulher;

XIII - Participar da elaboração do diagnóstico social da população da mulher no Município;

XIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 3º. São atribuições dos membros do Conselho:

I - Comparecer às reuniões plenárias, justificando as faltas com 48 horas de antecedência, exceto em casos de força maior;

II - Relatar, nos prazos estabelecidos, os processos que lhes forem distribuídos, proferindo parecer;

III - Requerer à diretoria do COMDIM a inclusão na agenda dos trabalhos de assuntos que desejar discutir, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, salvo assuntos em caráter de urgência;

IV - Votar e ser votado para cargos do Conselho;

V - Exercer outras atribuições no âmbito de sua competência.

VI - Exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pela Presidência ou pelo Plenário ou quando for o caso, diretamente pelo Secretário, com anuência do Presidente.

VII - Discutir e votar assuntos debatidos no plenário.

Parágrafo único. É considerada de caráter relevante e exercício prioritário a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sem direito a qualquer remuneração.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O COMDIM Conselho Municipal da Mulher, será composto pelos seguintes membros:

I - 06 (seis) membros representantes do Governo Municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo e 06 (seis) membros representantes das organizações não governamentais, conforme estabelecido em lei.

A ORGANIZAÇÃO DO COMDIM

Art. 5º São órgãos do COMDIM de São Bento do Sul:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Secretaria Executiva

Parágrafo único. A representação do COMDIM será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício, na ausência deste será realizado pelo Vice-Presidente.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 6º. A Assembleia Geral é órgão soberano do COMDIM de São Bento do Sul, composto pela totalidade de seus membros.

Art. 7º. A Assembleia compete:

I - Deliberar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;

II - Dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do conselho;

III - Congregar os membros do COMDIM para fins de planejamento conjunto de ações e avaliações dos trabalhos.

Parágrafo único. Compete à Assembleia Geral deliberar por maioria absoluta de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros nos seguintes casos:

I - Aprovação e alteração do Regimento Interno;

II - Eleição da Diretoria.

Art. 8º. O COMDIM se reunirá ordinariamente bimestralmente, com local e horário definido previamente, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

Art 9º. As reuniões extraordinárias serão convocadas a qualquer tempo e sempre que necessário, e deverão ser informadas com antecedência.

§ 1º. As atas das reuniões serão redigidas pela Secretaria Executiva, aprovadas pelo Plenário e assinadas pelos Conselheiros presentes.

§ 2º. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente da matéria que justificar sua convocação.

Art. 10. As decisões do COMDIM serão tomadas por maioria simples de seus membros, 50% mais um, pautado em parecer técnico quando necessário.

Art. 11. Qualquer Conselheiro poderá apresentar matéria à apreciação da Assembleia Geral, enviando-a por escrito para a Secretaria Executiva, que a incluirá na pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Assuntos urgentes deverão ser examinados e deliberados diretamente pela Assembléia Geral.

Art. 12. As deliberações serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria Executiva ordená-las.

Art. 13. As reuniões ordinárias terão:

I - Abertura da sessão e leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - Leitura do expediente das comunicações;

III - Ordem do dia;

IV - Palavra livre.

Art. 14. Poderá ser requerida urgência para qualquer matéria não constante de pauta.

Parágrafo único. O requerimento da urgência será apresentado no início da ordem do dia, acompanhado da respectiva matéria.

A ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 15. A eleição da diretoria será realizada por aclamação tendo aprovação da maioria absoluta de 2/3 (dois terços) das conselheiras presentes.

A DIRETORIA

Art. 16. Cumpre à diretoria dirigir e coordenar as atividades do COMDIM.

Art. 17. A Diretoria é composta por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

Art. 18. Os cargos serão preenchidos por eleição dentre os membros titulares do COMDIM.

§ 1º. Os diretores terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2º. A diretoria poderá ser dissolvida por decisão de 2/3 da Assembléia Geral, procedendo-se imediatamente à eleição da nova diretoria.

§ 3º. No caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 19. Ao Presidente compete:

I - Convocar as reuniões estabelecendo a pauta dos trabalhos;

II - Coordenar os trabalhos e presidir as reuniões do COMDIM;

III - Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;

IV - Representar o Conselho e delegar competências;

V - Receber, despachar e encaminhar os documentos recebidos;

VI - Encaminhar ao Governo do Município, quando necessária sua apreciação e decisão, exposição de motivos e informações sobre matéria da competência do COMDIM;

VII - Cumprir e fazer cumprir as normas regimentais tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;

VIII - Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas por deliberação do Plenário;

IX - Representar o Conselho, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

X - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno.

Art. 20º. Ao Vice-Presidente compete:

I - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;

II - Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Art. 21. Ao Secretário compete:

I - Redigir as atas das reuniões, caso a secretaria executiva não possa comparecer;

II - Inscrever as pessoas, presentes à reunião, que quiserem manifestar sua opinião sobre determinado assunto da pauta;

III - Substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos eventuais e legais;

IV - Assinar na ausência do Presidente e do Vice-Presidente as correspondências do Conselho.

Art. 22. Os Conselheiros Suplentes poderão participar das reuniões plenárias como o direito a voz, só lhe sendo atribuído o direito de voto, quando em substituição legal.

Art. 23. Em caso de ausência do titular e suplente de entidade, esta poderá se fazer representar por um ouvinte membro da mesma, este não terá direito a voz e voto, nem contará para o quorum da reunião.

Parágrafo único. Em caso de vacância do Conselheiro Efetivo, o sucederá o Conselheiro Suplente, para completar o mandato do titular.

A Secretaria Executiva

Art. 24. A Secretaria, cujo titular será designado pelo poder executivo, prestará suporte técnico e administrativo necessários ao funcionamento do COMDIM.

Art. 25. São atribuições da Secretaria Executiva:

I - Prestar assessoria técnica e administrativa ao COMDIM;

II - Registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinados pelo plenário ou presidência;

III - Elaborar a pauta das reuniões conforme decisão do plenário e da presidência;

IV - Manter sobre guarda os livros e documentos do COMDIM;

DO MANDATO

Art. 26. O mandato dos conselheiros do COMDIM de São Bento do Sul é de 02 (dois) anos, facultada a recondução ou reeleição.

§ 1º O Conselheiro representante de órgãos governamentais e não governamentais poderá ser substituído a qualquer tempo, por

nova indicação do representado.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos dos Conselhos titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 27. Perderá o mandato o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões no período de um ano, salvo justificativa em Assembleia Geral.

Parágrafo único. A presença do suplente supre a ausência do titular.

Art. 28. No caso de desistência, resignação ou exclusão de entidades civis, será ela substituída pela suplente mais votada pelo Conselho.

Capítulo V - Disposições Finais

Art. 29. Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária e religiosa nas atividades do conselho.

Art. 30. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho sem prévia delegação.

Art. 31. O presente Regimento Interno será instituído por Decreto Municipal, podendo ser modificado no todo ou em parte, pela maioria absoluta do Conselho no exercício da titularidade.

Art. 32. Os casos omissos deste Conselho serão resolvidos na forma da Lei, por votação da maioria absoluta do Conselho.

Art. 33. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2012
FLORINDA IVETE ROSÁ ROHRBACHER
Presidente

LISTAGEM de Portarias

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9992, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Ester Rodrigues Fernandes. Agente Comunitário de Saúde no EACS Bairro Progresso. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9993, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Maristela Schreiner. Agente Comunitário de Saúde no ESF Vila São Paulo. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9994, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Franciele Campagnollo. Agente Comunitário de Saúde no ESF Vila São Paulo. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9995, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Elisabeth Lisboa da Silva Prado. Agente Comunitário de Saúde no ESF Serra Alta. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9996, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Daniela Benjamim dos Santos. Agente Comunitário de Saúde no ESF Serra Alta. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9997, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Cristina Aparecida de Lima Piske Bonetes. Agente Comunitário de Saúde no ESF Serra

Alta. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9998, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Gislaíne Maria Detz. Agente Comunitário de Saúde no ESF Alpino. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9999, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Cleonice Barboza Rank. Agente Comunitário de Saúde no ESF Alpino. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10000, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 01 de fevereiro de 2012. Scheila Aparecida Vicente de Lima. Agente Comunitário de Saúde no ESF Alpino. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10001, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Antonia Fagundes Weiss. Agente Comunitário de Saúde no ESF Mato Preto. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10002, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Luciana Aparecida Lang. Agente Comunitário de Saúde no ESF Mato Preto. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10003, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Jusseli de Oliveira de Souza. Agente Comunitário de Saúde no ESF Mato Preto. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10004, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Márcia Santana Schisler Borges. Agente Comunitário de Saúde no ESF Mato Preto. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10005, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Sheila Martins. Agente Comunitário de Saúde no ESF Urca. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10006, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Marta Regina Schutler Hiller. Agente Comunitário de Saúde no ESF Urca. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10007, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Márcia Regina de Lima Jacobowski. Agente Comunitário de Saúde no ESF Urca. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10008, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Geise Cristiane Iglivski. Agente Comunitário de Saúde no ESF Cruzeiro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10009, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Terezinha de Fátima de Oliveira Kruger. Agente Comunitário de Saúde no ESF Cruzeiro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10010, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Neusili Johann. Agente Comunitário de Saúde no ESF Cruzeiro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10011, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Tatiana Cristina Witcoski. Agente Comunitário de Saúde no ESF Cruzeiro. 40 horas

semanais. SEMUS.

Portaria nº 10012, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Marli Ribeiro. Agente Comunitário de Saúde no ESF Cruzeiro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10013, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Janete Huebner. Agente Comunitário de Saúde no EACS Estrada dos Bugres/Sertãozinho/Rio Mandioca. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10014, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Luana Piske Bonetes. Agente Comunitário de Saúde no EACS Rio Negro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10015, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Lucimara Nunes da Silva. Agente Comunitário de Saúde no EACS 25 de Julho. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10016, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Jenifer Camila Xavier. Agente Comunitário de Saúde no EACS 25 de Julho. 40 horas semanais. SEMUS.

P
ortaria nº 10017, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Joseane Rodrigues dos Santos. Agente Comunitário de Saúde no EACS Vila Pilz. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10018, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Juceliane Alves de Lima. Agente Comunitário de Saúde no EACS Centro. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10019, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Karina Carvalho. Agente Comunitário de Saúde no EACS Dona Francisca. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 10020, de 09 de fevereiro de 2012. Admite Empregado Público, a partir de 09 de fevereiro de 2012. Silmara dos Santos Schlagenhauser Struck. Agente Comunitário de Saúde no EACS Bela Aliança. 40 horas semanais. SEMUS.

P
ortaria nº 10021, de 10 de fevereiro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de fevereiro de 2012. Débora Machado Silva. Professor de Matemática (30 horas semanais). Classe D. Referência 1. Área de Atuação 2. SEMED.

Portaria nº 10022, de 10 de fevereiro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de fevereiro de 2012. Marcelo Brandt Fialho. Médico Psiquiatra (20 horas semanais). Nível 13. Letra A. SEMUS.

Portaria nº 10023, de 10 de fevereiro de 2012. Opera Remoção de Servidor, a partir de 09 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para o quadro da Procuradoria. Sandra Jelinsky.

Portaria nº 10024, de 10 de fevereiro de 2012. Declara Vago Cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 10 de fevereiro de 2012, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei nº 228/2001. Odirlei Dias. SEPLU.

Portaria nº 10026, de 13 de fevereiro de 2012. Exonera Coordenador de Setor de Eventos, a partir de 01 de fevereiro de 2012. Rodrigo Vargas. FMD.

Portaria nº 10027, de 13 de fevereiro de 2012. Nomeia Chefe de Divisão de Desporto Comunitário, a partir de 01 de fevereiro de 2012. Rodrigo Vargas. FMD.

Portaria nº 10028, de 13 de fevereiro de 2012. Nomeia Coordenador de Setor de Eventos, a partir de 22 de fevereiro de 2012. Gisele Augustin Correia. FMD.

Portaria nº 10029, de 13 de fevereiro de 2012. Nomeia Coordenador de Serviços na Unidade Básica de Saúde, a partir de 14 de fevereiro de 2012. Erick Bryan Hubl. SEMUS.

Portaria nº 10031, de 13 de fevereiro de 2012. Prorroga Prazo para Posse de Cassiano Robert no cargo de Terapeuta Ocupacional, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo nº 844/2012.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2012.
MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal

Portaria Nº 10025/2012

PORTARIA Nº 10025, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012
DESIGNA PARA RESPONDER

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Designar, a partir de 23 de janeiro de 2012, MARILENE STRAPASSONI, ocupante do cargo de Ouvidora, para responder pela Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde e do Sistema Único de Saúde - SUS.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 10030/2012

PORTARIA Nº 10030, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.
NOMEIA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR

MAGNO BOLLMANN no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 11692 de 10 de junho de 2008

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a equipe multidisciplinar do Programa Projovem Trabalhador, sendo os representantes:

I - Teddy Ariel Miranda Santa Cruz - Gestor Geral - monitoramento, acompanhamento e supervisão geral das ações contidas no plano de implementação;

II - Rosa Rodrigues Del Olmo - monitoramento e acompanhamento das ações contidas no plano de implementação;

III - Renilda Fürst Drevek - monitoramento, supervisão e acompanhamento das ações pedagógicas;

IV - Cacildo Tremel - monitoramento e acompanhamento das ações de inserção dos alunos no mercado de trabalho;

V - Sandra Maria Streit - monitoramento e acompanhamento das ações de inserção dos alunos no mercado de trabalho;;

VI - Filipe Weihermann - acompanhamento e monitoramento das ações de inscrição e participação dos jovens;

VII - Solange Terezinha Streit - acompanhamento e monitoramento das ações de inscrição e participação dos jovens ;

Art. 2º. A Equipe Multidisciplinar ficará responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Plano de Implementação - Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã no âmbito do Município de São Bento do Sul.

Art. 3º. A Equipe Multidisciplinar deverá realizar a supervisão, monitoramento, e avaliação da qualidade dos cursos executados, bem como dos resultados efetivos sobre o aluno/educando, em consonância com as exigências estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, verificando-se o cumprimento das regulamentações legais sobre a execução do programa, formulando relatório mensal das atividades executadas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Errata

ERRATA :

No Diário Oficial Municipal nº 928 de 10 de fevereiro de 2012, na Portaria nº 9967 de 07 de fevereiro de 2012, que nomeia Servidor Público Municipal no local que se lê "Edina Fortes Rucinski" leia-se "Edina Portes Rucinski" .

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 050/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 050/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/02/2012 a 09/03/2012, à servidora MARION FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/02/2012 a 22/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/02/2012.

São Bento do Sul, 16/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 051/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 051/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/02/2012 a 09/03/2012, à servidora ROSANI DE FÁTIMA MENDES DE OURIQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/02/2012 a 24/02/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/02/2012.

São Bento do Sul, 16/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 052/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 052/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 507/2011, ao servidor MIGUEL BONETT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a partir de 17/02/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/02/2012.

São Bento do Sul, 16/02/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 049/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 049/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/02/2012 a 27/04/2012, concedido à servidora CARMELITA MANOEL VARGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 031/2011, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2012.

São Bento do Sul, 16/02/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 053/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 053/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/03/2012 a 30/04/2012, concedido à servidora MARIA DE LOURDES FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, através da Portaria IPRESBS nº. 135/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2012.

São Bento do Sul, 16/02/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.375, de 15 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.375, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação necessária, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 41.187,83 (quarenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE
08.01.12.361.4505.2.013.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0060 164
Aplicação Direta R\$ 41.187,83

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de fevereiro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de LICITAÇÕES 29/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE São Lourenço do Oeste - SC

O MUNICÍPIO DE São Lourenço do Oeste-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/03/2012, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE SONORIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE São Lourenço do Oeste. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso Licitação 30/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE São Lourenço do Oeste - SC

O MUNICÍPIO DE São Lourenço do Oeste-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/03/2012, às 14:00 horas,

no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO PARA O AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE São Lourenço do Oeste. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 054/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 127/2010, Modalidade Dispensa de Licitação nº 07/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÉLIO ARMANDO JANCZESKI, CPF nº 462.861.609-49.

Objeto: reajuste do Contrato nº 222/2010, de 1º/12/2010, para que seja acrescido o percentual de 5,098% (cinco vírgula zero noventa e oito por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2012, conforme Índice Geral de Preços do Mercado acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Valor: O valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, a ser pago pela locação do imóvel, passa a ser de R\$ 525,49 (quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos) mensais, com a incidência de 5,098% (cinco vírgula zero noventa e oito por cento), oriundo do reajuste do contrato originário nº 222/2010, de 1º/12/2010.

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (34).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 1º/02/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Célio Armando Janczeski - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 056/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA COMPREENDENDO: 01 PROFISSIONAL 40 HORAS SEMANAIS, E 01 PROFISSIONAL 20 HORAS SEMANAIS.

Valor: o valor total do presente contrato é de R\$ 33.688,05 (trinta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinco centavos).

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (42); 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.0.0.0.1.0019 (43); 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (53).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do

objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 1º/02/2012.

Vigência: da data da assinatura até 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 057/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Unificar os contratos de nºs 70/2010, 97/2010, 112/2010, 154/2010, 184/2010, 195/2010, 46/2011, 49/2011, 74/2011, 97/2011, 116/2011, 123/2011, 175/2011 e 56/2012, que passam a vigorar sob o nº 057/2012, de 1º de fevereiro de 2012.

Valor: O valor mensal do presente contrato, é de R\$ 70.002,40 (setenta mil e dois reais e quarenta centavos), o que perfaz o total de R\$ 770.026,40 (setecentos e setenta mil e vinte e seis reais e quarenta centavos), até 31/12/2012.

Dotação Orçamentária: D - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.0.0.00.00.0.1.0000 (16); D - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 (42); D - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (43); D - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (53); D - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (111); D - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (121).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 1º/02/2012

Vigência: Da data da assinatura até 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 058/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Aditivo de 05 (cinco) profissionais de limpeza 40 horas semanais (item nº 02, do lote 01), referente ao Contrato nº 57/2012, de 1º/02/2012.

Valor: R\$ 10.064,50 (dez mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) mensais, o que totalizará R\$ 110.709,50 (cento e dez mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos), ao final do exercício de 2012.

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.0.0.00.0.1.0001 (42); 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.0.0.00.0.1.0019 (43); 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.0.0.00.0.1.0019 (53).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 1º/02/2012.

Vigência: Da data da assinatura até 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 059/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2012, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2012, Pregão Presencial nº 003/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TOP VETERINÁRIA LTDA ME, CNPJ nº 10.969.447/0001-27.

Objeto: Supressão ao valor do item 1 do Contrato nº 045/2012, de 24/01/2012, tendo em vista que a Contratada não prestou os serviços contratados no período de 02 a 24 de janeiro de 2012.

Valor: R\$ 1.904,00 (um mil, novecentos e quatro reais) referente ao período de 25 a 31 de janeiro de 2012 e R\$ 8.160,00 (oito mil, cento e sessenta reais) mensais, no período de 1º/02/2012 a 31/12/2012, o que totalizará ao final do exercício de 2012 o valor total de R\$ 91.664,00 (noventa e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 1º/02/2012.

Vigência: da data da assinatura até 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Adenilson Sutil - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 060/2012, de 06 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2012, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 80/2011, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 13/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 95.876.447/0001-35.

Objeto: dilação da vigência do Contrato nº 140/2011, de 22/06/2011, por 60 (sessenta) dias, prazo este que se faz necessário devido ao atraso no repasse dos recursos financeiros do convênio nº 24500/2010-3.

Data de Assinatura: 06/02/2012.

Vigência: de 06 de fevereiro de 2012 a 06 de abril de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Wyllian Germano Schilke - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 061/2012, de 06 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2012, DE 06 DE FEVEREIRO DE

2012.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: J LUDWIG ME, CNPJ nº 08.432.737/0001-95.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2012.

Valor: R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil, oitenta reais).

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (66); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (67); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (68); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (69); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (70); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (71).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 06/02/2012.

Vigência: de 06/02/2012 até o término do ano letivo de 2012, tendo como data limite: 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Jocelei Ludwig - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 062/2012, de 06 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2012, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ROSA & PELIZZER LTDA ME, CNPJ nº 07.120.522/0001-76.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2012.

Valor: R\$ 13.272,00 (treze mil, duzentos e setenta e dois reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (66); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (67); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (68); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (69); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (70); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (71).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 06/02/2012.

Vigência: de 06/02/2012 até o término do ano letivo de 2012, tendo como data limite: 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Valdemar Pelizzer - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 063/2012, de 06 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2012, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2012.

Valor: R\$ 29.568,00 (vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (66); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (67); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (68); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (69); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (70); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (71).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 06/02/2012.

Vigência: de 06/02/2012 até o término do ano letivo de 2012, tendo como data limite: 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Almir Schvans - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 064/2012, de 06 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2012, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MENEGASSI LTDA, CNPJ nº 10.379.096/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2012.

Valor: R\$ 13.314,00 (treze mil, trezentos e quatorze reais).

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (66); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (67); 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (68); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (69); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (70); 08.01.12.362.4505.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00 (71).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 06/02/2012.

Vigência: de 06/02/2012 até o término do ano letivo de 2012, tendo como data limite: 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ivo Menegassi - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 065/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2012, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 253/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 131/2011, Modalidade Tomada de Preços nº 012/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Contratada: CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.014.475/0001-13.

Objeto: Aditivo no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) ao Contrato nº 253/2011, de 24/11/2011.

Valor: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.4.4.90.00.00.00.00 (7).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 14/02/2012.

Vigência: Da data da assinatura até 23 de março de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fábio Silva Pedroso - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 066/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2012, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 251/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 129/2011, Modalidade Tomada de Preços nº 11/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: aditar a quantidade de itens e dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 251/2011, de 21/11/2011, conforme cláusula primeira e terceira do contrato nº 066/2012.

Valor: R\$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais).

Dotação Orçamentária: 09.01.5.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00 (152) e 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (86).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 14/02/2012.

Vigência: de 14/02/2012 a 30/03/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 067/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2012, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2008.

Origem: Processo Licitatório nº 9/2008, Modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 1/2008.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELTON POLESELLO, CPF nº 838.573.899-15.

Objeto: reajuste do Contrato nº 27/2008, de 25/01/2008, para que seja acrescido o percentual de 6,21 % (seis vírgula vinte e um por cento), a partir da data de 14/02/2012.

Valor: O valor mensal, de R\$ 700,00 (setecentos reais), a ser pago pela locação do imóvel, passa a ser de R\$ 743,47 (setecentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos) mensais, com a incidência de 6,21 % (seis vírgula vinte e um por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 27/2008, de 25/01/2008.

Dotação Orçamentária: 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00

.00.00 (53).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.349, de 02/01/2012.

Data de Assinatura: 14/02/2012.

Vigência: de 14/02/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Idair Polesello, procurador - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 068/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2012, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 6/2011 - Convite p/ Obras e Serv. Engenharia nº 1/2011

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Retificação da numeração sequencial dos termos aditivos ao Contrato nº 047/2001, de 21/02/2011

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato de Prestação de SERVIÇO N.º 020/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 020/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÁHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SCAVI ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.851.734/0001-23, com sede a Rua Assis Brasil, 221, Ponta de Baixo - São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos para elaboração de quatro relatórios técnicos de inspeção ambiental, devido a solicitação do Ministério Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mediante a entrega de uma cópia do material impresso e em meio digital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de 14/02/2012 a 17/02/2012.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

SCAVI ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA

Contratado

Contrato de Prestação de SERVIÇO Nº. 016/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 016/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JAIR VEIGA, brasileiro, autônomo, inscrito no CPF/MF sob o n.º 758.519.549-49, PIS/PASEP n.º 123.205.39559, com endereço profissional na Rodovia SC 407, s/n, Colônia Santa-na, Município de São José, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de borracharia (conserto e troca de pneus) para os veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços definidos na cláusula supra os seguintes valores:

2.1.1. Serviços em pneus e pequeno porte: R\$ 10,00 (dez reais).

2.1.2. Serviços em pneus e pequeno porte (Vans e Caminhonetes): R\$ 10,00 (dez reais).

2.1.3. Serviços em pneus grandes (caminhões e caçambas): R\$ 15,00 (quinze reais).

2.1.4. Serviços em pneus grandes (máquinas): R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

2.2. Para pagamento o CONTRATADO deverá apresentar à PREFEITURA, mensalmente, nota fiscal de prestação dos serviços, numerando e informando todos os veículos em que foram prestados os serviços no período.

2.3. Juntamente com a nota fiscal o CONTRATADO deverá

apresentar os requerimentos de con-serto, sem os quais o serviço referido não será pago.

2.4. O pagamento será efetuado sempre no quinto (5.º) dia útil de cada mês, devendo o CONTRA-TADO apresentar ao setor de contabilidade da PREFEITURA, até cinco dias antes do pagamento, dos documentos referidos nos itens 2.2 e 2.3 supra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O termo final deste contrato é o dia 31/12/2012, sendo seu início a data de sua assinatura.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

JAIR VEIGA

CPF/MF N.º 758.519.549-49

Contrato N.º 032/2012

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 032/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua Frei Atílio Francisco Enig, nº. 6996 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal

n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 15/02/2012, findando no dia 06/08/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de fevereiro de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

THIAGO RODRIGUES

CONTRATADO

Testemunhas:

Contrato Nº 017/2012

CONTRATO Nº 017/2012

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado

FELICINÁCIO RIBEIRO, portador do RG: 204.077-6, inscrito no CPF sob nº 593.588.909-91, com sede a Rua Geral de Santa Filomena, s/nº, São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de pintura nos caminhões caçamba placa MHL 0903 e MHL 0893.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 13/02/12 a 22/02/12.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 13 de Fevereiro de 2012.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Contrato Nº 018/2012

CONTRATO Nº 018/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JUTIARA LUCINAR VIEIRA portadora do RG: 1.813.654-0, inscrito no CPF sob nº.665.197.809/87, Pis 102.742.271-58, com sede a Rua Irmã Bonavita,157, Capoeiras - Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATADA, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de decoração para a caracterização do salão, em estilo Carnavalesco, onde se realizara o IV Carnaval em Família, dia 19 de Fevereiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.170,00 (mil cento e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será no período de 13/02/2012 a 16/02/2012..

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de fevereiro de 2012

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Contratada

Contrato Nº 019/2012

CONTRATO Nº 019/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. Reginaldo de Freitas Corrêa, inscrito no CPF sob nº. 863.675.369-49 portador do RG: 2.789.161, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviços de substituição de lâmpadas no Prédio Sede da Prefeitura de São Pedro de Alcântara e manutenção elétrica no laboratório de informática da Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) referente aos serviços prestados no prédio sede da Prefeitura, e R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte reais) referente a serviços prestados no laboratório de informática da Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será no período de 14/02/2012 a 18/02/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer

momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

REGINALDO DE FREITAS CORRÊA
Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº. 4.381/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.381/2012, de 14 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Fernanda Karina Pellim, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.382/2012, de 14 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.382/2012, de 14 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de dezembro de 2011, bem como a necessidade de profissionais para o início das atividades letivas;

Considerando a lista classificatória do Processo Seletivo nº 002/2011/SECEL/PMS, homologada através do Decreto nº 2.377/2011, de 22/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Rafael Victor Batista de Oliveira, para exercer o cargo de Professor C, subárea Ensino Fundamental (Ensino Religioso), percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.383/2012, de 15 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.383/2012, de 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Marieli Janke Lange, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.384/2012, de 16 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.384/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de dezembro de 2011;

Considerando a lista classificatória do Processo Seletivo nº 002/2011/SECEL/PMS, homologada através do Decreto nº 2.377/2011, de 22/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lenir Buhl Luft, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 007, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.385/2012, de 16 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.385/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Viviane Maria Soares Ricardo, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 08/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2012-PMS

PROCESSO Nº. 14/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de sinalização para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de março de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de março de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 09/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2012-PMS

PROCESSO Nº. 15/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em limpeza (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixas de captação fluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos ou meio-fios da malha viária urbana do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de março de 2012 às 14h.

Abertura do Processo: 07 de março de 2012 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Inexigibilidade Nº 01/2012-Fundo de Habitação**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 1/2012 - IL

Processo Nr.: 1/2012
Data: 15/02/2012

Folha: 1/1

Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA
Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR
Cidade: CRICIÚMA - SC
CNPJ: 00.456.865/0001-67

Código: 8088

Inscrição Estadual: 253.086.027

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário simultâneo, com Sistema de Contabilidade, Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	11,00	Informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário simultâneo, com Sistema de Contabilidade, Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem.	MÊS	160,11	1.761,21

JUSTIFICATIVA:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:****CAPUT** - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**TEXTO**

Devido a todos os sistemas das municipalidades serem contratados da empresa Betha Sistemas LTDA, e para haver total compatibilidade entre todas as entidades e emissão de relatórios consolidados.

SCHROEDER, 15 de Fevereiro de 2012

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 13 de Fevereiro de 2012

Valor da Despesa: 1.761,21 (um mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Convênio Nº004/2012

CONVÊNIO Nº004/2012

CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 10.950.917/0001-00, estabelecida na Rua Blumenau, 242, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Décio Piske, portador da Carteira de Identidade no 646.255-3-SSP/SC, inscrito no CPF sob o no 383.092.629-49, residente na Rua Alemanha, 97, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente de BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.878/2011, de 20 de dezembro de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para formação de turmas de Bombeiro Mirim e Aspirante no Município de Schroeder.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará aos BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, integrante da Lei supra mencionada e do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente, a saber: 06.02.2.038.3.3.60.41.00.00 - Contribuição para o Corpo de Bombeiros.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Efetuar o repasse financeiro;
- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.
- Ceder administrativamente o Stand de Tiro, localizado nas dependências do Complexo Esportivo Municipal, para o desenvolvimento das atividades educativas da Associação, nos termos deste convênio.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Os BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS obrigam-se a:

- Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;
- Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica,

vinculada a este convênio;

- Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e os Bombeiros Voluntários;
- Não realizar despesas com data anterior a do repasse financeiro da concedente para a entidade;
- Não realizar despesas bancárias com taxas de multas, juros e correção monetária, exceto as relativas à manutenção de conta ativa;
- Os documentos comprobatórios das despesas devem ser originais, conforme o Art. 46, Parágrafo único, da Resolução no TC-16/94.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a legislação vigente.

Os BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS deverão encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, em até 30 (trinta) dias, após a liberação dos recursos.

A liberação das parcelas seguintes está condicionada à apresentação e à aprovação da prestação de contas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e os BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 13 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DÉCIO PISKE
Presidente do CBV

Testemunhas:
1.NOME: TÂNIA MARIA ZOZ
CPF: 517.064.409-44

2. NOME: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
CPF: 460.066.569-49

Extrato de Contrato Nº. 09/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 09/2012-FMS
Dispensa de Licitação nº. 02/2012-FMS - Processo nº. 07/2012-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA NADIA FABIANE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.136.243/0001-75, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3409, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de suplemento alimentar para pacientes que recebem alimento nutricional da Secretaria Municipal da Saúde, a partir de critérios estabelecidos na Lei Municipal 1.699/2008 Resoluções 05/2008 e 01/2010 do Conselho Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Nutridrink - ENSURE - Fórmula em pó destinada a atender as necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade Kcal: 1.0 kcal/ml. Pó. Distribuição kcal: 14,7% PTN, 56,4% CHO, LIP sem lactose, sem glúten. Com fibras (FOS inulina). Com sacarose. Sabores: Baunilha, Banana, Chocolate e Morango. Lta. 400g	50	LATA	24,50	1.225,00
TOTAL R\$ 1.225,00					

Valor do contrato: R\$ 1.225,00 (Um mil, duzentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 16/02/2012 - Vigência: 30/03/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A10/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A10/2012 - PMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Gomes, inscrito no CPF sob o nº 862.889.899-91, e portador da carteira de Identidade nº. 037.915-9.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 150/2010 - PMS, celebrado 26 de julho de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando os artigos 57, § 2º, artigo 57, §1º, II e 57, §4º todas da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços e vigência do contrato em 30 dias consecutivos.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, o Senhor Waldir Gabriel Reineher, CREA - PR S3 100000-7, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme anexo a este processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 150/2010-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até dia 16 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta (da vigência) no item 16.1 do contrato nº 150/2010-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para até 16 de março de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 150/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de fevereiro de 2012.

CONTRATADA:
CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA
José Roberto Gomes
CPF no 862.889.899-91

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:**1ª NOME: ORLANDO TECILLA**

CPF nº. 311.753.079-34

2ª NOME: MARILENE BUSCH

CPF nº. 037.813.699-27

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Maíke Dirlene Bolduann

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MAÍKE DIRLENE BOLDUANN, inscrita no CPF sob nº. 049.387.949-85, aprovada em 7º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de RECEPCIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 17 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS - Ana Maria Cordeiro

Convocação Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA MARIA CORDEIRO, inscrita no CPF sob nº. 320.156.829-53, aprovada em 25º lugar no Concurso Público nº. 001/2010-GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 12.2.1.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS - Deisy Alini Ruthes

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DEISY ALINI RUTHES, inscrita no CPF sob nº. 059.878.039-42, aprovada

em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de FARMACÊUTICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS - Marlise Jacobi

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARLISE JACOBI, inscrita no CPF sob nº. 983.485.669-53, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS - Ricardo Tonial

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RICARDO TONIAL, inscrito no CPF sob nº. 978.982.600-15, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de MÉDICO CARDIOLOGISTA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 16 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Ata de Registro de PRÇEO Pregão Presencial Nº 59/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2011**Número do Registro de Preços: 42/2011****Data do Registro: 17/11/2011****Válido até: 17/11/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em locação e manutenção de impressora para o setor de Tributação da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 mese

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LOCAÇÃO DE 01 Impressora Laser Preto/Branco para consumo de Até 120.000 páginas para o período de 12 Meses Requisitos Técnicos: A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 48 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser Monocromático. Resolução de impressão mínima de 600 x 600 dpi. Deverá ter 02 bandejas de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 500 folhas cada bandeja. Disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) ou 2ª bandeja e possibilidade de seleção da bandeja na impressão, estas com capacidades mínimas de 10 folhas. O equipamento deverá ser compatível em todas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v. A cobertura de toner nas páginas é estimada entre 5 e 15%. Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)	cp	CLEITON ANDRÉ WELDT - ME (9673)	HP LASER JE'	0	0,0100	1
			CC CÓPIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (12146)	HP LASERJE1	0	0,0300	2

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2011.

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 64/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2011**Número do Registro de Preços: 43/2011****Data do Registro: 17/11/2011****Válido até: 17/11/2012**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das frotas das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum	LT	POSTO MIME LTDA (9634)		0	2,7100	1
2	Álcool Comum	LT	POSTO MIME LTDA (9634)		0	2,3200	1
3	OLEO DIESEL	LT	POSTO MIME LTDA (9634)		0	1,9600	1

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2011.

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 2539, de 16 de Janeiro de 2012-republicado por erro de digitação

PORTARIA No 2539, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Araci Kruger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 12 de janeiro de 2012.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.49 da Lei Complementar no 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ARACI KRUGER, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pela Portaria nº 968, de 24 de abril de 2006, do Quadro de Servidores Públicos do Município, a contar de 12 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de janeiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 006, de 14 de Fevereiro de 2012

PORTARIA Nº 006, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

Prorroga a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, c/c art. 1º da Lei Ordinária nº 2045 de 22/12/1998 com redação dada pela Lei Ordinária nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2530, DE 11/11/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação da Servidora abaixo relacionada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

Nome	Portaria de Contratação/Alteração	Data do Término
Carolini Rafaela de Araujo	Nº 25 de 12 de Dezembro de 2011	02/03/2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA
Diretor Presidente Fct

Aviso Pregão Nº 24_2012 material escolar e expediente

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000024/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DESTINADO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DOS NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DAS UNIDADES PRE-ESCOLARES E DAS ESCOLAS.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 02 de março de 2012. ETAPA DE LANCES: dia 05/03/2012 às 09:00 horas. Os interessados deverão solicitar o edital e demais arquivos pelo e-mail: licitacoes@timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 16/02/2012.

THOMAS H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 06 2012 Medicamento

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000006/2012 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS QUE SERÃO UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PRONTO-SOCORRO, POLICLÍNICA, UNIDADES DE SAÚDE E PARA DISPONIBILIZAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 02 de março de 2012. ETAPA DE LANCE: dia 07/03/2012 as 09h00min. Os interessados deverão solicitar o edital e demais arquivos pelo e-mail: licitacoes@timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 16/02/2012.

THOMAS H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 25 2012 Conserto Pavimentação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000025/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCERTOS EM CALÇADAS E VIAS PÚBLICAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h15min do dia 06 de março de 2012. ABERTURA: dia 06/03/2012 as 10h20min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações sito à Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 13/02/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 27 2012 Internet

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000027/2012

OBJETO: FORNECIMENTO DE IPs DEDICADOS DE INTERNET, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, E MANUTENÇÃO MENSAL DEMAIS SERVIÇOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 29 de fevereiro de 2012. ABERTURA: dia 29/02/2012 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações sito à

Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 15/02/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Cancelamento Publicação Primeiro Termo Aditivo 2010/102 FURB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

O município de Timbó informa que a publicação a baixo feita no dia 27 de dezembro de 2012 foi feita erroneamente sendo inexistente o aditivo de nº 2010/102.

Data:16/02/2012

THOMAZ H. CAMPREGHER
Diretor de administração

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução MD Nº 1 de 2012

Antecipa o pagamento dos subsídios aos vereadores e da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que o dia previsto para pagamento dos subsídios aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal - 25 de Fevereiro de 2012 - recairá no sábado, Resolve:

Art. 1º Determinar que o pagamento do subsídio aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, referente ao mês de Fevereiro de 2012, realize-se no dia 24 de Fevereiro de 2012, sexta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 15 de Fevereiro de 2012.

WIEGOLD STARKE
Presidente

RUBENS BORCHARDT
Secretário

Três Barras

PREFEITURA

Ata Registro de Preço Pregao 06/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 06/2012.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2012.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de

Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
004	2.546,00000	QUIL	11,4400	29.126,24	CARNE DE GADO PARA PICADINHO DE 1a. (SEM OSSO)
Marca: 0001 PAMPLONA					
009	849,00000	QUIL	6,4900	5.510,01	BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL - EM-BALAGEM PLÁSTICA DE 500 GRAMAS APROXIMADAMENTE
Marca: 0001 TODESCHINI					
014	8.380,00000	CAIX	0,9700	8.128,60	GELATINA (CAIXA DE 45 GRS) SABORES VARIADOS
Marca: 0001 BRETZKE					
026	872,00000	QUIL	4,9200	4.290,24	MACARRAO ALETRIA (PACOTE DE 500GR)
Marca: 0001 NINFA					
027	721,00000	QUIL	6,7700	4.881,17	ACHOCOLATADO EM PO
Marca: 0001 LEO					
031	501,00000	LATA	9,5900	4.804,59	MUCILON ARROZ (LATA 400 GRS)
Marca: 0001 NESTLE					
032	147,00000	LATA	9,5900	1.409,73	MUCILON MILHO (LATA 400 GRS)
Marca: 0001 NESTLE					
035	976,00000	PACO	2,6600	2.596,16	COCO RALADO FINO (PACOTE 100 GRS)
Marca: 0001 COCO					
048	4.896,00000	LITR	8,8900	43.525,44	SUCO NATURAL DE UVA
Marca: 0001 GIROLA					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as

clausulas estipuladas pelo Edital nº. 06/2012 – Procedimento Administrativo nº. 06/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras – SC, 09 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO LTDA

CNPJ nº. 83.193.433/0001-38

CONTRATADA

Testemunhas:

1 JACY DE FATIMA ABUDA

2 NILTON AVANIR HURMUS

Ata Registro de Preço Pregao 06/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 06/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2012.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	12.000,00000	CAIX	2,6300	31.560,00	LEITE INTEGRAL EM EMBALAGENS TETRA-PACK PRAZO DE FABRICAÇÃO MAXIMA DE 30(TRINTA) DIAS
Marca: 0001 SANTA CLARA					
005	2.713,00000	QUIL	17,2500	46.799,25	CARNE BOVINA DE 1a FRESCA, TIPO MOÍDA.
Marca: 0001 PAMPLONA					
015	1.181,00000	QUIL	20,8700	24.647,47	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO
Marca: 0001 DUCULA					

017	1.666,00000	QUIL	3,6500	6.080,90	FEIJAO PRETO TIPO 1, NOVO, EMBALAGEM PLASTICA, PACOTE 01 KG. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 04 MESES
Marca: 0001 CALDAO					
024	512,00000	POTE	1,1000	563,20	ACUCAR DE BAUNILHA.
Marca: 0001 APTI					
029	406,00000	FRAS	1,1700	475,02	VINAGRE DE ALCOOL BRANCO (FRASCO 900 ML)
Marca: 0001 CHEMIN					
036	968,00000	PACO	1,4500	1.403,60	CHOCOLATE GRANULADO (PACOTE COM NO MINIMO 100 GR)
Marca: 0001 APTI					
045	1.150,00000	QUIL	8,3000	9.545,00	FIGADO BOVINO EM FATIAS (PARA BIFE)
Marca: 0001 CALDAO					
046	380,00000	QUIL	11,4200	4.339,60	SOJA EM GRAO TEXTURIZADA - EMBALAGEM PLASTICA DE 1 KG
Marca: 0001 VITAO					
047	1.025,00000	UNID	0,9300	953,25	IOGURTE YAKUT
Marca: 0001 YAKUT					
049	1.370,00000	LATA	1,0400	1.424,80	MILHO VERDE (LATA APROX. 200 GRS)
Marca: 0001 QUERO					
050	1.370,00000	LATA	1,1600	1.589,20	ERVILHA (LATA APROX. 200 GRS)
Marca: 0001 QUERO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 06/2012 – Procedimento Administrativo nº. 06/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras – SC, 09 de fevereiro de 2012.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA
CNPJ nº. 03.409.551/0001-00
CONTRATADA

Testemunhas:

1 JACY DE FATIMA ABUDA
2 NILTON AVANIR HURMUS

Ata Registro de Preço Pregao 06/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 06/2012.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2012.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
006	5.562,00000	QUIL	5,4500	30.312,90	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO
Marca: 0001 DILOMATA					
010	1.207,00000	FRAS	5,4000	6.517,80	BISCOITO DOCE - PCT 800GR
Marca: 0001 CANARIO					
011	290,00000	LATA	1,6600	481,40	FERMENTO PARA DOCES (LATA DE 100 GRS)
Marca: 0001 APTI					
012	62,00000	QUIL	17,7500	1.100,50	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO (para massa salgada - pão) EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 500 GR. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES - COTAR PRODUTO EM KG
Marca: 0001 BELLO PAN					

013	261,00000	QUIL	4,2300	1.104,03	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU, BRANCA, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG. VALIDADE MINIMA DE 06(SEIS) MESES
Marca: 0001 CAMPO MAGRO					
023	1.790,00000	LATA	3,1500	5.638,50	EXTRATO DE TOMATE (LATA 340 GR.)
Marca: 0001 BONARE					
025	520,00000	QUIL	3,7300	1.939,60	CHA PRETO PARA INFUSAO (ENTREGAR PACOTES DE 500gr)- COTAR O PRODUTO EM QUILO.
Marca: 0001 MATEX					
030	400,00000	CAIX	17,2500	6.900,00	CALDO DE GALINHA (CAIXA COM 24 UNIDADES DE 21 GRS)
Marca: 0001 ORIENTE					
034	450,00000	POTE	4,8500	2.182,50	DOCE DE FRUTAS (POTE APROX. 500 GRS) SABORES DIVERSOS
Marca: 0001 LUIZALVENCE					
037	102,00000	QUIL	4,9000	499,80	MILHO PARA PIPOCA - EMBALAGEM PLASTICA DE 500 GRA MAS (COTAR O PRODUTO EM KG)
Marca: 0001 SUPER10					
038	108,00000	PACO	3,7800	408,24	AMENDOIM (PACOTE 500 GRS)
Marca: 0001 SUPER10					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 06/2012 – Procedimento Administrativo nº. 06/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras – SC, 09 de fevereiro de 2012.
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA
CNPJ nº. 02.672.502/0001-94
CONTRATADA

Testemunhas:

1 JACY DE FATIMA ABUDA
2 NILTON AVANIR HURMUS

Ata Registro de Preço Pregao 06/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 06/2012.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2012.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TIAGO STEIDEL ME, CNPJ nº. 12.080.116/0001-67, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	1.278,00000	DUZI	2,7000	3.450,60	OVOS DE GALINHA (FRESCOS, DE 1a. QUALIDADE - COTAR EM DUZIA.
Marca: 0001 HOWIAMA					
003	12.000,00000	LITR	2,1700	26.040,00	IOGURTE INTEGRAL, EMBALAGEM PLÁSTICA DE UM LITRO, SABORES COCO, MORANGO, PÊSSEGO, MARACUJÁ,...DATA FABRICAÇÃO MÁXIMA 5 DIAS.
Marca: 0001 CARLITOS					
007	1.312,00000	QUIL	5,1500	6.756,80	MACARRAO CASEIRO TIPO TALHARIM (PACOTE DE 1 KG)
Marca: 0001 PULPINI					
008	1.704,00000	QUIL	4,3600	7.429,44	MARGARINA, POTE PLASTICO DE 01 KG, DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS
Marca: 0001 SOYA					
016	3.190,00000	QUIL	1,6700	5.327,30	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO I, LONGO, FINO, EMBALAGEM PLASTICA, COTAR O PRODUTO EM KG. ENTREGAR EM PACOTE DE 5 KG.
Marca: 0001 KIKA					
018	3.275,00000	QUIL	1,6500	5.403,75	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGENS PLASTICA, DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS. (ENTREGAR EM PACOTES COM 05 KG). COTAR O PRODUTO EM KG

Marca: 0001 REALTA

019	3.690,00000	QUIL	2,4900	9.188,10	ACUCAR REFINADO, EMBALAGEM PLASTICA, DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS. UMIDADE MÁXIMA 0,30%. COTAR O PRODUTO EM KG. (ENTREGAR EM PACOTES DE 05KG).
-----	-------------	------	--------	----------	--

Marca: 0001 CARAVELAS

020	1.373,00000	LATA	3,3700	4.627,01	OLEO DE SOJA REFINADO 100% NATURAL (LATA 900 ML) SEM COLESTEROL
-----	-------------	------	--------	----------	---

Marca: 0001 LIZA

021	350,00000	QUIL	0,9100	318,50	SAL REFINADO IODADO
-----	-----------	------	--------	--------	---------------------

Marca: 0001 MARLIN

022	659,00000	QUIL	1,6800	1.107,12	FUBA (1KG)
-----	-----------	------	--------	----------	------------

Marca: 0001 NEGA MALUCA

028	688,00000	QUIL	3,9800	2.738,24	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM DE PAPELÃO DE 01Kg. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS.(COTAR O PRODUTO EM Kg).
-----	-----------	------	--------	----------	---

Marca: 0001 BOA SAFRA

033	548,00000	POTE	5,9500	3.260,60	DOCE DE LEITE (POTE C/ 500 GR)
-----	-----------	------	--------	----------	--------------------------------

Marca: 0001 INCOTRIL

039	438,00000	QUIL	2,2500	985,50	CEBOLA DE 50 A 150 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL IN NATURA (BOA QUALIDADE)
-----	-----------	------	--------	--------	--

Marca: 0001 CEASA

040	165,00000	QUIL	6,6900	1.103,85	ALHO TIPO ESPECIAL, GRUPO NOBRE, SUB-GRUPO ROXO, CLASSE 4 MEDIO DE 13 CM. DE CIRCUNFERENCIA MINIMA (BOA QUALIDADE)
-----	-----------	------	--------	----------	--

Marca: 0001 CEASA

041	1.544,00000	QUIL	2,8900	4.462,16	TOMATE TIPO PERA, DE 45 A 75 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA, SEMI MADURO (BOA QUALIDADE)
-----	-------------	------	--------	----------	--

Marca: 0001 INNATURA

042	5.082,00000	QUIL	0,9700	4.929,54	BANANA TIPO CATURRA, DE 150 A 200 MM. IN NATURA, SEMI MADURA (BOA QUALIDADE)
-----	-------------	------	--------	----------	--

Marca: 0001 INNATURA

043	4.738,00000	QUIL	1,3700	6.491,06	LARANJA TIPO PERA, DE 60 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 INNATURA					
044	3.613,00000	QUIL	2,0700	7.478,91	MAMAO TIPO FORMOSA, IN NATURA, SEMI MADURO (BOAQUALIDADE)
Marca: 0001 INNATURA					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 06/2012 – Procedimento Administrativo nº. 06/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras – SC, 09 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

TIAGO STEIDEL ME
CNPJ nº. 12.080.116/0001-67
CONTRATADA

Testemunhas:

1 JACY DE FATIMA ABUDA
2 NILTON AVANIR HURMUS

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 23/2012 Detonação

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2012

Edital de Pregão Presencial nº 17/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para execução de forma parcelada, que tem por objeto a contratação de serviço de perfuração, detonação de rochas, e serviço de rompedor com acoplamento em escavadeira, em conformidade com as especificações constantes nos Anexos do Edital.

Entrega das propostas até às 15h00min do dia 05/03/2012

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15 de fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 24/2012 Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2012

Edital de Pregão Presencial nº 18/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para execução de forma parcelada, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros. Entrega das propostas até as 15h00min do dia 02/03/2012.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15 de fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 25/2012 Materiais de Construção e Similares

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2012

Edital de Pregão Presencial nº 19/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para execução de forma parcelada, que tem por objeto a aquisição, de materiais de construção e similares, concreto usinado,mármore, utensílios e ferramentas de acordo com as especificações do Anexo I do presente Edital, destinados à manutenção das atividades de diversas Secretarias . Entrega das propostas até as 9h30min do dia 02/03/2012.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 15 de fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Decreto 008/2012

DECRETO No 008/12, de 14 de fevereiro de 2012.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 20 de fevereiro de 2012 (segunda-feira) de carnaval.

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 14 de fevereiro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.697/12

LEI N.º 2.697/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução de Acordo de Cooperação com a União Federal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito da administração direta do Município, os empregos públicos para execução do Acordo de Cooperação com a União Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Videira, visando possibilitar a elaboração de Programas na área de Inspeção de Produtos de origem animal no Município, conforme quadro de vagas constante do Anexo I.

Parágrafo Único - Os empregos públicos criados nos termos deste artigo integrarão quadro específico e distinto, para todos os efeitos legais, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O ingresso no emprego dar-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego.

Art. 3º Os empregos públicos criados por esta Lei serão regidos pelo Decreto-lei nº 5.452/43 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, previsto no artigo 201 da Constituição Federal, e incluídos no Regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Os servidores ocupantes dos empregos públicos criados por esta Lei não adquirem estabilidade, sendo demissíveis unilateralmente e a qualquer tempo, motivadamente, em face de:

I - prática de falta grave, conforme previsto no artigo 482, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apurada em procedimento administrativo;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 169, da Constituição Federal;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V - extinção ou rescisão do Acordo de Cooperação, que originou as respectivas contratações.

Art. 5º As atribuições, carga horária, habilitação e remuneração dos empregos públicos são as constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 6º Aos servidores ocupantes de empregos públicos criados por esta Lei, será assegurada revisão geral anual da remuneração na mesma data e índices dos demais servidores do Quadro de Pessoal da Administração Municipal.

Art. 7º As despesas, decorrentes da contratação dos empregados prevista nesta lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO I

Cargo	Vagas	Remuneração	Carga Horária
Médico Veterinário	03	R\$ 3.352,59	40h

ANEXO II

MÉDICO VETERINÁRIO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Graduação em Medicina Veterinária, com registro no CFMV.

Padrão Inicial: R\$ 3.352,59

Atribuições:

1. Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico;
2. Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal;
3. Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos;
4. Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade;
5. Prestar assessoramento quanto às necessidades de alimentação e "habitat" dos animais e demais espécies zoológicas;

6. Pesquisar e orientar a preservação da fauna;
7. Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária;
8. Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio;
9. Elaborar receituários e executar a aplicação de medicamentos;
10. Prestar atendimento à programas de vigilância sanitária animal, através de visitas e orientações à criadores pecuaristas;
11. Efetuar palestras de orientação à comunidade;
12. Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais;
13. Inspeccionar sob o ponto de vista de defesa sanitária, matadouros, frigoríficos, fábricas de banha e de conservas de origem animal, usinas entrepósitos e fábricas de laticínios, e, de um modo geral, de todos os produtos de origem animal, nas suas fontes de produção, fabricação ou de manipulação, diretamente ao Município ou cedidos em forma de convênio para a União ou Estado.
14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar tarefas correlatas.

Lei Nº 2.698/12

LEI Nº 2.698/12, DE 15 FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional Suplementar das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
 01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 1.022 - Pavimentação de Estradas Vicinais
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 3.200.000,00
 800.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.000.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso da efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, conforme contrato de empréstimo nº 2011024700, entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC e a Prefeitura Municipal de Videira no valor de R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais); e correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011 no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.699/12

LEI Nº 2.699/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS, com a Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
 2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
 Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
 LEI Nº 2.699/12

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representada

pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 104/89, com sede na Rua Lauro Muller, 288, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78511201/0001-40, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, e ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR DE VIDEIRA resolvem, nos termos da Lei nº 2.699/12, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador de Videira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
- II- repassar, mensalmente, até o 15º dia do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
- III- repassar o valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR

- I - oferecer atendimento individualizado e grupal ao adolescente, buscando a mudança de atitudes;
- II - prevenir a marginalidade de adolescentes, através de atividades sócio educativas, que lhes garantam alguma renda;
- III - incentivar a educação;
- IV - afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;
- V - oportunizar a satisfação das necessidades básicas como: alimentos, saúde, educação, profissionalização, lazer e segurança;
- VI - preparar o adolescente para o trabalho de forma participativa, consciente e responsável;
- VII - oferecer condições para que o adolescente, ao atingir 18 anos, possa ingressar no mercado de trabalho;
- VIII - destinar, total ou parcialmente, os recursos provenientes deste convênio, para o pagamento aos adolescentes que fazem parte dos projetos sócio-educativos e profissionalizantes da Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador;
- IX - prover para a Casa Lar, conforme sua necessidade, alimentos, produtos de higiene e limpeza, medicamentos e atendimentos especiais às crianças abrigadas;
- X - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro do corrente ano e terá validade até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes

aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .
MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASS. AMPARO PEQ. TRAB. DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Lei Nº 2.700/12

LEI N.º 2.700/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Homologa o Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação nº 022/2010, autorizado pela Lei nº 2.355/10.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação nº 022/2010, autorizado pela Lei nº 2.355/10, o qual visa aditar a vigência prevista na "Cláusula Quarta - Do Prazo e da Vigência".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2011.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.701/12

LEI N.º 2.701/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito especial no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

- 15 - Fundo Municipal de Saúde
- 01 - Fundo Municipal de Saúde
- 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0003.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 8.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 8.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.961/12

DECRETO Nº 9.961/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Retifica o Decreto nº 9.941/12, que Autorizou a Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Maria Helena Szygalski, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 008/2012,

DECRETA

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 9.941/12, fica retificado, em face do equívoco quanto ao valor dos proventos, nos seguintes termos:

"Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.578,83 (um mil, quinhentos e setenta e oito e reais e oitenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º/02/2012, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.962/12

DECRETO Nº 9.962/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional Suplementar das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.698/12, de 15 de fevereiro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.022 - Pavimentação de Estradas Vicinais

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 3.200.000,00

800.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.000.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso da efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, conforme contrato de empréstimo nº 2011024700, entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC e a Prefeitura Municipal de Videira no valor de R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais); e correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011 no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.963/12

DECRETO Nº 9.963/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.701/12, de 15 de fevereiro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito especial no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

2.080 - Manutenção da Saúde no Município

3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0003.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 8.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 8.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Decreto Nº 9.964/12

DECRETO Nº 9.964/12, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração

01 - Administração

2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 150.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.965/12

DECRETO Nº 9.965/12, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 663.564,90 (seiscientos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos), à suplementação das seguintes dotações

orçamentárias:

09 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento de Ensino Fundamental

2.031 - Merenda Escolar - PNAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.8.0051.0 Aplicações Diretas 203.000,00
9.564,90

09 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento de Ensino Infantil

2.036 - Merenda Escolar - Creches PNAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 451.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 663.564,90

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Portaria Nº 0147/12

PORTARIA nº 0147/12

Nomeia Diretor de Turismo

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

YURI HENTZ, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Turismo, símbolo DAS-2, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0916/09.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0148/12

PORTARIA nº 0148/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no

Processo Administrativo nº 1617/2012

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, NOELI APARECIDA SAVIAN e MARCOS DEMARTINI para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1617/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0152/12

PORTARIA nº 0152/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1495/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SOELI RIBEIRO DOS SANTOS PADILHA, Zeladora, de 02 de maio de 2012 até 02 de agosto de 2012, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2005 até 1º de maio de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de maio de 2012.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 149/12

PORTARIA nº 0149/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores

Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1419/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DIRCEY SALETE DE ALMEIDA LARA, Merendeira, de 1º de abril de 2012 até 1º de julho de 2012, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2012.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 150/12

PORTARIA nº 0150/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1200/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CLEUSA FÁTIMA VEDOVATTO, Professor de Educação Infantil, de 17 de setembro de 2012 até 17 de dezembro de 2012, referente ao quinquênio de 11 de setembro de 2007 até 10 de setembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2012.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 151/12

PORTARIA nº 0151/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1302/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSILENE MANICA DENARDI, Professor, de 1º de outubro de 2012 até 1º de janeiro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2006 até

31 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 153/12

PORTARIA nº 0153/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1201/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a VIVIANA REGINA SOARES DOS SANTOS, Professor de Educação Infantil, de 1º de junho de 2012 até 1º de setembro de 2012, referente ao quinquênio de 03 de abril de 2005 até 02 de abril de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2005.

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Concorrência Nº 01/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2012 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica aos interessados que se encontra aberta Concorrência para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA, COM ÁREA TOTAL DE 1.747,27 M², LOCALIZADA NA RUA ANTONIO FERLIN, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, CONFORME CONVÊNIO-PROPOSTA Nº 83039-84200/1090-01 COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 30 de Março de 2012. O edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no Departamento de Licitações. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, ou através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

Videira, 16 de Fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 25/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 25/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDORES DE ADUBO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 14 de Março de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 16 de Fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Tomada de Preço N. 08/2012 - PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2012

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 05 de Março de 2012. O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. Informações através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira, 15 de Fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato N. 0001/2012

Extrato do Contrato n. 0001/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RAGADALLI

CPF: 061.149.929-03

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2012 a 31 de março de 2012

FUNÇÃO: MÉDICA VETERINÁRIA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.223,65 (três mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0002/2012



Extrato do Contrato n. 0002/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SARA MEZAROBBA
CPF: 006.839.849-26

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2012 a 31 de março de 2012
FUNÇÃO: MÉDICA VETERINÁRIA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.223,65 (três mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0003/2012

Extrato do Contrato n. 0003/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEILA ALICE SPINELLI
CPF: 009.145.169-81

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2012 a 31 de março de 2012
FUNÇÃO: MÉDICA VETERINÁRIA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.223,65 (três mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0004/2012

Extrato do Contrato n. 0004/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RODRIGO ANTUNES
CPF: 892.146.849-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012
FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - TÊNIS DE MESA
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,74 (um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos)

Extrato do Contrato N. 0005/2012

Extrato do Contrato n. 0005/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JOSÉ VILMAR LOPES
CPF: 548.229.049-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012
FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FUTEBOL
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 764,87 (setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0006/2012

Extrato do Contrato n. 0006/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA
CPF: 040.937.609-42

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 10 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0008/2012

Extrato do Contrato n. 0008/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUIZ ALVÍCIO SOARES
CPF: 337.680.649-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 18 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2012
FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL ESPECIALIZADO II
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.274,44 (um mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Extrato do Contrato N. 0009/2012

Extrato do Contrato n. 0009/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVONETE GOULART DA SILVA
CPF: 005.476.659-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 16 de janeiro de 2012 a 21 de fevereiro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0614/2011

Extrato do Contrato n. 0614/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BRUNA ZANELLA
CPF: 065.285.489-35

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR EDUARDO SOCHA FRANCIO
VIGÊNCIA: de 06 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0625/2011

Extrato do Contrato n. 0625/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JONASSA MEZAROBBA
CPF: 078.032.159-63

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APARECIDA SERAFINI
VIGÊNCIA: de 16 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0644/2011

Extrato do Contrato n. 0644/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA SALETE SOUZA
CPF: 774.398.219-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRMA PEREIRA DOS SANTOS
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 20 de junho de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0599/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0599/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA LOPES CARDOZO
CPF: 731.390.509-25
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 a 29 de junho de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0646/2011

Extrato do Contrato n. 0646/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MICHELE KÓS
CPF: 040.288.269-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLI HOLDEFER
VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Termo de Rescisão N. 0009/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0009/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0669/11
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA NUNES
CPF: 043.661.459-60

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de fevereiro de 2012.

Edital de CONVOCAÇÃO Nº 005/12 - Processo SELETIVO Nº 08/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/12
 PROCESSO SELETIVO Nº 08/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 08/2011:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Fabiano Dionisio Fantin	Trabalhador Braçal
2 - Jackson Pelentir Kokowicz	Trabalhador Braçal
3 - Dionatan Lins Thibes	Trabalhador Braçal
4 - Cristiano Rezzadori	Trabalhador Braçal
5 - Moises Perin	Trabalhador Braçal
6 - Nilson da Mota Junior	Trabalhador Braçal
7 - Leandro Luiz Michelin	Trabalhador Braçal
8 - Edson da Silva Furtado	Trabalhador Braçal
9 - Rafael Emilio de Oliveira	Trabalhador Braçal
10 - Cleberson Gonçalves	Trabalhador Braçal
11 - Edivandro José Damião Galdino	Trabalhador Braçal
12 - Rafael Rodrigues de Jesus	Trabalhador Braçal
13 - Olívio Reichardt	Trabalhador Braçal
14 - Neuri Luciano Thibes	Trabalhador Braçal
15 - Ivonei Alves	Trabalhador Braçal
16 - Ricardo Garbin	Trabalhador Braçal
17 - Alex Costa dos Santos	Trabalhador Braçal
18 - José Osni de Moraes	Trabalhador Braçal
19 - Wanderson Gonçalves Dias	Trabalhador Braçal
20 - Tiago Gomes de Gois	Trabalhador Braçal
21 - Anderson Angelo Correa	Trabalhador Braçal
22 - Giovani Dambros	Trabalhador Braçal
23 - Dionatan Lusani Brugger	Trabalhador Braçal
24 - Adelio Bianchin	Trabalhador Braçal
25 - Nael Isaias Pelentir	Trabalhador Braçal
26 - Edson Raul Alves	Trabalhador Braçal
27 - Evandro Rodrigues Apolinario	Trabalhador Braçal
28 - Julio César Att	Trabalhador Braçal
29 - Fabiano Dionisio Fantin	Trabalhador Braçal
30 - Jackson Pelentir Kokowicz	Trabalhador Braçal
31 - Dionatan Lins Thibes	Trabalhador Braçal
32 - Eliane Maria Tuclinovitch	Auxiliar de Serviços Gerais
33 - Marilisa Terezinha Meira	Auxiliar de Serviços Gerais
34 - Eliane Caregnato Adada	Auxiliar de Serviços Gerais
35 - Luciana Dalves Bevilaqua	Auxiliar de Serviços Gerais
36 - Deisi Fernanda Belegante Girolí	Auxiliar de Serviços Gerais
37 - Derli Borges de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
38 - Marinêz Sonei Corso Bianchin	Auxiliar de Serviços Gerais
39 - Carolina Costa	Agente Administrativo II
40 - Fernanda Moroso	Agente Administrativo II
41 - Guilherme Nercolini	Agente Administrativo II
42 - Caroline Sônego	Agente Administrativo II
43 - Amarildo Antonio Zarpelon	Agente Administrativo II
44 - Josiane Pereira dos Santos	Agente Administrativo II
45 - Rudinei Rosa da Silva	Agente Administrativo II
46 - Sabrina Surdi	Agente Administrativo II
47 - Vivian Briniak	Agente Administrativo II
48 - Márcia Sabrina Rubini	Agente Administrativo II
49 - Rochely Cenci	Agente Administrativo II
50 - Idiane Caetano	Agente Administrativo II

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;

- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 14 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Anexo IV Gastos Com Saúde

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE JANEIRO DE 2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	1.919,49
1.2 - ITBI	98.412,34
1.3 - ISS	554.278,72
1.4 - IRRF	51.899,68
1.5 - FPM	1.436.619,14
1.6 - ITR	163,42
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	15.527,74
1.8 - ICMS	3.095.989,69
1.9 - IPVA	279.962,70
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	24.777,68
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	31.442,82
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	18.894,93
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	5.609.888,35

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	841.483,25
2.2 - RECURSOS PAB	70.782,00
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	1.540,25
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	123.087,84
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	193.008,06
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	3.006.651,43
TOTAL	4.236.552,83

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	841.483,25	529.427,11	-312.056,14
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3+2.4+2.5+2.6)	3.395.069,58	102.010,91	-3.293.058,67
TOTAL	4.236.552,83	631.438,02	-3.605.114,81

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 15 de fevereiro de 2.012.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Sandro Antonio Caregnato
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato dispensa licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012 - CMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2012 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 02/02/2012

CONTRATADA: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO COM A MONTAGEM DO NOVO PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, REDISTRIBUIÇÃO DAS CARGAS NOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO EXISTENTES, ESTRUTURAÇÃO E PASSAGEM DE CABOS PARA ATENDER OS NOVOS CONDICIONADORES DE AR DO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, CONFORME PROJETO EM ANEXO.

VALOR: R\$ 9.830,63 (nove mil oitocentos e trinta reais e sessenta e três centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 02 de Fevereiro de 2012.

LEONARDO BOM GUSE

Câmara Municipal de Vereadores de Videira

Presidente

Associações de municípios**AMURES****Editais de Licitação - Convite Nº 001/2012**

EDITAL DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 001/2012

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, inscrita no CNPJ nº 83.227.777/0001-10, situada à rua Otacílio Vieira da Costa, 112, bairro centro, Lages/SC, por seu representante, Sr. Amarildo Luiz Gaio, Presidente da AMURES, através da utilização de recursos do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico da Serra Catarinense - FUNSERRA com a autoridade que lhe é atribuída pelo Estatuto Social, torna público para conhecimento dos interessados que às 9:30h do dia 27 de fevereiro de 2012, na sede da AMURES, ocorrerá à abertura da sessão, quando serão recebidos os envelopes de documentação e proposta, relativos a este processo, na modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de conformidade com os princípios e procedimentos da lei 8.666/93 e suas alterações e com as seguintes condições:

2. DO OBJETO

Contratação de serviços para execução do "Projeto Nascentes do Futuro" - Recuperação Ambiental das Áreas (APPs) - conforme especificações técnicas do projeto e orçamento quantitativo, constantes no ANEXO I.

3. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO PREÇO

O preço global máximo destinado à execução deste objeto é de R\$ 67.236,20 (sessenta e sete mil duzentos e trinta e seis reais e vinte centavos).

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento da AMURES exercício 2012, com recursos provenientes do FUNSERRA classificadas e codificadas sob n.º 3390.39.0000.00.00 - Aplicações Diretas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

5. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

5.1. Para a habilitação a proponente deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

5.1.1. Da Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, do documento de eleição de seus atuais administradores;
- b) Inscrição do Ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) Em caso de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, Certidão expedida pela Junta Comercial, a ser considerada como válida por 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão, para fins de recebimento do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006;

5.1.2. Da Qualificação Técnica:

- a) Prova de registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico junto ao CREA;
- b) Comprovação de capacidade técnica em nome da licitante (declarações/atestados), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando que a empresa é apta para executar os serviços objeto desta licitação (características, quantidades, prazos);
- c) Indicação de pessoal técnico em número adequado e disponíveis para execução do objeto, bem como apresentação de currículo do coordenador dos trabalhos e da equipe técnica que se responsabilizará pelo trabalho.
- d) Comprovar possuir em seu quadro permanente, na data de entrega das propostas, profissional (engenheiro florestal ou ambiental ou agrônomo ou biólogo ou técnico agrícola) capacitado para a execução dos serviços objeto desta licitação, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica expedidos pela entidade competente relativos aos serviços a serem executados, devidamente registrado no CREA. A comprovação de vínculo empregatício do profissional deverá ser feita mediante apresentação da Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de empregados no Ministério do Trabalho. No caso de dirigente ou sócio, apresentar contrato social registrado na junta comercial, com as últimas alterações.

5.1.3. Da Regularidade Fiscal:

- a) Certidão de Regularidade expedida INSS;
- b) Certidão de Regularidade expedida pelo FGTS;
- c) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual e Municipal;
- d) Certidão de Regularidade relativa aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou pela comissão de licitações. Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas, dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de não apresentação ou deficiência nas informações constantes no documento apresentado, os mesmos poderão ser obtidos via internet.

5.3. Às propostas devem estar integrados os seguintes itens:

- a) Cronograma de atividades (geral e detalhado) de cada uma das etapas dos trabalhos;
- b) Orçamento contemplando todas as despesas, tributos, etc., para a completa realização das atividades previstas, apresentadas conforme documento quantitativo previsto no Anexo I;
- c) Cronograma de desembolso, prevendo a mobilização inicial (limitada em 10%) e distribuindo os recursos ao longo da duração dos serviços de cada etapa;
- d) O cronograma de atividades (andamento físico dos trabalhos) deve estar relacionado ao cronograma financeiro, detalhando e correlacionando atividades com os seus respectivos valores.

6. DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar quaisquer empresas comerciais prestadoras de serviços cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação.

6.2. Poderão participar as cooperativas que possuírem em seu objeto social a prestação de serviços a terceiros e cujas finalidades e atividades encontrem conformidade com o objeto desta licitação.

6.3. Para participar os licitantes deverão:

Apresentar 02 (dois) envelopes, devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA". Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

AMURES

PROCESSO LICITATÓRIO - CONVITE Nº 001/2012

ENCERRAMENTO ÀS 9:30 DO DIA 27/02/2012

NOME DO PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

AMURES

PROCESSO LICITATÓRIO - CONVITE Nº 001/2012

ENCERRAMENTO ÀS 9:30 DO DIA 27/02/2012

NOME DO PROPONENTE:

7. DO JULGAMENTO

No julgamento das propostas, que será pelo regime de MENOR PREÇO GLOBAL, levar-se-ão em conta no interesse do serviço público, o estabelecido na Lei 8.666/93 e, as seguintes condições:

- a) Comprovação de que o serviço proposto encontra-se em conformidade com as exigências e especificações deste Edital;
- b) MENOR PREÇO, desde que cumpridas as formalidades do item "a";
- c) No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, sendo vedado outro procedimento.

8. DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com sistema de medição mensal com base nos quantitativos executados, de forma que tais medições seguirão cronogramas físico-financeiros previstos e o pagamento será efetuado proporcionalmente.

8.2. Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

9. DAS PENALIDADES

9.1. A não execução regular do serviço contratado, objeto da

proposta por parte da contratada, referente ao compromisso ora assumido, implicará na rescisão da operação de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, interpelação ou protesto judicial ou extrajudicial e sujeitará o contratado às cominações legais cumuladas com perdas e danos.

9.2. No caso do contratado não cumprir integralmente as obrigações assumidas, sujeitar-se-á as seguintes sanções contratuais:

I - Multa, de acordo com as seguintes alíquotas:

- a) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor da parcela prevista, por dia de atraso injustificado no cumprimento do objeto deste edital, limitados para efeitos financeiros a 10% (dez por cento);
- b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, por descumprimento de qualquer das cláusulas do contrato e pela rescisão do mesmo por culpa do contratado.

O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução da obrigação e, a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

II - Rescisão, nos seguintes casos:

- a) Quando o valor acumulado das multas aplicadas tiver alcançado 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- b) Diante do não-cumprimento das cláusulas editalícias, especificações e prazos;
- c) Diante do cumprimento irregular das cláusulas editalícias, especificações e prazos.

9.3. O contratado apresentando documentos e proposta comercial, reconhece e aceita as condições contratuais aqui previstas e sujeita-se a todas as exigências deste instrumento, bem como se obriga a cumprir todas as exigências deste edital, e determinações posteriores convenientes à execução do objeto.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A Comissão Municipal de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevir irregularidades sanáveis.

10.2. O recurso para impugnação do edital deverá seguir os termos do art. 41 da lei 8.666/93, os recursos contra os atos administrativos deverão seguir o disposto no art. 109 do mesmo diploma Legal, os quais deverão ser protocolados na Secretaria da AMURES.

11. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site da AMURES (www.amures.org.br) e também será afixado no mural da AMURES.

Lages, 13 de fevereiro de 2012.

AMARILDO LUIZ GAIO

Presidente AMURES

ADILSON OLIVEIRA BRANCO

Presidente Licitação

EGEM**Edital Nº 14/2012 - Chamamento para inscrição Curso Retenção de Tributos - Edição Tubarão**

EDITAL Nº 14/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE RETENÇÃO DE TRIBUTOS: IR, ISS, CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS E CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Esclarecer o funcionamento das retenções tributárias federais e do próprio município, a fim de garantir a correta aplicação pela administração municipal. Serão abordados os aspectos jurídicos e contábeis do tema, com foco nas situações práticas cotidianas dos servidores.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, fiscais de tributos, tesoureiros e demais servidores da área.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Tubarão/SC Auditório da AMUREL Associação de Municípios da Região de Laguna Rua Rio Branco, 67
Período das inscrições	De 17/02/2012 a 26/04/2012
Vencimento do boleto de cobrança	26/04/2012
Homologação das inscrições	02/05/2012
Período de realização do curso	07 e 08 de maio de 2012
Carga horária	20 horas/aulas
Quantidade de vagas	100

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00*
Demais participantes	R\$ 300,00

*A partir da segunda inscrição do mesmo município filiado à FECAM, haverá desconto de 50%.

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de

participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
8h30 às 12h	Aspectos legais da retenção - Contribuinte, substituto e responsável tributário. - Normas gerais de retenção. - Tributos passíveis de retenção pela administração municipal.
	- Funcionamento da retenção do ISS.
13h30 às 17h30	- Funcionamento da retenção da Contribuição Sindical. - Funcionamento da retenção do Imposto de Renda. - Funcionamento da retenção da Contribuição para o INSS.
Segundo Dia	
8h30 às 12h	- Resumo das retenções sobre empresas do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual. - Resumo dos problemas jurídicos em caso de erro na retenção. - Considerações finais e perguntas.
13h30 às 17h30	Aspectos Contábeis da Retenção - Identificação de valores na nota fiscal e forma de destaque. - Memórias de cálculos da retenção previdenciária. - Guias e programas contábeis usados para cada retenção. - Órgãos e instituições a que devem ser destinados os valores retidos. - Formas de corrigir erros na retenção e consequências contábeis da não-retenção. - Considerações finais e perguntas.

7. PALESTRANTES

Ericksen Prätzel Ellwanger

Advogado e consultor jurídico da FECAM. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-graduando em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET/SP. Membro da Comissão de Direito Tributário da

OAB/SC e Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SC.

Rodrigo Guesser

Contador da FECAM, registrado no CRC/SC sob o nº SC-022689/O-3, graduado em Ciências Contábeis pela UNIVALI, pós-graduado em Contabilidade Pública pela UNIVALI, pós-graduando em Controle da Gestão Pública Municipal pela UFSC e palestrante pela EGEM sobre contabilidade municipal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento. §2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

Portaria/Diretor-geral Nº 016, de 15 de Fevereiro de 2012

PORTARIA/Diretor-geral nº 016, de 15 de fevereiro de 2012

Designar o agente público Adir Faccio para exercer as funções de Diretor Geral da ARIS, no período de 22 de fevereiro a 05 de março de 2012.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fey Probst, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o agente público Adir Faccio, Diretor de Administração e Finanças da ARIS, para exercer, pelo período de 22 de fevereiro a 05 de março de 2012, as funções do cargo de Diretor Geral da ARIS.

Parágrafo único. Cessa o exercício funcional previsto no caput com o retorno do ocupante do cargo de Diretor Geral do período de gozo de férias.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-Geral

Portaria/Diretor-geral Nº 017, de 15 de Fevereiro de 2012

PORTARIA/Diretor-geral nº 017, de 15 de fevereiro de 2012

Estabelece os dias 20 e 22 de 2012 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fey Probst, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo os dias 20 e 22 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. Retorna o expediente normal de serviço a partir das 13 horas do dia 22 de fevereiro.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2012.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-Geral

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Credenciamento 001/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 001/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CARDIO CENTRO DIAGNÓSTICOS SS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exame de cateterismo cardíaco.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento

nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Silvia Machado Abreu pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 003/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 003/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CDI - IMAGEM LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Manoel José Carvalho Fernandes pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 004/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 004/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CDI - IMAGEM LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Mamografia, Densitometria Óssea e Tomografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Manoel José Carvalho Fernandes pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 006/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 006/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLINI X - CLÍNICA RADIOLÓGICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Radiologia (Raio X e Mamografia) e Tomografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Cláudio Burigo de Carvalho pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 007/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 007/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLINI X - CLÍNICA RADIOLÓGICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios

Consortiados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Cláudio Burigo de Carvalho pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 008/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 008/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratada: CLÍNICA DE IMAGEM E DIAGNÓSTICO DO VALE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Raio X, Mamografia, Densitometria, Tomografia e Ressonância Magnética.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Yara Fonseca de Carvalho pela Contratada.

Extrato de Contrato de Credenciamento 009/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 009/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratada: CLÍNICA DE IMAGEM E DIAGNÓSTICO DO VALE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Yara Fonseca de Carvalho pela Contratada.

Extrato de Contrato de Credenciamento 012/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 012/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLÍNICA MEDICA SAÚDE PLENA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Marivete dos Santos Oliveira pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 014/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 014/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: CLH - CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Endoscopia Digestiva e Colonoscopia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2010).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Cláudio Luiz Hoffmann Junior pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 015/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 015/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA RADIOLÓGICA DR. ENEAS PAULO ALET DA ROCHA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de RAIOS X.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 016/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 016/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA RADIOLÓGICA DR. ENEAS PAULO ALET DA ROCHA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 017/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 017/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: DI-PREVER - VOLNEI SERVIÇOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA SS LTDA.

Objeto: O contratado prestará ao Consórcio e Municípios credenciados, quando solicitado, serviços de exames preventivos.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo contratante e, Volnei David Pereira pelo contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 019/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 019/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 020/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 020/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA. - Filial Armazem

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 021/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 021/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Raios X, Mamografia e Densitometria Óssea.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 027/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 027/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL DE RIO FORTUNA

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, exames clínicos de RAIOS X.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Luiz Sergio Hemkemeier pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 028/2012

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 028/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS

MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL SANTA TERESINHA - Braço do Norte SC

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, exames de tomografia, consultas especializadas em cardiologia, pediatria e ginecologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Editais de Credenciamentos nº. 001/2009 e 001/2010).

Data da Assinatura: 27/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e Arley José Felipe pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 029/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 029/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL SANTA TERESINHA - Braço do Norte SC

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, exames de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e Arley José Felipe pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 032/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 032/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO MICHELS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Iva Michels Bechtold pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 033/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 033/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO PREVMAR LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Jaqueline Melo Costa pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 034/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 034/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO PREVITAL LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Graziela Ricken pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 035/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 035/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO PRÓ EXAME LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Gelson Agnaldo Loss pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 039/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 039/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO SANTA ISABEL LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Roberto Bascherotto de Oliveira pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 040/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 040/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO SANTA ISABEL LTDA. - Filial São Ludgero SC.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Victor Remor Bascherotto pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 041/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 041/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO SANTA VERONICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Nancy May Philippi Feuser pelo Contratado

Extrato de Contrato de Credenciamento 043/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 043/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Oliana Comeli pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 044/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 044/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO WESTRUPP LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, José Juvenal Westrupp pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 047/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 047/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: ORTOIMAGEM - Clínica Ortopédica Tubarão Ltda.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Densitometria Óssea, Ressonância Magnética e Tomografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, José Adonis Ribeiro pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 018/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 018/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: ECO CLÍNICA S/S LTDA. - Filial Capivari de Baixo (SC)

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Mário Tadeu Caporal pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Credenciamento 046/2012
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 046/2012.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: ORTOIMAGEM - Clínica Ortopédica Tubarão Ltda.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).
Data da Assinatura: 02/01/2012.
Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, José Adonis Ribeiro pelo Contratado.

Extrato de Contrato de Rateio 012/2012
EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 012/2012
Município: São Ludgero
Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.
Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05
Data da Assinatura: 17/01/2012.
Assinantes: Cláudio Becker e Janete Ida Felipe Pavanate pelo Município, e Leonete Back Loffi e Jaime Wensing pelo Consórcio.

CISAM

Extrato de Contrato CISAM-MO Nº 002/2012
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 002/2012 DATA DA
ASSINATURA: 01.02.2012
CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO (SANEFRAI).
CNPJ DO CONTRATANTE: 06.017.932/0001-23
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE

SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

VALOR: R\$ 20.277,50 (VINTE MIL, DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.02.2012 A 31.12.2012

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente - Contratante

LEONIR BOARETTO

Presidente - Contratado

